



ENCONTROS DE MEMÓRIA E HISTÓRIA

- CARLA DE PAIVA BEZERRA ■ ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO ■ FÁBIO TADEU DE MELO PESSÔA
- JEAN TIBLE ■ JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA
- LUCAS PORTO MARCHESINI TORRES ■ MARÍLIA MATTOS ANTUNES ■ MARISILDA SILVA ■ MICHAEL LÖWY ■ MÔNICA VALENTE ■ PATRÍCIA VALIM
- RICARDO MORENO ■ WALTER TAKEMOTO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ENCONTROS DE MEMÓRIA E HISTÓRIA

- CARLA DE PAIVA BEZERRA ■ ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO ■ FÁBIO TADEU DE MELO PESSÔA
- JEAN TIBLE ■ JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA
- LUCAS PORTO MARCHESINI TORRES ■ MARÍLIA MATTOS ANTUNES ■ MARISILDA SILVA ■ MICHAEL LÖWY ■ MÔNICA VALENTE ■ PATRÍCIA VALIM
- RICARDO MORENO ■ WALTER TAKEMOTO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidente: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Joaquim Soriano e Kjeld Jakobsen

EQUIPE DO CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Aline Fernanda Maciel, Carlos Henrique Metidieri Menegozzo, Fábio Dantas Rocha,
Luana Soncini, Sarkis Apolinário Alves, Vanessa Xavier Nadotti

ENCONTROS DE MEMÓRIA E HISTÓRIA

CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA



São Paulo, 2016

Copyright© 2016 dos autores

Encontros de Memória e História

EQUIPE

Coordenação: Luciana Mandelli

Edição: Luana Soncini e Vanessa Xavier Nadotti

EDITORA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação Editorial

Rogério Chaves

Assistente Editorial

Raquel Maria da Costa

Preparação de Texto e Revisão

Mayara Fernandes

Projeto Gráfico & Arte Final

Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Capa e Diagramação

Caco Bisol

Edição conforme regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56 Encontros de memória e história / Centro Sérgio Buarque de Holanda (org.) –
São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
160 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-004-1

1. Política - América Latina - História. 2. Partidos de esquerda - América
Latina. 3. Movimentos sociais. I. Centro Sérgio Buarque de Holanda.

CDU 32(7/8=6)(091)
CDD 320.098

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

1ª edição: abril de 2016

Todos os direitos reservados à Fundação Perseu Abramo.

Centro Sérgio Buarque de Holanda
Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 - São Paulo/SP - Brasil
Tel.: (55 11) 5571-4299
revistaperseu@fpabramo.org.br

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 - São Paulo/SP - Brasil
Tel.: (55 11) 5571-4299
editorial@fpabramo.org.br \

SUMÁRIO

7 APRESENTAÇÃO

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

- 13** MARXISMO E ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO: DE KARL MARX A JOSÉ CARLOS MARIATEGUI
MICHAEL LÖWY

PRIMEIRA PARTE

PARTIDOS DE ESQUERDA E ESTADO: EXPERIÊNCIAS DA ESQUERDA NO PODER PÚBLICO

ARTIGOS

- 27** OS IMPASSES DA ESQUERDA NO GOVERNO ALLENDE E O DISCURSO GRADUALISTA NOS
CUADERNOS DE EDUCACIÓN POPULAR (CHILE 1970-1973)
MARÍLIA MATTOS ANTUNES

- 41** CONSELHOS POPULARES: RAÍZES DO IDEÁRIO PARTICIPATIVO DO PT
CARLA DE PAIVA BEZERRA

63 DEBATE:

GOLPISMO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA, ONTEM E HOJE

MÔNICA VALENTE

JEAN TIBLE

RICARDO MORENO

SEGUNDA PARTE

MOVIMENTOS SOCIAIS: ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES, TERRITORIALIDADES E SOCIABILIDADE

ARTIGOS

- 83** DA CRIMINALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO POLÍTICO DOS SETORES POPULARES
AO PROTAGONISMO NAS LUTAS PELA IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA ORDEM SOCIAL:
O CASO DA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798 E OS USOS DESSA HISTÓRIA NOS
SÉCULOS XIX, XX E XXI
PATRÍCIA VALIM

- 103** A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) E A LUTA CAMPONESA NO SUL DO PARÁ
EM TEMPOS DE DITADURA
FÁBIO TADEU DE MELO PESSÓA

125 NÃO ESTAVA ESCRITO NA ESTRELA? DISPUTAS POR ESPAÇOS POLÍTICOS E
CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS A PARTIR DAS AÇÕES ARMADAS DO PCBR (BAHIA,
DÉCADA DE 1980)

LUCAS PORTO MARCHESINI TORRES

135 OS MOVIMENTOS POPULARES E A CONQUISTA DA PARTICIPAÇÃO
NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

MARISILDA SILVA

JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA

DEBATE:

147 MOVIMENTOS SOCIAIS: MEMÓRIA E HISTÓRIA

WALTER TAKEMOTO

ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO

APRESENTAÇÃO

O Centro Sérgio Buarque de Holanda apresenta a seus leitores as contribuições de intelectuais, entre pesquisadores e lideranças de organizações de trabalhadores, nos *Encontros de Memória e História*, organizados em maio de 2015. Parte da agenda das Etapas Livres do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT), os *Encontros* tiveram como objetivo contribuir com a ampliação do debate para diversos setores sociais sobre temas que seriam discutidos pelo PT em junho do mesmo ano, subsidiando e enriquecendo as discussões do Congresso. Agora, feito livro, tal contribuição extrapola o universo partidário, amplificando as reflexões que nos ofereceram o conjunto de participantes destes eventos.

As temáticas abordadas nos *Encontros* foram estabelecidas conforme o roteiro de debates do 5º Congresso, privilegiando os temas para os quais o estudo da história da esquerda e das lutas dos trabalhadores poderia contribuir mais diretamente para a reflexão atual: crise do capitalismo e perspectivas políticas na América Latina, envolvendo a construção de alternativas à ordem imperialista e a construção do internacionalismo socialista; as mudanças e perspectivas da esquerda no Brasil; até, por fim, alcançar o debate sobre a organização partidária, no que se refere à formação política do PT, organização de base, relação com movimentos sociais e experiências de governo. Com base nestas temáticas, foram organizadas mesas de apresentação de trabalhos acadêmicos, selecionados por edital, e mesas de debates sobre temas correlatos. Estão organizadas neste livro em duas partes,

sendo a primeira *Partidos de esquerda e Estado: experiências da esquerda no poder público* e a segunda, *Movimentos sociais: organizações de trabalhadores, territorialidades e sociabilidade*.

A Conferência de Abertura dos Encontros contou com a participação de Michael Löwy, professor pesquisador da Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais de Paris e também do Conselho Nacional de Pesquisa Científica da França. Em *O Marxismo e o Romantismo revolucionário: de Karl Marx a José Carlos Mariátegui*, Löwy identifica a convergência de variados atores do campo da esquerda ao que denomina como “romantismo revolucionário”, caracterizado pela valorização de aspectos das formações sociais pré-capitalistas como mecanismo que, nestes casos, impulsiona a prática revolucionária com vistas à superação do capitalismo. Destacou exemplos importantes na América Latina, como as contribuições do peruano José Carlos Mariátegui e também o “cristianismo de libertação”. A discussão por ele proposta contém elementos para analisar e compreender as experiências atuais da esquerda na América Latina, seja por meio da atuação de movimentos sociais de povos originários – incluindo indígenas no Brasil, zapatistas no México, cocaleros na Bolívia, entre outros – seja ainda para a análise dos casos de governos de esquerda como os da Bolívia e Equador, com forte presença de elementos da cosmovisão dos povos originários destas regiões, como o emblemático *Buen Vivir*, conceito que alimenta a construção de modelo alternativo ao desenvolvimentismo capitalista.

Da primeira mesa de apresentação de trabalhos, *Partidos de esquerda e Estado: experiências da esquerda no poder público*, dispomos aqui de dois artigos. Em “Os impasses da esquerda no governo Allende e o discurso gradualista nos Cuadernos de Educación Popular”, foram apresentadas as dissensões da esquerda no Chile durante o governo Allende, especialmente com relação ao debate sobre a possibilidade ou impossibilidade de construir o socialismo por meio da legalidade, numa experiência democrática. Obviamente, a experiência não pode ser transposta para outros momentos históricos e locais distintos, no entanto permite refletir sobre questões sensíveis para a esquerda como um todo nos séculos XX e XXI. Já o segundo artigo, “Do poder popular ao modo petista de governar”, traça o percurso da noção de “participação” ao longo da história dos 35 anos do PT, identificando variações entre, grosso modo, a noção de participação como projeto de delegar o poder ao povo, nos anos 1980 até a “escuta forte”, nos anos 2000, passando pela ideia de cogestão nos anos 1990, por meio da qual se desenvolveram importantes mecanismos de democracia participativa, como os orçamentos participativos e conselhos setoriais. Ambos os artigos discutem, cada qual a

partir de uma experiência histórica específica, os dilemas da esquerda com relação ao Estado no contexto da ordem capitalista.

A mesa de debate ocorrida em seguida, relacionada ao mesmo tema sob o recorte *Golpismo no Brasil e na América Latina, ontem em hoje*, contou com a participação de Jean Tible, professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Mônica Valente, secretária de Relações Internacionais do PT; e Ricardo Moreno, professor de História da Universidade Estadual da Bahia, coordenador da Fundação Maurício Grabois e Secretário Municipal de Juventude do PCdoB em Salvador. Ofereceram três análises distintas sobre o fenômeno. Jean Tible, analisando o quadro atual das relações internacionais, ressalta as diferenças entre o momento atual e o período da Guerra Fria, marcado por sucessivos golpes de Estado na América Latina num contexto de maior influência norte-americana do que atualmente. Avalia que a possibilidade de golpe é, portanto, muito mais restrita, e que a crise política vivida atualmente no país é, também, um indicativo do esgotamento do modelo de desenvolvimento implementado pelo governo federal liderado pelo PT, para o qual aponta a necessidade de reaproximação junto aos novos atores e lutas sociais surgidos ou fortalecidos na última década para enfrentar a crise aprofundando a democracia. Mônica Valente, por sua vez, retoma o histórico do período mencionado pelo debatedor anterior, de golpes financiados pelo capital internacional contra o comunismo durante a Guerra Fria, mas identifica que nas últimas décadas a maioria das tentativas de golpe na América Latina, como ocorreu na Venezuela, Equador e Bolívia, foram frustradas em parte graças ao apoio mútuo entre os partidos e governos de partidos de esquerda da região, organizados por meio do Foro de São Paulo, para citar um exemplo de articulação importante. Por fim, Ricardo Moreno alerta sobre a reincidência histórica de golpes e tentativas de golpe no Brasil ao longo de todo o século XX, que atribui ao caráter golpista da elite no país. Avalia que a chegada do PT ao governo federal teve papel fundamental na mudança deste quadro político, com a ressalva de que devemos nos amparar mais fortemente no apoio popular, fundamental para enfraquecer as investidas golpistas que poderiam novamente vir a prejudicar nossa frágil e recente democracia.

A segunda mesa de apresentação de trabalhos, *Movimentos sociais: organizações de trabalhadores, territorialidades e sociabilidade* contou com a apresentação de quatro trabalhos, que podem ser compreendidos em dois temas principais, a luta por direitos e os usos da memória e da história. No primeiro, apresentamos os artigos “Movimento de saúde da Zona Leste: luta social e conquista do Sistema Único De Saúde”, e “A Comissão Pastoral

da Terra (CPT) e a luta camponesa no sul do Pará em tempos de ditadura”. Ambos abordam experiências de mobilização dos trabalhadores – o primeiro, da cidade e o segundo, do campo – nas décadas de 1970 e 1980. No primeiro trabalho, é analisada a organização dos conselhos populares em uma região da cidade de São Paulo, responsável pela conquista de unidades de saúde, experiência de organização popular que se espalhou pelo país e contribuiu para imprimir ao Sistema Único de Saúde (SUS) princípios como a universalidade e a equidade do atendimento. Já no caso do estudo sobre a formação da CPT no sul do Pará, identifica-se a importância da esquerda ligada ao cristianismo de libertação na luta contra a ditadura. A formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi, segundo análise do autor, central para o fortalecimento da luta pela terra, ainda durante o regime militar, reorganizada neste momento mesmo diante da intensa repressão e após o assassinato de lideranças das Ligas Camponesas. No segundo tema, foram apresentados os trabalhos “Da criminalização do exercício político dos setores populares ao protagonismo nas lutas pela implantação de uma nova ordem social: o caso da Conjuração Baiana de 1798 e os usos dessa história nos séculos XIX, XX e XXI” e “Não estava escrito na estrela? Disputas por espaços políticos e construção de memórias a partir das ações armadas do PCBR”. Ambos discutem a apropriação e reapropriação de eventos históricos conforme os embates políticos do presente. No primeiro artigo, sobre a Conjuração Baiana, dada a distância temporal do objeto, a pesquisadora pôde identificar as diferentes leituras que ocorreram ao longo dos séculos sobre o evento. Criminalizado e despolitizado inicialmente, foi apropriado como parte das lutas por independência e, posteriormente, passou a ser entendido como luta dos trabalhadores como classe. Já no caso do artigo sobre as ações armadas do PCBR nos anos 1980, verifica-se a mais recente releitura historiográfica do evento, após as interpretações realizadas no calor dos acontecimentos, que acusavam tais ações de anacrônicas. O autor relê as motivações que levaram à ação armada a partir da memória dos militantes e de documentos do período, bem como os impactos destas ações para a imagem do então novo partido, o PT. Os dois trabalhos explicitam a dimensão política da disputa pela memória e pela história, disputa esta que segue acirrada no momento atual.

Por fim, a segunda mesa de debate reuniu Walter Takemoto, participante do Movimento Passe Livre/SSA; e Elisângela dos Santos Araújo, da direção executiva da CUT Nacional e secretária-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Estado da Bahia (Fetrafba). Foram abordados, a partir da leitura da experiência

destes movimentos, o histórico das organizações de trabalhadores da cidade e do campo na Bahia, relacionando-os ao de todo o país. O primeiro defende que o processo no interior do qual ocorreram as manifestações de junho de 2013 resultou em um novo tipo de organização social que, atualmente, convida a esquerda a construir um processo de luta permanente. A segunda debatedora apresentou a história da formação da CUT, com destaque para o contexto específico do estado da Bahia, ressaltando que a Central se dedica não apenas a pautas específicas, mas também elabora e defende um projeto de sociedade. A mesa reuniu visões de participantes de organizações com tradições distintas e que vivem um momento igualmente diverso em termos de mobilização social, caracterizando a complexidade da experiência da esquerda e da luta de classes na atual conjuntura.

Agradecemos a todos que contribuíram com a realização destes Encontros, incluindo, além dos palestrantes e debatedores, as instituições que abrigaram a atividade, Universidade de São Paulo e Universidade Federal da Bahia, além dos mediadores das mesas e debates: Sérgio Armando Diniz Guerra, professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Luciana Mandelli, diretora da Fundação Perseu Abramo (FPA); Celma Borges, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e João Carlos Salles, reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desejamos a todos uma ótima leitura, e esperamos que os trabalhos e debates aqui reunidos contribuam para a superação dos desafios atuais da classe trabalhadora.

*Centro Sérgio Buarque de Holanda
Fundação Perseu Abramo*

MARXISMO E ROMANTISMO REVOLUCIONÁRIO: DE KARL MARX A JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

MICHAEL LÖWY*

O que é romantismo? Nos dicionários e nos manuais, o romantismo aparece como uma escola literária e artística, ocorrida no começo do século XIX na França, Alemanha e Inglaterra. É entendido como um fenômeno do passado, que se encerra por volta de 1830 ou 1848. Esta é uma visão muito estreita do romantismo porque, na verdade, ele se manifesta em todos os cantos da cultura. Existe não só uma literatura, poesia e arte românticas, mas também filosofia romântica, teoria política romântica, antropologia romântica, teologia romântica e até mesmo uma economia política romântica – esta última verificada, por exemplo, no livro *Para uma caracterização do romantismo econômico*, de Lênin¹, que evidencia a existência de romantismo na teoria econômica.

*Conferência proferida no dia 13 de maio de 2015 por Michael Löwy, professor pesquisador da Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais de Paris e também do Conselho Nacional de Pesquisa Científica da França, no departamento de história da Universidade de São Paulo, a título de abertura dos *Encontros de História e Memória*, uma das Etapas Livres do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT). A conferência tem como matriz a obra LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015, publicada originalmente em 1992 na França, sendo esta a segunda edição brasileira.

A primeira coisa que se deve ter em conta é que o romantismo é uma visão do mundo - uma *Weltanschauung*, como diziam os alemães - que percorre todos os terrenos da cultura. Como definir essa visão de mundo? Há várias tentativas de interpretação, e não cabe fazer o balanço aqui pois extrapolaria o tempo desta comunicação. Mas os próprios marxistas e o próprio Marx nos dão a pista para entendermos o que é o romantismo. Partindo da análise marxista, que está em [George] Lukács e vários autores², a hipótese que nós propomos - e digo nós porque o livro em que trato deste tema, *Revolta e Melancolia*, foi escrito juntamente com meu amigo Robert Sayre - é que o romantismo como visão do mundo é um protesto cultural contra a civilização capitalista moderna industrial, contra a modernidade burguesa, a modernidade capitalista. Além disso, possui uma característica específica, é um protesto em nome de valores do passado, e uma referência ao passado. O passado mais ou menos real ou imaginário, pré-moderno e pré-capitalista, que pode ser para alguns a Idade Média, para outros épocas “pré-históricas primitivas”, para outros ainda a Grécia antiga, etc. Há apropriações diversificadas, mas sempre remetem a um passado pré-capitalista, pré-moderno, pré-industrial. Esse é o núcleo duro, o caroço, o *Begriff* ou o conceito dialético do que é o romantismo.

Uma vez dada essa definição de romantismo, a gente constata imediatamente que o romantismo é uma zona nebulosa, uma galáxia se se quiser bastante heterogênea politicamente. Embora haja uma matriz comum, há uma diversidade político-cultural muito grande e, fundamentalmente, existem no romantismo dois polos. Um conservador, passadista, com seu olhar dirigido ao passado, com vistas a restaurar o passado. Em outras palavras, um romantismo que quer voltar ao passado, por exemplo em Novalis, o grande poeta alemão, que num belo ensaio, “A Europa e o Cristianismo”³, define que o cristianismo medieval é o autêntico cristianismo. O sonho dele é voltar à Idade Média, ele não sabe bem como, mas gostaria que voltássemos à Idade Média. Isso é um romantismo reacionário, se pode dizer, politicamente reacionário. Em todo caso, regressivo. O sonho dele é a volta ao passado, o que obviamente é impossível.

Do outro lado, no polo oposto, há o romantismo revolucionário, que se propõe, não a volta ao passado, mas *uma volta pelo passado em direção a um futuro utópico* revolucionário, pós-capitalista e não pré-capitalista. É uma visão dialética: você se refere ao passado para atacar o presente burguês, mas em vista do futuro. Isso é o romantismo revolucionário, que está presente desde o início, ou seja, não é que ele tenha aparecido mais tarde, ao contrário, desde o início do romantismo ele já existia. Prova disso é que, se fosse necessário eleger uma figura como fundadora do romantismo, seria apropriado atribuir o título a Jean Jacques Rousseau, que poder ser considerado o primeiro grande

pensador romântico. Há um livro dele que considero praticamente o primeiro manifesto romântico político - ele também tem obras literárias, evidentemente, mas este é político: *As Origens da Desigualdade entre os Seres Humanos*, 1755⁴. Essa pode ser considerada a data de nascimento do romantismo, com este livro do Rousseau. O que Rousseau diz? Que o homem primitivo, o homem selvagem - esse do qual fala o meu amigo Jean Tible⁵ - era um homem livre e hoje em dia ele é escravo, está com grilhões. Nessa época, dos homens selvagens, eles eram iguais entre si, até que chegou um maldito que construiu uma cerca e disse “essa terra é minha, aqui ninguém entra”, o fundador da propriedade privada. E desde então acabou a igualdade. O homem civilizado é o homem de uma sociedade de brutal desigualdade. Agora, Rousseau não propõe voltar a viver como o homem selvagem, não é esta a proposta dele. Voltaire, que o detestava Rousseau, escreveu certa vez “ah, o Senhor está propondo que a gente volte a ficar de quatro, comendo capim?” Não, obviamente não é esta a proposta. Rousseau não propõe voltar a viver – certamente não “de quatro” – mas nem mesmo voltar a viver como os indígenas ou como os homens primitivos ou selvagens. O que ele propõe é uma democracia, quer dizer, uma sociedade na qual voltará a existir a liberdade e a igualdade que se perdeu, mas sob uma forma moderna, não aquela do homem selvagem, mas uma forma nova. Essa é uma proposta romântico-revolucionária que teve um papel muito grande na Revolução Francesa e que, com seus desdobramentos, chegaram até Marx, Marx e Engels também foram muito influenciados por Rousseau. Claro, eles foram além de Rousseau, mas [este] foi uma referência importante para eles.

É necessário, portanto, reconhecer essa diversidade, o romantismo tem um polo conservador, às vezes reacionário mesmo e voltado para o passado, sem dúvida, mas ele também tem um polo revolucionário. Então temos de dar conta dessa diversidade, o que nem sempre acontece. Muito historiadores do romantismo político, por exemplo, só veem o romantismo reacionário, então perdem metade da história. Entre o polo conservador passadista e o polo revolucionário há toda uma série de variantes intermediárias, por exemplo, o que se poderia chamar de romantismo resignado. Aqueles que sabem que não dá para voltar ao passado, mas não acreditam no futuro. Eles acham que a civilização capitalista é ruim, o passado talvez fosse melhor, mas como não dá para voltar, aceitamos o que está aí. Existem, portanto, estas variações, o romantismo resignado, mas os dois polos importantes são o conservador e o revolucionário.

Isso é muito brevemente, muito esquematicamente, o conceito de romantismo com o qual nós trabalhamos nesse livro. O que eu gostaria de expor aqui é a relação de Marx, Engels e do marxismo, com o romantismo. Acrescentando que ela não se dá apenas com o polo revolucionário, é mais complexa.

Marx não era romântico. Mas, ele e Engels eram muito interessados pelo romantismo e se inspiraram, em parte, nos argumentos dos românticos. É importante ver como Marx enxergava o romantismo. Há um texto dele muito interessante - que, aliás, eu e meu amigo descobrimos tardiamente, tanto que no livro não aparecia e a gente só o cita no prefácio que fizemos para a nova edição brasileira. Nós citamos esse texto de Marx que descobrimos nos *Grundrisse*, não é um texto literário. Marx fala sobre o romantismo, e se a gente entender bem esse parágrafo dos *Grundrisse* está toda a teoria do romantismo marxista ali. O que diz Marx? Que em estágios anteriores do desenvolvimento humano - anteriores significa anterior ao capitalismo, no passado, não diz qual passado, mas antes do capitalismo - existia uma maior plenitude dos indivíduos porque as qualidades humanas não eram alienadas ainda, não tinham sido postas fora dos indivíduos, de forma alienada como na sociedade capitalista. Isso está, então, no passado. “É tão ridículo ter nostalgia daquela plenitude original: da mesma forma que é ridícula a crença de que é preciso permanecer no atual [naquele] completo esvaziamento”⁶. Veja o argumento de Marx: existiu uma plenitude no passado pré capitalista - ele não diz quando, mas por outros escritos sabemos que ele estava pensando mesmo em épocas primitivas, no comunismo primitivo - e hoje, na sociedade burguesa, há um vazio - o porquê ele não explica - mas, há uma espécie de vazio terrível, um total vazio comparado com essa plenitude do passado. Um curioso argumento. Agora, não dá para voltar para a tal plenitude do passado, isso é ridículo. No entanto, mais ridículo ainda é aceitar o vazio atual da sociedade burguesa, “não queremos isso”. Obviamente, o que ele quer é outra coisa, é uma nova plenitude do comunismo no futuro, mas isso ele não diz ainda aqui nessa passagem. Só diz o seguinte: “o ponto de vista burguês [de aceitar o vazio atual] jamais foi além da oposição a tal visão romântica [a visão romântica de voltar à plenitude do passado] e, por isso, como legítima *antítese*, a visão romântica o acompanhará até seu bem-aventurado fim”⁷. Estou simplificando a citação, ela é um pouco mais complicada, a tradução não está muito boa. Mas o essencial do recado do Marx é: existiu no passado uma maior plenitude. Ele também não explica qual, como e quando, só essa ideia, que é uma dos românticos, e que Marx encampa, “Eles têm razão, existiu uma maior plenitude no passado e no presente é o vazio. Agora, não podemos voltar à plenitude do passado, aquela perdemos, e tampouco podemos aceitar essa porcaria da sociedade burguesa vazia”. A alternativa ele vai explicar mais tarde, que é a nova plenitude, que é o comunismo. Mas, conforme o que ele diz, enquanto existir a burguesia, existirá a visão romântica. A crítica romântica, a ideia de que no passado as coisas eram muito mais autênticas tem certa legitimidade, um elemento de verdade. Quando os românticos dizem que a

vida humana era mais plena no passado pré-capitalista do que na sociedade burguesa, essa antítese é *legítima*, esta é a palavra que Marx utiliza. Além disso, o romantismo vai continuar existindo enquanto existir a burguesia, até o fim, até o dia em que acabar a burguesia. Até agora não acabou, mas, algum dia a mais-valia vai acabar e, portanto, não vai existir mais a burguesia. Mas enquanto ela existir a crítica romântica vai estar lá, como uma espécie de sombra da civilização burguesa. Esta é a análise de Marx que explica, por um lado, a legitimidade da crítica romântica, embora o seu sonho de voltar para trás seja absurdo, e por outro, por que o romantismo vai continuar existindo enquanto existir o capitalismo, ou a sociedade burguesa.

Este é o argumento que a gente utiliza no livro: o romantismo não acabou nem em 1830, nem em 1848, nem em 1890, nem em 1910. O romantismo continua e vai atravessando o século XX e chega até hoje, de formas diferentes, naturalmente, pois vai se renovando, mas o conceito fundamental continua o mesmo, uma crítica da civilização burguesa em nome de valores passados. A única coisa que não aparece nessa passagem de Marx é esse tal romantismo revolucionário que sabe que não podemos voltar à plenitude do passado, mas que a projeta num futuro utópico.

Qual é a relação de Marx e Engels com o romantismo? É, ao mesmo tempo, uma relação de interesse, de apropriação de certos argumentos, e de distância crítica - obviamente, eles não compartilham muito dessas, digamos, ilusões, dos românticos. Isso vale inclusive para os românticos reacionários ou, mais precisamente, ambíguos. Por exemplo, no *Manifesto Comunista* há um capítulo em que Marx e Engels falam dos “socialismos”. Eles vão rejeitando os socialismos utópicos e tem um negócio chamado socialismo pequeno-burguês, que é representado por um economista suíço chamado [Jean Charles Léonard de] Sismondi. Ele foi um economista romântico, um crítico da economia política burguesa, do capitalismo, mas em nome do passado do artesão, do camponês. Ele não era do proletariado, nem da revolução, era do passado. Então, Marx critica o Sismondi. Diz que essa história de voltar ao passado artesão e camponês é absurdo e reacionário, mas a crítica do Sismondi ao capitalismo é muito importante. A passagem do *Manifesto Comunista* em que Marx o menciona diz: “Sismondi dissecou com muita perspicácia as contradições inerentes às modernas relações de produção. Pôs a nu as hipócritas apologias dos economistas burgueses. Demonstrou de modo irrefutável os efeitos mortíferos das máquinas no capitalismo e da divisão do trabalho, da concentração dos capitais, da propriedade territorial - [muito atual no Brasil] -, da superprodução, das crises, da decadência inevitável da pequena burguesia e dos pequenos camponeses, a miséria do proletariado, a anarquia da produção e a clamorosa desproporção na distribuição das riquezas”. Quase toda a crítica de Marx ao capitalismo já está aí no tal Sismondi, que era um romântico.

Então, há uma relação importante de Marx e Engels com o romantismo, que é geralmente deixada de lado. Normalmente são mencionadas como fontes do pensamento de Marx e Engels, se fala da economia política inglesa, Adam Smith, [David] Ricardo; da filosofia alemã, Hegel; e os socialistas utópicos franceses, Fourier, Saint-Simon etc. Claro, isso tudo é verdade, mas falta uma quarta fonte muito importante que é o romantismo e a crítica romântica da civilização. Por exemplo, esse economista Sismondi, que Marx cita no *Manifesto Comunista*, depois o citará no *Capital* etc, é uma fonte importante. Outra fonte interessante são os escritores românticos franceses ou ingleses. Por exemplo, [Honoré de] Balzac, escritor romântico – porque ele era um crítico romântico da burguesia, em nome do passado -, era, inclusive, reacionário, monarquista legitimista, que queria restaurar o poder dos *Bourbons*. Era um crítico feroz da burguesia e nos romances dele analisa como funciona a sociedade burguesa. Marx e Engels tinham muita admiração por Balzac, embora obviamente não partilhassem das opções políticas dele. Isso fica evidente na passagem em que Engels diz: “lendo os romances de Balzac, eu aprendi mais sobre o que é a sociedade burguesa que em todos os livros de historiadores, economistas e profissionais estatísticos da nossa época”. Incrível! É uma homenagem impressionante, dirigida a um escritor romântico. Semelhante a este exemplo, Marx se refere a escritores românticos ingleses, [Charles] Dickens e duas mulheres, Charlotte Brontë e Mrs. [Elizabeth] Gaskell, da seguinte forma: “a brilhante escola dos romancistas e das romancistas inglesas, em suas páginas demonstrativas e eloquentes, revelaram ao mundo mais verdades que todos os políticos profissionais, publicistas e moralistas juntos”, uma outra homenagem impressionante. Então, Marx e Engels aprenderam muito, segundo o que eles dizem, com os escritores românticos franceses, ingleses, alemães etc. Essa é outra fonte importante do pensamento deles.

Há muitas outras referências, não teríamos tempo de falar todas, mas vale citar ainda alguns antropólogos. Lewis [Henry] Morgan, por exemplo, foi uma figura muito importante, e tanto Marx como Engels o citam muito. Ele tem um livro, justamente, sobre as sociedades primitivas, os indígenas nos Estados Unidos, os iroqueses - o *Marx Selvagem*⁸, livro do professor Jean Tible está em boa parte já no Lewis Morgan. Engels se apoia muito no livro dele para escrever *A Origem da Família e da Propriedade Privada*⁹ no qual, muito entusiasmado com os iroqueses e indígenas na América do Norte, faz grandes elogios a esse modo de vida, “essa sociedade nobre, digna, igualitária, livre”, massacrada e exterminada pela civilização burguesa nos Estados Unidos.

Outro antropólogo que eles se interessam muito é o [Georg Ludwig von] Maurer, alemão, que estudou as comunidades germânicas primitivistas, coletivistas, de período anterior ao início da Idade Média. Agora, a propósito do Maurer, Engels tece um comentário muito interessante em uma carta ao Marx

de 1882, na qual ele critica o Maurer por ter ilusões sobre o progresso, o que é paradoxal. Ele diz “Maurer achava que depois da tenebrosa Idade Média há um constante progresso” - quer dizer, a Idade Média era obscurantista, tenebrosa e depois tivemos o renascimento, a revolução industrial, e isso era tudo visto como progresso. Engels nega esta interpretação, afirmando que “essa visão progressista da história impede de ver o caráter contraditório, antagônico do progresso, assim como os retrocessos específicos”. A história do mundo ou da Europa depois da Idade Média não é a história de um progresso linear como aparece em Hegel, em Adam Smith e em muitos pensadores burgueses. Não, é um progresso contraditório e em alguns aspectos houve *regresso*, retrocesso. Então, Engels se dissocia dessa visão progressista, iluminista, dessa ideologia do progresso burguesa, mas que boa parte da esquerda também adotou. E este é um argumento inspirado pela crítica romântica.

Mais um exemplo interessante: os últimos escritos de Marx se referem a comunidades camponesas primitivas. Não é relativo aos indígenas nos EUA, mas sim na Rússia, a uma comuna tradicional camponesa, que existia há séculos, com hábitos de vida coletivistas, igualitários etc. Há uma grande discussão entre os revolucionários russos sobre se essa comuna poderia ter um papel no futuro revolucionário da Rússia, e então Marx, em um de seus últimos escritos, inclusive citado no *Marx Selvagem*¹⁰, escreve a uma revolucionária russa, chamada Vera [Ivanovna] Zasluch, dizendo que haveria talvez uma possibilidade de que a Rússia consiga escapar aos horrores do capitalismo graças a essa comuna rural, graças às tradições coletivistas, comunitárias, pré-modernas e pré capitalistas dos camponeses, e que isso pode ser o germe de um futuro desenvolvimento socialista da Rússia. Essa é a hipótese que ele levanta e que os marxistas, mais tarde, vão chamar de romantismo econômico. O Marx estava interessado nessa ideia e, em parte, se identificava com essa visão.

Reitero que isto não é para dizer que Marx e Engels eram românticos, eles não eram. Na verdade, o pensamento em Marx e Engels é uma superação dialética, é uma *Aufhebung*, com dizia Hegel, da oposição entre a visão da filosofia das luzes, racionalista e iluminista moderna, por um lado, e a visão romântica por outro. Ele se apropria de elementos dos dois, mas supera os dois, “dá a volta por cima”, para usar um termo brasileiro, que não é de Hegel, é famosa síntese dialética, *aufhebung*. Esse é o pensamento de Marx e Engels, que não eram românticos, o romantismo é um dos componentes, um dos ingredientes com o qual vão fabricar a sua visão dialética do mundo, o que geralmente não é levado em conta.

Agora, depois de Marx e Engels, haverá diversas correntes dentro do marxismo, e algumas claramente antirromânticas. Sobretudo o marxismo na Rússia teve uma carga antirromântica muito forte, a começar por [Georgui Valentínovitch] Plekhanov, que é o fundador do marxismo russo. Mas houve também

correntes ou personagens, figuras, pensadores marxistas românticos, mais românticos do que Marx e Engels que mantinham certa distância em relação ao romantismo. Há uma corrente, ou pelo menos há personagens, figuras, uma constelação - digamos - de marxistas românticos a partir do fim do século XIX. O primeiro é o escritor William Morris, autor de uma famosa utopia chamada *Notícias de Lugar Nenhum*, da qual existe tradução em português lançada pela [Editora da Fundação] Perseu Abramo, com prefácio do Leandro Konder e meu¹¹. William Morris é um marxista romântico, o que se evidencia claramente nesse romance utópico. E outro exemplo, agora do século XX, Ernest Bloch é confessadamente um autor marxista romântico, ele mesmo diz “meus escritos são inspirados pelo romantismo revolucionário”, se lerem sua obra, vão ver que ele é um marxista confesso, mas, ao mesmo tempo, um romântico revolucionário. Walter Benjamin é outro exemplo de um pensador que vem do romantismo de esquerda, digamos, mais bem anarquista, e depois descobre o marxismo, adere ao marxismo e ao comunismo, mas esse elemento romântico continua presente e é um dos aspectos que faz com que o marxismo dele seja singular, herético em relação às ortodoxias dominantes.

Outro exemplo – neste caso de um movimento artístico, mas que tem uma dimensão política e filosófica – é o surrealismo também no século XX. O surrealismo é um movimento cultural, artístico, político, filosófico, de inspiração anarquista num primeiro momento, depois marxista. André Breton, o principal pensador do surrealismo, é claramente um pensador romântico revolucionário. Há um texto dele de 1935 em que diz “nós surrealistas somos a cauda do cometa romântico, mas uma calda preênsil, como as dos macacos”. (Os macacos seguram as coisas com a cauda.) O surrealismo é um exemplo muito interessante de romantismo revolucionário de inspiração marxista no século XX.

Vou terminar essa pequena introdução com um último exemplo, desta vez latino-americano. O romantismo revolucionário chegou na América Latina também, e temos diversos representantes. O mais importante dentre eles talvez seja José Carlos Mariátegui que é, também, um marxista romântico.

José Carlos Mariátegui foi um marxista convicto e confesso, como ele mesmo dizia. Mas, um marxista que sempre se opôs ao que ele chamava ‘a filosofia evolucionista racionalista, filosofia das luzes, da *Enciclopédia* e seus continuadores do século XIX e XX com seu culto supersticioso do progresso’. E ele opõe a isso o que chama o “retorno ao espírito de aventura, ao heroísmo, ao romantismo e ao quixotismo”, remetendo a Dom Quixote, na expressão cunhada por Miguel de Unamuno.

Portanto, os críticos dessa visão evolucionista com seu culto supersticioso do progresso, são os românticos. No entanto, os românticos são de duas espécies, o romantismo de direita, fascista, que quer voltar à Idade Média, e o romantismo de esquerda, comunista, que quer avançar para a utopia

no futuro. As energias românticas do homem ocidental, segundo Mariátegui, encontraram sua expressão adequada na Revolução Russa, que teria sido a expressão da alma mística do romantismo. Esta interpretação pode ser questionada, mas o interessante a fixar é a ideia de Mariátegui de que o marxismo e o comunismo se identificam com o romantismo de esquerda – que se opõe à ideologia burguesa, racionalista, evolucionista com seu culto supersticioso do progresso, positivismo, etc – e se opõe ao romantismo de direita - reacionário e fascista, que quer voltar ao passado. Esta é a configuração político-cultural, digamos, que esboça o Mariátegui e que é muito original, muito instigante, e que, digamos, caracteriza a visão dele.

Na distinção que ele opera entre o romantismo de esquerda e de direita – em outros textos, ele fala do “velho romantismo” que era individualista, reacionário etc; e o “novo romantismo”, o neorromantismo, que é coletivista e socialista – identifica que o romantismo do século XIX foi essencialmente individualista, e o romantismo do século XX é, logicamente, socialista. Ele fornece vários exemplos, um deles é justamente o surrealismo. Mariátegui tem um belo ensaio sobre o surrealismo – aliás vários, três ou quatro, muito interessantes¹² - em que ele diz que o surrealismo não é um simples fenômeno literário, mas é um fenômeno espiritual, uma revolta do espírito, é um protesto do espírito. O que ele acha interessante nos escritos de André Breton, fundador do surrealismo, é sua “condenação categórica da civilização racionalista burguesa”, segundo ele, enquanto espírito e ação, o surrealismo se apresenta como um novo romantismo. Mas, “graças ao seu repúdio revolucionário da sociedade capitalista, ele coincide politicamente com o comunismo” - e neste momento efetivamente os surrealistas haviam aderido ao movimento comunista, 1928-29. Essa é a interpretação que faz Mariátegui do surrealismo como expressão revolucionária comunista do romantismo no século XX. Podemos pôr em dúvida algumas das interpretações de Mariátegui, sobretudo, sobre a Revolução Russa, será que a Revolução Russa era romântica? Não é muito evidente. Podemos achar que, às vezes, ele exagera um pouquinho, obviamente, na Revolução Russa havia um aspecto voluntarista romântico, mas entre outros. Vou dar um exemplo que é curioso. Em uma passagem do Mariátegui no livro chamado *A Defesa do Marxismo*¹³, diz: “Atribui-se a Lenin uma frase que foi celebrada por Miguel de Unamuno em sua *A Agonia do Cristianismo*¹⁴, aquela que ele pronunciou uma vez em resposta a alguém que afirmava que o seu esforço [o esforço de Lenin] entrava em contradição com a realidade. Respondeu Lenin ‘tanto pior para a realidade’. O marxismo lá onde se mostrou revolucionário, isto é, onde foi realmente marxista, nunca obedeceu a um determinismo passivo e rígido.” Certo, o bolchevismo não obedeceu ao determinismo, mas daí a dizer “tanto faz a realidade”, não. Lenin nunca disse isso, ele levava muito a sério a realidade. Isso obviamente é um exagero romântico do Mariátegui.

Há um outro aspecto do romantismo em Mariátegui que talvez seja o mais importante. Aí entra a questão do indígena – voltamos ao selvagem¹⁵ – Mariátegui diz o seguinte: na história do Peru e da América Latina, antes de chegarem os espanhóis, havia uma civilização que tinha elementos comunistas (comunismo primitivo). Por exemplo, no Império Inca existia o comunismo inca. Não era a estrutura política do império, esta era autoritária. Não. Ao nível das comunidades de base onde viviam os indígenas, havia igualdade, uma espécie de democracia, uma comunidade autêntica, libertária. Isso era o comunismo inca. Esta tese do Mariátegui foi muito criticada, foi tratada como romântica, - de idealista, populista, antimarxista, antimaterialista, enfim, foi muito criticada em particular pelos soviéticos. O curioso é que essa expressão “comunismo inca” não aparece só em Mariátegui, mas nos escritos de uma das grandes pensadoras marxistas do século XX que se chama Rosa Luxemburgo, que [por sua vez] ninguém trata de idealista. No livro dela *Introdução à Economia Política*¹⁶, há um capítulo grande sobre o comunismo primitivo e lá ela diz que o comunismo primitivo existiu no mundo inteiro, inclusive na América Latina, por exemplo, o comunismo inca no Peru, na região andina. Ela usa literalmente a expressão “comunismo inca”.

O que diz o Mariátegui? Antes de chegarem os espanhóis e o maldito Cristóvão Colombo, a conquista, o Pizarro e todos os massacradores, existiu esse comunismo. Era a época do Império Inca, o Tawantinsuyu, o “império dos cinco países”. Depois vieram os espanhóis, a conquista, inserção de elementos do feudalismo, mais tarde o capitalismo, mas não foi suficiente para destruir totalmente essa cultura coletivista, alguma coisa ficou lá na cultura indígena, nos seus hábitos e na sua maneira de viver. O que não podemos, diz Mariátegui, é voltar ao passado, restaurar o Império Inca, isso francamente não podemos. Mas, podemos lutar pelo comunismo no Peru e na América Latina apoiando-nos nessas tradições comunitárias indígenas, nessa tradição comunista inca primitiva que vem do passado, que vem de séculos. Não podemos lutar por uma alternativa socialista, comunista, nos países da Indo-américa - essa é expressão que ele usa - se não nos apoiarmos nessas tradições comunitárias indígenas. Ele tem um texto famoso chama *Aniversario y Balance*¹⁷, que é muito bonito, no qual termina dizendo o seguinte: “O socialismo afinal está na tradição americana – [da América latina e também da América do norte, dos indígenas da América do Norte] - a mais avançada organização comunista primitiva que a História registra é inca. Não queremos, certamente, que o socialismo seja nas Américas decalque e cópia [de outras experiências]. Deve ser criação heroica. Temos de dar vida com nossa própria realidade e na nossa própria linguagem a um socialismo indoamericano. Eis aí uma missão digna de uma nova geração” (1927, Mariátegui).

Infelizmente depois da morte dele, boa parte da esquerda se dedicou, durante muitos anos ao “decalque e cópia”. Mas, enfim, o recado do Mariátegui continua sendo válido

Muito obrigado, agradeço a todos.

NOTAS

1. Para uma caracterização do romantismo econômico (Sismondi e nossos sismondistas nacionais). Escrito em 1897 e publicado no mesmo ano. (N.E.)
2. O tema é aprofundado em LOWY e SAYRE, *op. cit.*, no capítulo “Excurso: Marxismo e Romantismo” pp. 119 a 149. (N.E.)
3. *Die Christenheit oder Europa* escrito em 1799, publicado em parte em 1826 e integralmente em 1880. (N.E.)
4. *Die Christenheit oder Europa* escrito em 1799, publicado em parte em 1826 e integralmente em 1880. (N.E.)
5. Trata-se do *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes* (Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens), escrito por Jean Jacques Rousseau para responder à questão “Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e se é autorizada pela lei natural”, proposta pela Academia de Dijon em 1753. Em 1754 Rousseau termina de escrevê-lo e, em 1755 é publicado por Marc-Michel Rey, em Amsterdã. (N.E.)
6. Jean Tible foi o mediador convidado para a conferência aqui reproduzida, e a obra à qual Löwy se refere nesta e em outras passagens é: TIBLE, Jean. *Marx Selvagem*. São. Paulo: Editora Annablume, 2013. (N.E.)
7. Trecho lido de citação direta constante em LÖWY e SAYRE, *op. cit.* de MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política* (trad. Mario Duayer e Nélcio Schneider), São Paulo, Boitempo, 2011, p. 110. (N.E.)
8. TIBLE, J. *op. cit.* (N.E.)
9. *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats* (A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado), obra escrita por Friedrich Engels (1820 – 1895), publicada originalmente em Zurique, em 1884. Seu conteúdo foi inspirado no trabalho do norte-americano Lewis Henry Morgan, intitulado *A sociedade Antiga*, publicado em 1877 por MacMillan & Company, em Londres. (N.E.)
10. O diálogo ao qual se refere Löwy neste trecho, entre Marx e Zasulich, é descrito nas páginas 48-50 de TIBLE, J, *op cit.* (N.E.)
11. *News from Nowhere or an epoch of rest*, do escritor William Morris (1834-1896), foi publicado pela primeira vez em capítulos, de janeiro a outubro de 1890, no jornal da Liga Socialista, *The Commonweal*. A primeira impressão em livro foi realizada por Kelmscott Press em 1892, na Inglaterra. A edição citada é MORRIS, William. *Notícias de lugar nenhum: ou uma era de tranqüilidade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. (Coleção Clássicos do pensamento Radical) Tradução de Paulo Cezar Castanheira. (N.E.)
12. Mariátegui, José. C. El grupo surrealista y ‘Clarté’ [1926]. In: MARIÁTEGUI, J. C. *El artista y la época*. Lima: Amauta. [ed. bras.: Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos. (seleção e introdução Michael Löwy). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005]. (N.E.)

13. *Defensa del Marxismo*, obra póstuma de José Carlos Mariátegui (1894-1930), lançada em Santiago, no Chile em 1934, por Editorial Cultura. (N.E.)
14. *La Agonía del cristianismo*. Escrito em 1924 por Miguel de Unamuno, somente foi publicado em 1930. Madrid: Renacimiento, cop.1930. (N.E.)
- 15 Não se trata de associação entre indígena e selvagem, mas de uma referência à obra do mediador citada anteriormente. (N.E.)
16. *Einführung in die Nationalökonomie* (Introdução à Economia Política), obra escrita por Rosa Luxemburgo (1871-1919), lançada originalmente em Berlim, em 1925. (N.E.)
17. *Aniversario y balance*, texto escrito por José Carlos Mariátegui (1894-1930) em função do terceiro aniversário da Revista Amauta, a qual dirigia. MARIÁTEGUI, José Carlos. *Aniversario y balance*. Amauta Ano III, No 17. Lima, setembro de 1928. pp. 248-249. (N.E.)

1

PRIMEIRA PARTE

PARTIDOS DE
ESQUERDA E ESTADO:
EXPERIÊNCIAS DA
ESQUERDA NO
PODER PÚBLICO

OS IMPASSES DA ESQUERDA NO GOVERNO ALLENDE E O DISCURSO GRADUALISTA NOS CUADERNOS DE EDUCACIÓN POPULAR (CHILE 1970-1973)

MARÍLIA MATTOS ANTUNES*

Resumo

Este artigo aborda as divergências e tensões verificadas dentro da esquerda chilena durante a Unidade Popular (1970-1973), no tocante às estratégias de luta e à política de alianças. Pretende-se demonstrar como estas dissensões político-ideológicas se manifestaram em algumas iniciativas do projeto político-cultural do governo Allende, através da análise dos *Cuadernos de Educación Popular*, uma coleção publicada pela Editora do Estado voltada para a educação política de trabalhadores. Dialogando com os pressupostos teórico-metodológicos da História Política Renovada e da História das Representações, intenta-se romper com a ótica dualista que restringe as disputas ideológicas do período ao conflito “esquerda *versus* direita”, e assim evidenciar contradições existentes dentro da própria esquerda chilena.

*Marília Antunes é mestranda do programa de pós-graduação em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve a pesquisa “*Os Cuadernos de Educación popular e o projeto de formação da consciência revolucionária do trabalhador. Chile 1971-1973*”, e se interessa pelas relações entre política e cultura na América Latina. Contato da autora: marilia.antunes@usp.br.

INTRODUÇÃO

A vitória eleitoral da Unidade Popular em setembro de 1970 no Chile inaugurou um período de intensos debates e forte polarização político-ideológica. O projeto inédito encabeçado por esta coalizão, que consistia na defesa da construção e implantação do socialismo através dos meandros legais e institucionais de um Estado democrático foi, em grande medida, o responsável por esta eferescência no campo político.

Através da conquista do poder pela via eleitoral, o governo de Salvador Allende pretendia realizar transformações nos âmbitos social e econômico que fossem capazes de criar condições para o desenvolvimento de uma sociedade socialista, que tivesse como pilares o anti-imperialismo, a igualdade e a solidariedade entre os homens. Por isso, o Programa de Governo da Unidade Popular, lançado em 17 de dezembro de 1969, propunha uma série de mudanças de ordem estrutural, tais como a realização de uma ampla e profunda reforma agrária, a nacionalização das minas de cobre e outras riquezas minerais básicas do Chile, além da formação da chamada Área de Propriedade Social, que seria composta majoritariamente por empresas estatizadas. Para a elite chilena, esse projeto representava uma ameaça aos seus privilégios sociais e econômicos, e por isso deveria ser veementemente combatido. O mesmo valia para os Estados Unidos, que veriam prejudicados seus interesses imperialistas pela ascensão de mais um governo socialista na América Latina.¹ Ademais, para o governo norte-americano era imprescindível implodir o projeto da via pacífica para o socialismo, que propunha a experiência chilena, pois seu sucesso poderia abalar o discurso maniqueísta da Guerra Fria, que colocava os Estados Unidos e o capitalismo como modelos de sociedades livres e democráticas e os países socialistas como redutos de ditadura e opressão.² Já no que diz respeito à esquerda chilena, o projeto da via pacífica ao socialismo motivou reações diversas, tendo gerado esperança e apoio em alguns setores e desconfiança e rechaço em outros. Tais posturas antagônicas diante do projeto acabaram por se mostrar inconciliáveis, e culminaram na divisão da esquerda em dois grupos: os gradualistas e os rupturistas. Apesar de assumirem a revolução socialista como um objetivo comum, esses grupos diferiam intensamente no que diz respeito aos métodos a serem utilizados para atingi-la, e buscaram integrar espaços criados pelo próprio governo com o intuito de veicular suas posições e angariar apoio à via que defendiam.

Neste artigo, buscamos demonstrar como estas dissensões existentes dentro da esquerda chilena se manifestaram em algumas iniciativas do governo Allende no campo cultural, tornando ele próprio um âmbito de disputas de diferentes concepções político-ideológicas e projetos que intentavam se estabelecer como hegemônicos. Através da análise da coleção *Cuadernos de*

Educación Popular, publicada pela Editora do Estado entre 1971 e 1973, pretendemos demonstrar como, ao mesmo tempo em que se veiculava um discurso particular frente aos embates dentro da esquerda com relação à política de alianças e às estratégias de luta a serem adotadas, também se defendia a necessidade de união da esquerda contra o inimigo principal: o capitalismo. Importante ressaltar que, embora concordemos com a visão já consolidada na historiografia que aponta para o estabelecimento de uma íntima relação entre política e cultura no governo de Salvador Allende³, não assumimos o campo cultural como mero reflexo das contradições e conflitos do meio político.⁴ A nosso ver, estes dois espaços da vida social se influenciam mutuamente e dialogam entre si, mobilizando elementos da realidade social ao mesmo tempo em que ajudam a construí-la.⁵

EMBATES PELA CULTURA: O PROJETO CULTURAL ALLENDISTA E AS DISSENSÕES DA ESQUERDA CHILENA

A formação de uma cultura que estivesse em consonância com os propósitos revolucionários era considerada pelo governo Allende uma tarefa urgente. Esta imposição ligava-se diretamente à importância que o governo atribuía à participação popular no processo revolucionário, pois às massas era confiada a responsabilidade de defender e participar ativamente da construção da nova sociedade.⁶ Em seu programa de governo, a Unidade Popular denunciava o caráter classista dos meios de comunicação, acusando-os de estarem comprometidos com a disseminação de discursos burgueses e serem legitimadores de interesses de grupos internacionais no Chile. Criticava, ainda, o domínio dos monopólios sobre a cultura, classificando-o como nefasto.⁷ A partir desse diagnóstico, propunha a edificação de uma nova cultura que superasse os valores burgueses e os fundamentos do capitalismo, e que se baseasse na “lucha por la fraternidad contra el individualismo; por la valoración del trabajo humano contra su desprecio, por los valores nacionales contra la colonización cultural; por el acceso de las masas populares al arte, la literatura y los medios de comunicación contra su comercialización.”⁸

Definia-se, assim, que a nova cultura a ser construída deveria dispor de duas dimensões: militante e propagandística (comprometida com os ideais socialistas e sua difusão), e combativa (voltada à crítica da ordem capitalista e dos valores burgueses). Não obstante esta clareza de propósitos e aparente unidade, o projeto cultural do governo Allende foi marcado por conflitos, que se relacionavam diretamente às divisões existentes na esquerda no período. Dentre as várias divergências existentes, a mais notável e que se impôs de maneira mais contundente nos debates da época se referia às dissensões entre

gradualistas e rupturistas acerca da política de alianças a ser adotada e da forma de se chegar ao poder.

A vertente gradualista era defendida pelo Partido Comunista do Chile e contava com o apoio do Partido Radical, de um setor do Movimiento de Acción Popular Unitario (MAPU) denominado “MAPU obrero-campesino”, além de dispor da adesão de um segmento do Partido Socialista do Chile, do qual Allende fazia parte. Pautando-se na ideia da tradição democrática chilena, este grupo defendia a possibilidade de se aproximar da meta socialista através da institucionalidade democrática.⁹ Advogavam, ainda, a tese da revolução em etapas: primeiro era necessário superar o atraso e os resquícios feudais do Chile por meio de uma completa transição ao capitalismo, para então existirem as condições fundamentais ao desenvolvimento da revolução socialista.¹⁰ Essa concepção etapista da revolução fazia com que os gradualistas defendessem a possibilidade de aliança com um setor da burguesia na primeira fase da revolução (a fase de transição total ao capitalismo ou democrático-burguesa). Acreditavam que o proletariado podia estabelecer um pacto com a pequena burguesia (ou “burguesia progressista”) para derrotar um inimigo comum: o imperialismo e a burguesia monopólica a ele associada.

Já a tese rupturista, defendida pela maioria do Partido Socialista do Chile e do MAPU, bem como pelo Movimiento Izquierda Revolucionaria (MIR)¹¹ e pela Izquierda Cristiana, rechaçava a via pacífica como meio de chegar ao socialismo. Afirmava que o Estado havia sido criado com o intuito de perpetuar a exploração e os privilégios das classes dominantes, e jamais poderia renunciar a sua natureza classista. Por isso, os rupturistas assumiam a via insurrecional (tomada do poder através da luta armada) e a destruição do Estado burguês como a estratégia para se atingir o poder visando ao estabelecimento do socialismo.¹² Além disso, rupturistas eram contrários à aliança com setores burgueses defendida pelos gradualistas. Acreditavam que os primeiros jamais abririam mão da sua condição de classe privilegiada, e que nunca seriam capazes de juntar-se ao proletariado na luta contra o sistema econômico que garantia seus lucros e poder.

Diante dessas diferenças estratégicas tão intensas, esses grupos passaram a confrontar-se não apenas no âmbito político, mas também no plano cultural, disputando espaços e cargos dentro das instituições voltadas para o desenvolvimento da nova cultura, idealizada pelo governo da Unidade Popular. Um dos casos mais emblemáticos dessa contenda por hegemonia entre gradualistas e rupturistas deu-se em uma das instituições símbolo do projeto cultural do governo allendista: a Editora Nacional *Quimantú*.

Criada em 12 de fevereiro de 1971 a partir da estatização da Editora *ZigZag*, a Editora *Quimantú* nasceu com o objetivo de democratizar o acesso à

leitura e colaborar com a disseminação massiva do ideário defendido pela UP. Foi responsável por desenvolver e publicar livros e revistas com grande variedade de formatos e temas, visando diversos públicos.¹³ Além disso, a importância dessa instituição também se confirma pelos números impressionantes que atingiu. Solène Bergot destaca seu potencial dentro do projeto cultural de Salvador Allende afirmando que:

[...] durante los 32 meses de su vida, editó más de 12 millones de libros, es decir más que toda la industria editorial chilena en 2002¹⁴, de cual vendió alrededor de 10 millones. Es decir también que editó más de 1,3 libros por habitante de Chile, puesto que la población chilena en 1970 era de 8,8 millones de habitantes.¹⁵

Não à toa, os partidos de esquerda viram em *Quimantú* uma possibilidade de veicular amplamente seus princípios ideológicos e buscaram inserir-se neste projeto editorial de modo a produzir publicações que não apenas difundissem suas concepções políticas, mas que combatessem visões contrárias.¹⁶ A esse respeito, um dos maiores pesquisadores da História do livro no Chile, Bernardo Subercaseaux, afirma:

La activación estatal de la industria del libro, canalizada a través de Quimantú, estará por lo tanto desde el primer momento mediada por los partidos que integran la UP, por la identidad ideológico-cultural de los sectores sociales que representan esos partidos, y por la capacidad de presión que tiene cada uno de ellos respecto al Estado. A fin de cuentas se reconoce así que el campo cultural no es neutro y que forma parte del campo ideológico-político en disputa.¹⁷

Dessa forma, muitas das coleções publicadas pela Editora do Estado entre 1971 e 1973 deixam transparecer não apenas as divergências ideológicas existentes entre os partidos, como também se afirmam enquanto instrumentos de confrontação ao veicularem um posicionamento acerca de questões que eram muito caras e polêmicas à esquerda naquele momento.

Este é o caso da coleção *Cuadernos de Educación Popular*, que aqui analisaremos. Escrita por Marta Harnecker e Gabriela Uribe, essa publicação composta por treze volumes destinava-se à educação política de trabalhadores e preocupava-se em explicar de maneira didática conceitos do materialismo histórico, além de apresentar as propostas do governo e os propósitos revolucionários.¹⁸ A partir da análise que segue, intentamos demonstrar como o discurso veiculado pela publicação está comprometido com a construção de uma unidade dentro da esquerda ao mesmo tempo em que se posiciona frente aos

debates que ocorriam, assumindo um lado como “correto”. Assim, buscamos evidenciar como o âmbito cultural *allendista* foi permeado por tensões e conflitos político-ideológicos, tendo dialogado com impasses do campo político, ao mesmo tempo que tentava nele interferir.

OS CONFLITOS DA ESQUERDA NOS CUADERNOS DE EDUCACIÓN¹⁹

Como vimos anteriormente, os distintos grupos que compunham a esquerda chilena preocuparam-se em integrar o projeto editorial do governo da Unidade Popular, visando a disseminação de seus princípios político-ideológicos e procurando combater visões contrárias.

Neste sentido, muitas publicações trazem posicionamentos bastante claros acerca de questões polêmicas do período, o que nos permite identificar a qual setor da esquerda elas estão veiculadas. No caso dos CEP, a argumentação construída em torno da política de alianças é o que nos possibilita verificar a enunciação de um discurso comprometido com as concepções da vertente gradualista, como veremos a seguir.

Logo no primeiro volume da coleção, denominado “*Explotados y Explotadores*”, o leitor é apresentado ao seguinte questionamento:

Si queremos transformar nuestra sociedad en una nueva sociedad, tenemos que ser capaces, por una parte, de comprender cuáles son las características fundamentales de ella en la actualidad: cómo se explica su carácter “capitalista dependiente”, qué papel ha jugado el imperialismo en nuestra situación actual de subdesarrollo, y, por otra parte, *saber con qué fuerzas sociales cuenta la clase obrera para luchar contra esta situación: ¿con la llamada “burguesía nacional”, o sólo con una parte de la burguesía, o sólo con la pequeña burguesía?*²⁰

Neste trecho, além de ser explicitada a importância do estabelecimento de uma correta política de alianças para o sucesso da revolução, é notável uma categorização da classe burguesa, que se constitui, ao longo da coleção, como o cerne da argumentação que advoga a aliança do proletariado com parte da burguesia. Refutando a ideia da burguesia como uma classe homogênea, as autoras realizam a sua divisão em três grupos fundamentais: a burguesia monopólica, a burguesia não monopólica e a pequena e média burguesia. Através dessa classificação, buscam demonstrar que estes segmentos não dispõem da mesma força e que eles possuem interesses por vezes conflitantes, o que pode ser aproveitado pelo proletariado para subjugar inimigos maiores como o imperialismo.

Ao longo dos CEP 4 e 5 (intitulados *Lucha de Clases I y II*, respectivamente), desenvolve-se uma análise detalhada da posição de cada um desses grupos dentro da economia e da sociedade chilenas, de modo a identificá-los como “inimigos” ou “amigos” da revolução, ou, em outras palavras, aliados ou não da classe trabalhadora.

A burguesia monopólica é apontada nestes volumes como uma classe que teve seu desenvolvimento atrelado à condição do Chile de país capitalista dependente, já que se consolidou enquanto importadora de produtos manufaturados dos países desenvolvidos e exportadora das matérias-primas nacionais.²¹

Devido à sua ligação com o capital estrangeiro, ela era considerada inimiga da revolução, pois seus lucros advinham justamente da manutenção da condição de subdesenvolvimento em que o Chile estava imerso e com a qual o governo Allende buscava romper. Através de duras críticas, as autoras acusavam os capitalistas monopólicos de serem “capaces de vender a la patria con tal que salvar el bolsillo,”²² o que inviabilizava uma aliança com este setor. O mesmo valia para a burguesia não monopólica, possuidora de grandes e modernas empresas, que era considerada na publicação como um grupo que dificilmente se integraria aos trabalhadores, pois dispunha da ambição de se aproximar do capital estrangeiro a fim de ampliar seus lucros.²³

Já os pequenos e médios burgueses eram definidos na obra como empresários que não tinham condições de competir com a tecnologia empregada pelos grandes capitalistas. Por isso, as autoras apontavam que este grupo dispunha de “[...] intereses contradictorios con la gran burguesía monopólica y pueden, entonces, llegar a ser aliados del proletariado en la lucha contra los enemigos principales [...]”²⁴ Verifica-se, portanto, que a partir da identificação das divergências existentes dentro da classe burguesa, as autoras defendem que é possível aliar-se a um segmento mais frágil da burguesia que, segundo tal interpretação, também sofreria com os efeitos nocivos da exploração monopólica.

Esse discurso que aproxima pequena e média burguesia dos proletários, pelo fato desses grupos compartilharem um inimigo comum aparece em diversos trechos, e toma uma proporção ainda mais explícita na passagem seguinte:

De lo dicho anteriormente, podemos concluir que todo el pueblo chileno: los obreros, los empleados, los estudiantes, los pobladores, los pequeños y medianos industriales y comerciantes, las dueñas de casa, saben que uno de sus enemigos principales son los grandes monopolios industriales y bancarios ligados al imperialismo.²⁵

Neste fragmento, é curioso observar que operários (“obreros”) e pequena e média burguesia (“pequeños y medianos industriales y comerciantes”) não são apresentados apenas como aliados, mas como integrantes de um mesmo grupo: o povo chileno. Confirma-se assim, de maneira mais contundente, que essas duas classes encontram-se do mesmo lado na luta de classes a ser travada no processo revolucionário. Trata-se, portanto, de um discurso fortemente comprometido com a defesa da ótica gradualista acerca da política de alianças, já que este grupo advogava a união com setores da burguesia para combater inimigos mais poderosos – no caso, o imperialismo e a burguesia monopólica a ele ligada.

Mas, este não é o único elemento presente na coleção que nos permite entrever os conflitos e divergências existentes dentro da esquerda no período. Além da enfática defesa da visão gradualista sobre a necessidade das alianças, a coleção apresenta críticas diretas à posição rupturista que rejeitava por completo a possibilidade de aliança com setores burgueses, como podemos notar no fragmento abaixo:

Son dogmáticos aquellos que son incapaces de distinguir las cuestiones de principio de las cuestiones de orden táctico. Ellos rechazan, por ejemplo, cualquier alianza con la burguesía sin hacer antes un análisis de la coyuntura política y de la correlación de fuerzas. Sólo ven el problema de principios: “la burguesía es una clase explotadora”, y no ven el problema táctico de las contradicciones que se presentan en un momento dado dentro de la burguesía y que pueden permitir al proletariado concentrar fuerzas contra el enemigo principal; por ejemplo, en el caso chileno: el sector monopólico.²⁶

Nota-se, portanto, que há na coleção dos CEP um esforço duplo: além de tentar convencer o leitor acerca da viabilidade de uma aliança do proletariado com a burguesia, difundindo uma concepção da vertente gradualista, a publicação também realiza a crítica da perspectiva contrária, a rupturista, classificando-a como dogmática por não realizar uma adaptação dos princípios teóricos do marxismo-leninismo às particularidades do momento histórico que se vivia.

Da forma como foi demonstrado, elementos presentes nesta coleção mostram o caráter militante que foi assumido por muitas das publicações do período, à medida em que evidenciam o compromisso com a enunciação de um discurso ligado a determinada corrente político-ideológica, posicionando-se nos debates que ocorriam e tentando nele interferir de modo a consagrar um projeto como vencedor.

UNIR É PRECISO: O DISCURSO CONTRA O SECTARISMO

Apesar do posicionamento abertamente gradualista e do discurso de crítica às posições rupturistas defendido pela coleção, é possível notar preocupação e esforço por parte das autoras em conclamar a esquerda a superar suas divergências para combater os verdadeiros inimigos da revolução.

As autoras não poupam críticas às posturas sectárias, utilizando adjetivos de carga simbólica fortemente negativa para caracterizá-las. Afirmam que o sectarismo é “una de las desviaciones más graves, ya que tiende a impedir la unidad de las fuerzas revolucionarias”²⁷ e classificam-no como o “peor virus que puede corroer el movimiento revolucionario por dentro,”²⁸ ou ainda, um “cáncer”, que “si no se opera a tiempo, causa la muerte.”²⁹

Ademais, há diversas passagens que manifestam a necessidade de se manter a união da esquerda para defender a revolução da feroz oposição de setores reacionários, como se observa no trecho:

Debemos esforzarnos especialmente por fortalecer la unidad de los partidos obreros dentro de la UP, ya que son ellos los únicos que pueden asegurar que este proceso no se detenga, que marche hacia adelante, hacia la meta que nos hemos propuesto: la construcción del socialismo en nuestro país. En estos momentos, cuando la derecha toma posiciones cada vez más agresivas, la unidad interna de nuestras filas es lo único que puede asegurarnos la victoria final.³⁰

A união da esquerda é apresentada como condição fundamental para a derrota dos inimigos do proletariado e para o sucesso da revolução. Por isso, a coleção deixa transparecer preocupação com as posturas desagregadoras, já que elas podem provocar o enfraquecimento da esquerda e culminar na derrota do seu projeto.

No entanto, é importante destacar que este afã por unidade não implica em abrir mão das concepções gradualistas defendidas na publicação. Trata-se, ao contrário, de convencer o “outro lado” (no caso os rupturistas), como se observa abaixo:

Tenemos que luchar contra el espíritu sectario que existe dentro de la UP, entre los propios compañeros de ruta. [...] Es necesario que ganemos para nuestra causa a todos estos compañeros trabajadores. Pero sólo lograremos hacerlo si no los tratamos como enemigos, sino que tratamos de conversar, de discutir nuestros planteamientos y de *demostrarles también en la acción y con nuestro ejemplo que nosotros tenemos la razón.*³¹

O desafio a ser cumprido pelo governo Allende, portanto, não se resumia apenas a combater os setores reacionários. Era preciso também esforçar-se para superar as profundas divergências existentes dentro da esquerda de modo a atingir um consenso em torno da estratégia da via pacífica ao socialismo.

Verifica-se, assim, a importância do âmbito cultural como espaço de disputa política, seja como instrumento de confrontação entre perspectivas político-ideológicas marcadamente díspares, seja como um dos meios pelos quais se buscava a conciliação. Tais contradições, a nosso ver, evidenciam como o campo da cultura compõe a disputa por hegemonia, não se configurando como mero reproduzidor dos conflitos dos círculos políticos, já que se buscava interferir efetivamente nestes, também, por meio das publicações da Editora do Estado no período analisado.

BIBLIOGRAFIA

AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo: a experiência chilena*. 2 ed., São Paulo: Annablume, 2002.

———. *Estratégia democrática ao socialismo e o governo Allende: uma contribuição ao estudo da esquerda latino-americana*. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH – USP, São Paulo, 1990.

ALEGRÍA, Fernando. *Salvador Allende: paz pelo socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma derrota*. Chile 1970-1973. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales - memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991

BERGOT, Solène. Quimantú: editorial del Estado durante la Unidad Popular chilena (1970-1973) In: *Pensamiento Crítico Revista Electrónica de História*, nº 4, novembro de 2004.

CHARTIER, Roger. *El mundo como representación: estudios sobre historia cultural*. Barcelo: Gedisa, 1999.

CHOCRÓN, Gabriela. La edición en la cosmópolis chilena (1950-1973). In: *Prensa política, revistas culturales y emprendimientos editoriales de las izquierdas latinoamericanas*. *Seminário IV Jornada de Historia de las Izquierdas*, Buenos Aires, 14, 15 e 16 de nov. de 2007.

CORVALÁN, Luís. *El gobierno de Salvador Allende*. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

GOMES, Ivan Lima. A revista em quadrinhos Cabrochico e os debates culturais para a construção da “via chilena para o socialismo” (1971-1972). In: *Revista Unisinos*, v.16, nº 1, jan-abr de 2012.

PAILLARD, Morgane. *La política editorial en Chile 1970-1973: edición de estado y edición privada: Quimantú en el espacio editorial chileno*. França: s. n, 2004

PINTO VALLEJOS, Julio. (coord). *Cuando hicimos historia – la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

PROST, Antoine. “Social e cultural indissociavelmente.” In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SUBERCASEUAX, Bernardo. *La industria editorial y el libro en Chile (1930-1984): ensayo de interpretación de una crisis*. Santiago: CENECA, 1984.

WINN, Peter. A revolução Chilena. In: COSTA, Emília Viotti da. (dir.) *Revoluções do século XX*. São Paulo: UNESP, 2010.

NOTAS

1. Muitas foram as iniciativas desenvolvidas pelo empresariado chileno e pelo governo norte-americano a fim de desestabilizar o governo de Salvador Allende. No âmbito econômico podemos citar a sabotagem à produção, especulação e estocagem de produtos e as greves patronais (como a greve de 8 de Outubro de 1972 que prejudicou o abastecimento de alimentos). Já no campo político, evidencia-se o boicote do parlamento a qualquer medida governamental, a destituição arbitrária de ministros, a subvenção feita pela CIA à revistas e semanários de direita com o intuito de fazer “propaganda negra” contra Allende e a UP, além de ajuda financeira concedida por esta organização a partidos de oposição e ao grupo fascista chileno conhecido como Pátria e Liberdade. Para mais detalhes acerca da política de agressão realizada pelo governo norte-americano contra a Unidade Popular, ver ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma derrota*. Chile 1970-1973. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.120 a 136.

2. WINN, Peter. A revolução Chilena. In: COSTA, Emília Viotti da. (dir.) *Revoluções do século XX*. São Paulo: UNESP, 2010.

3 Citamos aqui o trabalho ALBORNOZ, César. La cultura en la Unidad Popular: porque esta vez no se trata cambiar un presidente. In: PINTO VALLEJOS (org.) *Cuando hicimos historia – la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago, LOM Ediciones, 2005, que aborda a relação entre as muitas iniciativas desenvolvidas pelo no plano cultural durante a Unidade Popular (a saber a criação das Rádios Portales e Corporación, o movimento da Nova Canção Chilena, a criação da Editora Nacional Quimantú e o desenvolvimento dos Centros de Cultura Popular) e o projeto político do governo de Salvador Allende.

4 Dialogamos abertamente com as críticas que Antoine Prost tece às perspectivas metodológicas, em especial a determinadas perspectivas marxistas que, embora aceitem uma relativa autonomia do campo cultural, tratam as mais diversas formas de manifestação cultural como reflexo ou tradução de determinadas conjunturas socioeconômicas. Para mais detalhes, ver: PROST, Antoine. “Social e cultural indissociavelmente”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 127.

5. Nesse sentido, também são caras a esta pesquisa as reflexões teórico-metodológicas de René Rémond. Este autor advoga a concepção da História Política Renovada, intentando romper com a perspectiva que limitava o político a disputas dentro dos círculos oficiais de poder, afirmando que ele “(...) tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social.” A nosso ver, isso nos permite compreender as relações múltiplas que se estabelecem entre cultura e política sem cair em uma hierarquização de uma sobre a outra. Para mais detalhes: RÉMOND, René. Uma história presente. In: *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.35.

6. Isto se evidencia, por exemplo, no trecho da página 28 do Programa de Governo da Unidade Popular, que diz: “Las profundas transformaciones que se emprenderán requieren de un pueblo socialmente consciente y solidario, educado para ejercer y defender su poder político, apto científica y técnicamente para desarrollar la economía de transición al socialismo y abierto masivamente a la creación y goce de las más variadas manifestaciones del arte y del intelecto.”

7. *Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular*: candidatura de Salvador Allende. Santiago: Impresora Horizonte, 1969, p.7.

8. *Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular*: candidatura de Salvador Allende. Santiago: Impresora Horizonte, 1969, p. 28

9. Ao defender a via pacífica como forma de se chegar ao poder, os gradualistas afastavam-se da ortodoxia leninista que considerava o Estado democrático como um instrumento de poder da classe dominante, criado por ela com a função de garantir a manutenção de seus privilégios. Defendiam que o Estado era um espaço a ser disputado, e que a partir de sua conquista, poderiam ser realizadas transformações que abririam caminho à sociedade socialista.

10. De acordo com Julio Pinto Vallejos, para esses partidos era preciso completar “tareas pendientes de la agenda ‘democrático-burguesa’ como la reforma agraria, la industrialización y la recuperación de las riquezas básicas a la sazón bajo el control del capital imperialista. Solo desde allí (...) podría acometerse con mayores probabilidades de éxito la construcción de la utopía socialista.” PINTO VALLEJOS, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: _____ (org.) *Cuando hicimos historia – la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p.16.

11. O MIR, movimento de inspiração guevarista, foi uma das organizações de esquerda que se contrapôs ao projeto da via pacífica de maneira mais contundente. Entretanto, com a vitória de Allende, viu-se obrigado a reconhecer a legitimidade da proposta, embora sem jamais deixar de lado sua postura crítica ao projeto, defendendo a necessidade de tomar o poder através da luta armada.

12. Estes posicionamentos se explicitam de maneira clara na resolução número 2 do XXII Congresso realizado pelo Partido Socialista do Chile em Chillán, em novembro de 1967: “A violência revolucionária é legítima e inevitável. (...) Constitui a única via que conduz à tomada do poder político e econômico e sua ulterior defesa e fortalecimento. A revolução socialista só pode consolidar-se destruindo o aparelho burocrático e militar do Estado burguês. As formas pacíficas ou legais de luta (reivindicatórias, ideológicas e eleitorais) não conduzem por si mesmas ao poder.”

13. Como exemplos que atestam a diversidade desse ambicioso projeto editorial podemos citar a Revista *Onda*, publicada quinzenalmente entre 1971-1973, que tinha o público jovem como alvo, trazendo matérias ligadas ao universo da música, sexualidade, cultura e militância estudantil; a revista *Paloma*, publicada entre os anos 1972-1973, voltada ao público feminino; a revista em quadrinhos *Cabrochico* (1971-1972), direcionada ao público infantil e que objetivava fazer frente às histórias em quadrinho com personagens da Disney que tinham grande penetração no Chile no período; a coleção *Quimantú para todos* (1971-1973), que tinha como objetivo difundir as obras clássicas da literatura nacional e internacional, e as coleções *Camino Abierto* e *Clásicos del Pensa-*

miento Social, que buscavam difundir conceitos ligados ao marxismo.

14. Segundo dados da Câmara Chilena do livro, foram editados 10,7 milhões de livros no ano de 2002.

15. BERGOT, Solène. *Quimantú: editorial del Estado durante la Unidad Popular chilena (1970-1973)*. In: *Pensamiento Crítico Revista Electrónica de História*, nº 4, novembro de 2004, p.16.

16. Como exemplo citamos a contenda entre comunistas e socialistas acerca da publicação da obra de Trotsky. Bernardo Subercaseaux aponta que os primeiros eram contrários à sua publicação, enquanto os segundos eram seus defensores, o que motivou sérias discussões dentro da editora. Para mais detalhes, ver PAILLARD, Morgane. *La política editorial en Chile 1970-1973: edición de estado y edición privada: Quimantú en el espacio editorial chileno*. França: s.n, 2004, pp. 84-85.

17. SUBERCASEAUX, Bernardo. *La industria editorial y el libro en Chile (1930-1984): ensayo de interpretación de una crisis*. Santiago: CENECA, 1984, p. 45.

18. Essa coleção teve uma tiragem global de cerca de 1.210.000 exemplares. BERGOT, Solène. *Quimantú: editorial del Estado durante La Unidad Popular chilena (1970-1973)* In: *Pensamiento Crítico Revista Electrónica de História*, nº 4, novembro de 2004, p.20

19. A partir deste momento, utilizaremos a sigla CEP para fazer referência aos *Cuadernos de Educación Popular*.

20. HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *CEP nº 1 Explotados y Explotadores*. Santiago: Editora Quimantú, dezembro 1971, p.5 (grifo meu)

21. HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *CEP nº 3 Monopolios y miseria*. Santiago: Editora Quimantú, janeiro 1972, p. 32-33.

22. HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *CEP nº 4 Lucha de Clases volumen II*. Santiago: Editora Quimantú, fevereiro 1972, p. 24.

23. *Idem*, p. 26.

24. HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *CEP nº 4 Lucha de Clases volumen II*. Santiago: Editora Quimantú, fevereiro 1972, p.28

25. HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *CEP nº 3 Monopolios y Miseria*. Santiago: Editora Quimantú, fevereiro de 1972, p. 41

26. HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *CEP nº 10 Dirigentes y masas*. Santiago: Editora Quimantú, janeiro 1973, p. 23

27. HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *CEP nº 10 Dirigentes y masas*. Santiago: Editora Quimantú, janeiro 1973, p. 36

28. HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *CEP Nº 12 Alianzas y frente político*. Santiago: Editora Quimantú, abril de 1973, p. 56

29. HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *CEP nº 10 Dirigentes y masas*. Santiago: Editora Quimantú, janeiro 1973, pp. 39-40

30. HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. *CEP Nº 12 Alianzas y frente político*. Santiago: Editora Quimantú, abril de 1973, p. 55.

31. *Ibidem*.

CONSELHOS POPULARES: RAÍZES DO IDEÁRIO PARTICIPATIVO DO PT¹

CARLA DE PAIVA BEZERRA*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo recuperar as origens do ideário participativo petista, expressa na ideia de *governar por meio dos “conselhos populares”*. Tal proposta surge ainda na campanha de 1982 e irá pautar o debate interno partidário ao longo da década de 1980. No interior do partido residia uma disputa sobre qual deveria ser o papel desses conselhos: por um lado, havia a defesa deles como um mecanismo de ruptura com a ordem burguesa e como um controle dos trabalhadores sobre o Estado; por outro, eles seriam um mecanismo de democratização da gestão e o fortalecimento de uma cultura socialista. Embora os conselhos populares não tenham em si se tornado uma ideia viável, eles estão na origem de instrumentos de democracia participativa que se consolidaram no Brasil, como o Orçamento Participativo e os Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

O presente artigo tem como objetivo recuperar as origens do ideário participativo petista, expressa na ideia de *governar por meio dos “conselhos*

*Carla Bezerra é doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: carla.bezerra@gmail.com.

populares”. Nascido da confluência de movimentos diversos, o Partido dos Trabalhadores (PT), foi desde sua formação um partido com uma identidade capaz de abarcar um amplo leque ideológico, do qual se destacam o movimento sindical influenciado pelo “novo sindicalismo”, os militantes de organizações marxistas, outrora clandestinas, as Comunidades Eclesiais de Base e outros movimentos populares influenciados pela ala progressista da Igreja Católica.

Longe de um programa fechado e bem delimitado, os petistas se organizaram inicialmente em um partido em favor da “classe trabalhadora” e dos “setores oprimidos”. Em suas próprias resoluções, reconhecem a composição heterogênea do PT, afirmando ser um partido construído “ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores” e cujo programa “não nasce pronto e acabado”². Crítico do regime militar e das instituições políticas tradicionais, o PT se colocava como defensor de uma concepção de democracia que permitisse a ampla participação da população nos processos decisórios, um “socialismo democrático”.

Ainda, como desdobramento desses valores o PT definia três diretrizes de sua ação política: *a inversão de prioridades*, isto é, constituir políticas públicas direcionadas para os trabalhadores, os setores populares e os menos favorecidos; *a defesa e promoção da participação popular*, seja por mecanismos diretos, seja pela relação com movimentos organizados, seja pela instituição de canais de participação junto à administração; e, por fim, *a transformação da estrutura do Estado*, de forma a romper com o que é associado a elementos tradicionais da política brasileira, tais como práticas clientelistas, corrupção e procedimentos burocráticos³.

A proposta de governar por meio de conselhos populares surge ainda na campanha de 1982, e irá pautar o debate interno partidário ao longo da década de 1980. No interior do partido residia uma disputa sobre qual deveria ser o papel desses conselhos: por um lado, havia a defesa deles como forma de controle dos trabalhadores sobre o Estado, e de ruptura com a ordem burguesa; por outro, eles seriam um mecanismo de democratização da gestão e fortalecimento de uma cultura socialista.

A ideia de governar com participação popular permaneceu no PT ao longo dos anos, mas com mudanças no seu significado, cada vez mais centrado na ideia de democratização e transparência da gestão, bem como na forma de transpor tal diretriz para experiências concretas de governo. Embora os conselhos populares não tenham em si se tornado uma ideia viável, eles estão na origem de instrumentos de democracia participativa que se consolidaram no Brasil, como o Orçamento Participativo e os Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

OS CONSELHOS POPULARES: EMBRIÃO DE EXPERIÊNCIAS

A ideia de que os mecanismos de participação democrática deveriam ir além do voto era expressa centralmente no propósito de incentivo à mobilização e organização política da sociedade em torno de determinadas causas ou demandas. Muitas vezes estava associada também à noção de democracia direta, fortemente expressa na proposta de plebiscitos e consultas, que eram utilizados pelo PT como forma de mobilização. O sentido da participação estava fortemente associado ao ideal de transformação social profunda: criar condições para a revolução e a construção do socialismo.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, boias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo.⁴

É importante destacar que o termo “participativo” não era usado pelo PT na década de 1980 e, sim pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir das ideias de Franco Montoro⁵, que vinham articuladas ao conceito de descentralização e municipalização de políticas. Neste sentido, quando governador de São Paulo, entre 1983 e 1987, Montoro implementou Conselhos Estaduais de temas específicos⁶, compostos por intelectuais e lideranças políticas sob sua indicação, e também incentivou a criação de conselhos comunitários⁷. Havia também algumas experiências municipais em cidades de pequeno porte governadas pelo MDB no final da década de 1970, como Lages (SC) e Boa Esperança (ES), bem-sucedidas na implantação de mecanismos de participação da população na gestão da administração, que também eram tidos como referência para militantes de movimentos urbanos e, certamente, para alguns dos militantes petistas⁸.

No PT, a primeira proposta de um mecanismo que promovesse a participação dos cidadãos nas decisões do governo era o mote de governar por meio de “Conselhos Populares”. É possível afirmar que o termo *Conselho Popular* era, em alguma medida, uma forma do partido demarcar politicamente seu campo de atuação diante dos conselhos instituídos pelo PMDB. Os militantes do PT viam com desconfiança tais espaços, que eram ocupados diretamente por indicação do governo e, portanto, por movimentos e lideranças supostamente “coopta-

das”. Na avaliação petista, tais espaços serviam apenas para legitimar as ações do governo peemedebista e não criavam formas permanentes de organização e controle do poder por parte da população⁹. Inicialmente era uma proposta mais idealizada, uma diretriz política do que os Conselhos Populares deveriam ser, sem que houvesse uma experiência real de sua implantação por parte do PT.

Em sua concepção, parece ser a convergência de toda espécie de experiência de organização local acumulada pelo PT uma mistura de inspiração dos soviets russos e da Comuna de Paris com formas que os movimentos que deram origem ao PT já organizavam, como comunidades eclesiais de base, organização por local de trabalho, células, núcleos de bases partidárias, ou ainda conselhos comunitários de saúde, moradia etc. Trata-se de um esforço de traduzir o ideário de participação das bases em uma proposta concreta para ser executada por um governo eleito pelo PT¹⁰.

Em 1982, em sua plataforma eleitoral, o PT expressa um conceito de participação popular muito próximo ao que era entendido por democracia operária¹¹, só que aplicada em outras esferas da vida social. Nessa proposta, a palavra “Conselho”, associada às experiências de conselhos de moradores, começa aparecer.

As escolas terão de ser controladas por pais, mestres, alunos e funcionários; os postos de saúde terão de ser controlados pela população, e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controladas por sindicatos e associações; os trabalhadores têm de [ter] o direito de fiscalização à contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre o emprego, preço e salário; os sindicatos têm de ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacias de polícia têm de ser fiscalizadas e controladas pelas associações e conselhos de moradores. [...]

O PT veio para mudar o Brasil. Começemos já. Onde o PT ganhar prefeituras ou governos estaduais, esses postos serão colocados a serviço da mobilização e organização das classes trabalhadoras. À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação popular organizada e autônoma, com poder de decisão na sua atuação política e administrativa. Para isso, recorrerá a plebiscitos, assembleias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontre¹².

É a partir da plataforma de governar por meio dos “conselhos de bairro”, que Gilson Menezes se elege prefeito de Diadema. As propostas da campanha se articulavam na dupla “inversão de prioridades” e “participação popular”. A principal proposta expressa durante a campanha era a de remeter o poder decisório aos tais “conselhos”, nos quais qualquer um poderia participar, cabendo

à prefeitura apenas a execução. Contudo, havia uma grande disputa política entre os militantes do PT sobre qual deveria ser a relação desses conselhos com a organização partidária. Isso porque o PT também se organizava por meio de “núcleos de base” nos bairros ou locais de trabalho e caberia a ele impulsionar a formação dos “conselhos de bairro”. Também havia o compromisso partidário de submeter as decisões do prefeito às instâncias partidárias¹³.

Tal indefinição, sobre quem deveria tomar as decisões, iria marcar profundamente a primeira gestão do PT à frente de Diadema. A relação entre governo, instâncias partidárias e sociedade civil era conturbada, e isso se justificava pela ausência de conceituação sobre o que eram e como deveriam funcionar os mecanismos de controle e participação popular.

Tal questão acabava por servir como cortina de fumaça para justificar disputas intrapartidárias pela ocupação dos postos da administração e condução da política municipal¹⁴. A primeira menção em resoluções partidárias aos conselhos populares ocorre no III Encontro Nacional do PT em 1984, e aparece sem nenhuma definição sobre seu caráter, evidenciando, ao mesmo tempo, indefinição e disputa sobre o seu significado.

Dentro do PT havia duas grandes vertentes de opinião sobre o caráter dos conselhos populares. A primeira, associada à tradição marxista-leninista, inspirava-se no modelo de tomada de poder dos soviets, ocorrida na Revolução Russa de 1917, e defendia que os conselhos seriam o embrião do “duplo poder”, para destruição do Estado burguês e criação de um novo Estado socialista. Nesse sentido, só a classe trabalhadora poderia participar dos conselhos populares¹⁵.

Outro setor, mais ligado aos movimentos populares urbanos, aos CEBS e à educação popular, via os conselhos populares como espaço de fortalecimento das organizações e afirmação da sua autonomia, e simultaneamente se constituía como *locus* privilegiado de diálogo com o Estado¹⁶. Isto é, uma via os conselhos enquanto mecanismo revolucionário, enquanto a outra o via como mecanismo de organização e fortalecimento do movimento social. Efetivamente, muitas das experiências que se denominaram conselhos populares eram na verdade espaços de articulação de movimentos sociais ou associações sem nenhum vínculo com a ação do Estado, como os Conselhos Populares de Saúde da Zona Leste, em São Paulo, ou alguns Conselhos Populares em Porto Alegre¹⁷. Ambas as linhas de pensamento serão revistas pelo próprio partido no início dos anos 1990.

Além dessa divergência de fundo sobre seus objetivos, havia também divergências sobre a forma de organização dos conselhos: ora eles deveriam ser organizados por bairro, para decidir sobre todas as questões; ora eles eram organizados por temática¹⁸.

Havia, portanto, uma diretriz, que era a de governar por conselhos populares, sem que se definisse o que isso significava de fato. Isso dava margem para disputas partidárias internas, ao mesmo tempo que havia espaço para o experimentalismo. As experiências de participação vistas como bem-sucedidas eram logo associadas ao que deveria ser um conselho popular. É o que se depreende do trecho abaixo:

Nós já definimos uma proposta nesse sentido, configurada na formação dos conselhos populares, enquanto modo de controle da administração.

São formas de organização pela base que devem discutir, controlar, intervir nas decisões e fiscalizar as políticas da prefeitura. Essa proposta não surgiu pronta das nossas cabeças, mas foi resultado de reflexões em cima de experiências concretas como o Conselho Popular de Osasco, da Assembleia do Povo de Campinas, os Conselhos de Saúde da Zona Leste.

Por isso mesmo ela não deve ser tratada como um “chavão”, ou seja, como uma palavra mágica que resolveria por si mesma qualquer problema em qualquer ocasião. Ela é uma referência que, para ser aplicada em cada circunstância exige sempre uma recriação levando em conta as condições locais. [...] O fundamental é o estímulo às práticas pelas quais diferentes camadas populares vão aprendendo, na própria luta, a criarem seu poder.

[...]

Nesse contexto é que devemos nos empenhar ao máximo para popularizar a linguagem dos orçamentos municipais, tornando possível a sua compreensão e discussão do modo mais amplo, revelando, por detrás de sua aparência técnica, seus aspectos políticos.¹⁹

Em 1988, fazendo um balanço das quatro prefeituras petistas de então²⁰, Ricardo Azevedo aponta para um quadro em que cada local apresentava experiências diferenciadas. Para ele, apesar de alguns deles terem sido estimulados pelo governo, os conselhos populares não eram nem órgãos partidários e nem de governo, mas, sim, canais de participação democrática, com autonomia perante o governo e participação de todos os cidadãos em sua eleição/definição de funcionamento.

Duas dessas experiências eram, na verdade, pré-existentes ao PT e cumpriam a função de associação de moradores: em Vila Velha (ES) existia um Conselho Comunitário vinculado à prefeitura, formado antes da eleição do PT, com representantes das associações de bairro da cidade. Já em Janduí (RN) havia um Conselho Comunitário constituído como associação civil, ao qual 60% dos habitantes eram associados e a partir do qual o próprio PT se constituiu.

Em Fortaleza, a única capital governada pelo PT à época, não havia nenhuma experiência concreta de mecanismos de participação popular por meio da prefeitura. A prefeita Maria Luíza Fontenele pertencia à Tendência Popular do MDB, entrando no PT somente após sua fundação²¹. Ela assume a prefeitura sem possuir um único vereador do partido na Câmara de Vereadores, diante de graves problemas de infraestrutura urbana. Após um mandato bastante conturbado, também permeado por intensas disputas partidárias, ela é expulsa do partido, filiando-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB)²².

Segundo Azevedo, o grupo de Fontenele era contrário à constituição de conselhos populares, por considerá-los mecanismo de atrelamento e cooptação do movimento popular pelo Estado. No entanto, tratava-se de uma mudança de discurso no decorrer da experiência de governo, uma vez que seu discurso, logo que eleita em 1985, era de governar por meio de conselhos populares, conforme se depreende da sua afirmação em uma entrevista:

Quanto aos conselhos populares, o PT vai governar com eles, desde a periferia, através de associações de bairros, de conselhos de bairros ou de qualquer forma de organização, ao nível mais simples da comunidade, passando pelas sub-prefeituras, conselhos de cada setor, como conselho de educação, de transporte, indo ao nível maior ou seja: o Grande Conselho Popular Permanente de defesa dos interesses de Fortaleza, que terá interferência política na gestão municipal²³.

Entre todas as experiências de governo municipal avaliadas por Azevedo, Diadema, a primeira prefeitura eleita do PT, foi o único espaço em que a ideia de constituição de conselhos populares teve algum desdobramento mais concreto. Foram instituídos conselhos populares nas áreas de transportes, saúde e orçamento; este último funcionou desde o primeiro ano de governo, em 1983. Sem ter o nome de conselho popular, outra experiência relevante ocorrida na gestão de Diadema foram os mecanismos de participação popular no programa de urbanização de favelas da cidade²⁴.

Apesar do relativo sucesso, todas as experiências de Diadema ocorreram permeadas de conflitos entre o prefeito, seu secretariado, as instâncias partidárias, os vereadores do PT e a população. Além das disputas por espaço político, havia também divergências sobre o tempo da participação, que demandava reuniões, debates e um longo processo de construção política, e a pressão do calendário eleitoral, que exigia que o prefeito fizesse entregas para a população no menor tempo possível. Apesar de ter conseguido se manter durante todo o período, em meio a esse fogo cruzado, Gilson Menezes saiu do Partido ao final do mandato, depois de perder a disputa para definir seu sucessor²⁵.

Em artigo de 1988, Celso Daniel²⁶ busca discutir as ambiguidades presentes na ideia de conselhos populares. Seu artigo inicia-se com as diretrizes do programa petista para o governo: a inversão de prioridades, com políticas públicas para os menos favorecidos, articulado ao incentivo à participação popular.

Ele busca diferenciar os conselhos de órgãos dos movimentos sociais, conselhos operários (soviets) ou ainda órgãos administrativos. Eles deveriam ser, na verdade, espaços pluriclassistas, envolvendo a participação de todos os cidadãos e precisando evitar uma composição meramente corporativa.

O papel central dos conselhos populares refere-se ao que Celso Daniel conceitua como poder local, lembrando que sua fala é voltada para o âmbito municipal. Este não se limitaria ao poder político-institucional, mas abrangeria também o poder econômico, social e administrativo. O papel dos conselhos populares seria o de fortalecer o poder social diante dos demais.

Embora devendo eventualmente ser institucionalizado pelo governo local, o conselho popular seria acima de tudo um canal de participação e controle social. Isso deveria ainda se distinguir da própria participação em si, que por sua vez independeria do governo e caberia somente aos movimentos sociais.

Obviamente, isso implica distinguir os conselhos dos movimentos sociais para os quais se pretende abrir espaços de participação. *Implica, ademais, diferenciar a criação de canais para a participação da própria participação. Esta última não depende do governo, mas sim da iniciativa dos próprios movimentos sociais.* A instauração de processos de participação popular no poder local, portanto, para ser efetiva, independente e autossustentada, é função, em última instância, da capacidade que venham a possuir ou adquirir os movimentos sociais no sentido de exercer um poder social alternativo. Por mais que isto seja desejo de um governo local, não cabe a este efetivá-lo.²⁷

Para sua efetividade, Celso Daniel considera central que o executivo local esteja disposto a abrir mão de seu poder decisório, atribuindo ao conselho caráter deliberativo. Essa diretriz, contudo, direciona-se ao futuro, em um momento de maior amadurecimento de seu formato, forma de composição e atribuições.

Por fim, é rechaçada a ideia dos conselhos populares como instâncias de duplo poder, de inspiração leninista, em que há uma disputa sobre o poder legítimo. Na verdade, os conselhos populares não se colocariam em contradição com os demais poderes, mas sim em condição de complementaridade, com papéis diferentes para um mesmo processo de decisão. A relação entre os conselhos populares e o Executivo é entendida de forma semelhante à relação do segundo com o Legislativo. Estaríamos em face de

mais um poder, dentro da clássica divisão de poderes, compatível com o sistema de democracia representativa.

O papel dos conselhos populares para a construção do socialismo também era objeto de divergências. Para Celso Daniel, “não se faz socialismo no nível municipal”. Ele e Ricardo Azevedo defendiam que os conselhos cumpriram a função do fortalecimento de uma cultura socialista, pela introdução de novas práticas de participação da população na vida política, mas sem que isso, por si só, fosse capaz de iniciar um processo revolucionário.

Havia, portanto, uma frouxidão da proposta de criação de conselhos populares, não só em sua forma de organização e composição, mas também em seu caráter perante os objetivos partidários para a construção de um, pouco definido, socialismo democrático.

Esses elementos irão gerar confusões e potencializar disputas de tipos variados, entre os espaços partidários, dos movimentos sociais e do governo, nas poucas prefeituras conquistadas pelo PT. Todavia, também parece ser o ponto de início para a elaboração de experiências exitosas e inovadoras na gestão pública.

Nesse sentido, cabe destaque para o fato de que, já naquele momento, temas de orçamento e saúde aparecem de forma recorrente e mais destacada em face dos demais. O próprio Conselho de Orçamento de Diadema foi instituído por orientação partidária, logo no primeiro ano²⁸.

Em realidade, o termo era capaz apenas de canalizar a diretriz de incentivo à participação popular e à organização política dos setores populares como mecanismo de transformação social, tanto em seu sentido revolucionário ou reformista. A sua falta de definição era resultante de um partido ainda em processo de construção de sua identidade, permeado por atores com distintas origens e tradições políticas. A disputa sobre o conceito dava-se em bases ideais, ou ainda a partir de experiências pontuais bem-sucedidas sobre as quais o PT tinha em geral pouca influência. As experiências de gestão do partido eram poucas e localizadas, insuficientes para deslocá-lo de sua lógica de atuação prevalentemente movimentista e de oposição²⁹.

SURGE O “MODO PETISTA DE GOVERNAR”

Até 1988, o PT acumulava poucas e problemáticas experiências de governo, com crises grandes entre seus diretórios municipais e o governo local, que culminaram na saída do partido, ao final do mandato, dos prefeitos de Diadema e Fortaleza³⁰. Além dessas experiências, bastante localizadas geográfica e politicamente, a principal vivida pelo PT na institucionalidade é a atuação de sua bancada de 16 deputados³¹ no processo da Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse período, haviam existido algumas experiências partidárias voltadas à reflexão sobre a atuação petista no âmbito de governos municipais. Vale mencionar o esforço empreendido por volta de 1985 pelo grupo de trabalho de Política Municipal e Participação Popular³² ligado à Fundação Wilson Pincheiro (FWP)³³ e ao Diretório Municipal de São Paulo. Ainda em 1987, o Instituto Cajamar³⁴ também havia elaborado uma primeira experiência de curso de formação para candidatos a prefeito e vereador.

No entanto, a primeira iniciativa de instituir uma instância formal partidária para se debruçar sobre a atuação institucional do PT, tanto em governos municipais quanto no legislativo, se dá com a criação da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (SNAI-PT), em 1989, cujo primeiro secretário é Luiz Dulci. Inicialmente a secretaria não era parte da Direção Executiva partidária. Simultaneamente, o Diretório Nacional do PT aprova a criação do Instituto Nacional de Administração e Políticas Públicas (INAPP), cujo perfil seria mais técnico, para elaboração de políticas públicas, enquanto a SNAI teria eminentemente o papel de articulação política. Por fim, com a intenção de articular a intervenção do PT nas prefeituras, é criado ainda um grupo de trabalho com representantes das prefeituras das três capitais eleitas, São Paulo, Porto Alegre e Vitória, além de representante do INAPP, sob coordenação da SNAI³⁵.

O primeiro e talvez um dos mais importantes frutos da reflexão promovida pela SNAI no interior no PT resultou em um livro publicado em 1992, intitulado “O modo petista de governar”. Foi o início do uso dessa expressão que se firmou como verdadeira marca partidária ao longo dos anos 1990. Esse documento representa talvez a maior inflexão ocorrida no interior do partido, no que tange às diretrizes para a participação e políticas públicas.

O livro foi o resultado de um processo de 17 seminários temáticos e reuniões com petistas de prefeituras, bem como representantes de sindicatos, ONGs e Universidades. Colaboraram diretamente na consolidação do material, que resultou em uma publicação de autoria coletiva: as equipes da SNAI, do INAPP, o ILDES³⁶ e o Governo Paralelo³⁷.

“O modo petista de governar” se propõe a três grandes objetivos: realizar balanço dos três anos de experiência do PT nas gestões municipais; contribuir para o debate sobre reforma do Estado e políticas sociais; e, por fim, construir uma referência para a elaboração de programas de governo do PT nas eleições municipais subsequentes. Ele apresenta uma forte autocrítica em relação às concepções partidárias anteriores, reconhece a inexperiência administrativa do partido e menciona explicitamente haver uma “fragilidade de suas concepções gerais sobre a relação institucional e os caminhos estratégicos” e uma “inexistência de projeto alternativo para o Brasil, mediante um plano de reformas”. Diadema e Fortaleza são citadas como casos emblemáticos da “neces-

cidade de mediar a vontade política do partido e a administração pública”. Também busca delimitar o significado de uma vitória eleitoral local – “Administrar uma prefeitura pelo PT não significa que os trabalhadores tomaram o poder a nível local” – e diferenciar o que é o programa mais geral do partido para a sociedade do que vem a ser um programa de governo, com corte geográfico e temporal delimitados³⁸.

Há também uma tentativa de definição de papéis entre partido, governo e sociedade civil; o partido atua tanto na esfera estatal quanto societal, não se confundindo com nenhum deles: “A democratização do Estado e a garantia da participação da população nas decisões e na gestão é um papel da administração. Cabe à sociedade, estimulada pelo partido, criar espaços autônomos de organização”³⁹.

É reconhecida como função do partido a de sistematizar a ação prática e experiência das prefeituras em diretrizes gerais, que consubstanciariam o “modo petista de governar”. Este “modo” aparece conceituado de diferentes formas ao longo do texto, ora enfatizando mais a dimensão da transformação social, ora mais visto como método de gestão inovadora e democrática.

Em sua introdução, ele é definido como sendo a articulação de cinco eixos: a participação popular, a inversão de prioridades na aplicação de recursos e elaboração de políticas públicas, a defesa da desprivatização do Estado, a politização de conflito com o governo federal e a construção de uma política de alianças que se sustente na Câmara de Vereadores⁴⁰. Ou seja, em termos de programa político, permanecem as consignas “inversão de prioridades” e “participação popular”. O que se agrega a isso na verdade diz respeito à ação do partido na conjuntura daquele momento, direcionada a se constituir enquanto polo de oposição ao governo federal e aos seus programas associados ao neoliberalismo. A política de alianças é mais um mecanismo de garantia de governabilidade, do que uma diretriz programática.

Já em outro trecho, na seção específica de participação popular, a diferença do projeto petista está em seus laços com a sociedade civil e seu compromisso com a transformação social. Não chega a ter uma contradição com a outra definição, mas há uma clara diferença de ênfase:

O modo petista de governar é mais que uma inversão de prioridades administrativas, com a implementação de políticas públicas redistributivas a favor dos trabalhadores e das camadas mais pobres da população. O que diferencia o projeto petista de poder dos demais é que este se identifica na sociedade civil, com sua pluralidade de interesses, opiniões e vontades, e na cidadania dos trabalhadores e dos movimentos sociais, os atores privilegiados na formulação

das políticas de governo e na constituição de uma nova ordem social e política. O modo petista de governar é, portanto, uma proposta de transformação das condições da vida social por iniciativa dos homens e mulheres historicamente excluídos do poder sócio-político⁴¹

No que diz respeito às formas de concretização do ideário participativo, fica nítido tratar-se de um momento de transição ou inflexão política no que tange à consigna de conselhos populares. Ele ainda reside no imaginário petista, mas é cada vez mais insustentável ou descolado da realidade. A prática das prefeituras já aponta em outro sentido, consolidando a ideia de conselhos gestores e orçamento participativo, conforme se depreende dos dois trechos abaixo, extraídos de diferentes pontos:

A proposta de conselhos populares expressou a marca de nossa ação democratizante nas prefeituras. Havia, já no processo eleitoral de 88, uma preocupação com a expectativa que a proposta gerava. A expressão conselho popular era utilizada para denominar formas de organização distintas. [...]

Após três anos, esses dilemas ainda não estão equacionados politicamente no interior do partido. O debate sobre participação popular em nossas prefeituras está vinculado à ideia da existência de algum conselho ou comissão reconhecidos formalmente: orçamento, saúde, educação, desenvolvimento urbano

Estamos criando uma nova concepção de gestão democrática. O modo petista de governar, que se afirma: [...]

Pela instituição do direto à participação, combinando elementos da democracia representativa aos da democracia participativa, aprofundando as formas de controle da sociedade sobre a prefeitura, como aquelas desenvolvidas, em todas as prefeituras petistas, por ocasião do orçamento municipal através de conselhos, audiências públicas e plenárias nos bairros⁴²

No livro *O modo petista de governar*, já aparece o desenho bastante próximo do que são hoje os conselhos gestores de políticas, apontados como solução para praticamente todas as políticas setoriais, sempre com desenho semelhante: parcela da sociedade civil e parcela da administração.

É impressionante como fica clara a delimitação, outrora confusa, sobre quais são as funções dos conselhos gestores, qual o seu lugar institucional e o seu papel, bem como sua composição. Primeiro, fica bem delimitado que os espaços de autonomia e organização dos movimentos sociais são em fóruns próprios, que só podem deliberar sobre as ações do próprio movimento.

Por sua vez, os conselhos setoriais passam a ser entendidos como espaços institucionais organizados pelo próprio Estado, como o local de interlocução privilegiada com a sociedade civil, que tem o papel de fiscalização, controle e debate sobre diretrizes de políticas. A mesma definição é expressa em áreas tão distintas como cultura, habitação, meio ambiente, saúde e assistência social, educação e orçamento.

Outro ponto importante é que desaparece a ideia de que o governo deveria abrir mão de seu poder decisório, delegando-o aos conselhos. Em vez disso, temos o mote da “cogestão”, que irá se tornar uma constante nas resoluções sobre participação popular até pelo menos o início dos anos 2000⁴³. Isto é, não há delegação de poder por parte do Estado, mas sim uma gestão compartilhada com a sociedade civil, dentro dos espaços participativos. Em resumo, da indefinição e disputa sobre o caráter dos conselhos, há um deslocamento rumo ao papel de controle social e governança.

Outra variável importante para essa mudança no entendimento sobre o caráter dos conselhos parece ser as mudanças legislativas ocorridas a partir da Constituição de 1988. Não é possível, no presente artigo, avaliar o peso da influência do SUS e dos Conselhos de Saúde sobre as demais áreas setoriais, muito embora pareça razoável supor que a recente aprovação da lei que dispõe sobre a participação da comunidade no SUS (Lei nº 8142/1990) tivesse um poder de influência significativo como modelo para outras áreas de políticas públicas. Na seção específica sobre saúde, o PT reconhece a influência do movimento sanitário no seu programa:

O SUS implica gestão democrática, criação do Conselho Municipal e participação da sociedade nos vários níveis de decisão. Este avanço do setor de saúde, onde as propostas dos segmentos progressistas da sociedade para esta área foram incorporadas à Constituição, se colocava para todas as administrações, independente do seu matiz partidário.

Ao vencer as eleições municipais, o PT trazia o compromisso de contribuir com a implantação do Sistema Único de Saúde, já que os pressupostos aí estabelecidos vinham sendo defendidos pelo PT junto aos outros setores da sociedade e seus representantes desde a realização da 8^a. Conferência Nacional de Saúde, em 86⁴⁴.

O livro “O modo petista de governar” é também o primeiro documento do PT de maior circulação em que há menção ao Orçamento Participativo⁴⁵. Ele aparece especificamente vinculado à cidade de Porto Alegre, como uma das inovações para garantir “orçamentos com participação popular”. Isto é, o “Orçamento Participativo” é visto como um formato específico de participação no orçamento.

De modo à assegurar o realismo do orçamento, nossas administrações vêm inovando na forma de montagem das suas propostas orçamentárias e no processo de discussão junto ao Poder Legislativo no momento de apreciação das leis orçamentárias. A principal inovação é o Orçamento Participativo, peça fundamental para o resgate da cidadania.

[...]

Ao desenvolver cada uma das etapas desse processo, a cidade de Porto Alegre assegurou que o Orçamento Programa⁴⁶ de 1992 refletisse um rol de projetos e atividades vistos como necessários pela população e julgados viáveis pelo Executivo municipal⁴⁷.

Essa distinção é importante, pois por vezes a literatura é imprecisa e utiliza o termo de forma anacrônica para se referir a experiências de discussão popular do orçamento anteriores a esse período⁴⁸. Nenhuma das experiências da década de 1980 recebia o nome de Orçamento Participativo, embora obviamente constituíssem práticas participativas de discussão do orçamento. Mesmo em Porto Alegre, o termo só passa a ser utilizado em 1990, e seu desenho somente se consolida como tal nos anos de 1991 e 1992⁴⁹.

Sintomático disso é que a ideia de conselho popular, em desuso na maior parte das políticas setoriais, ainda aparece com força na temática específica do debate do orçamento:

Quanto às experiências de participação popular conforme o modelo de conselhos, destacamos o processo de elaboração e fiscalização da execução do orçamento municipal, implementado em quase todas as administrações exercidas pelo PT, de grande importância no sentido de se criar possibilidades efetivas de partilha do poder e de intervenção direta das massas organizadas na formulação das políticas municipais. Concretamente, *os conselhos populares de orçamento* vêm formulando as propostas de receitas e despesas municipais. Estes conselhos funcionam como formuladores da ação administrativa a ser negociada com os diferentes atores da sociedade civil e a Câmara de Vereadores⁵⁰

O debate presente na publicação expressa um momento de transição: a experimentação e diversidade de formatos para debater o orçamento é ainda valorizada, mas já temos o Orçamento Participativo apontado como modelo de experiência bem-sucedida para concretizar a diretriz petista de promover a participação popular em seus governos. A partir de um desenho institucional complexo, como é o do OP e mesmo os sistemas de conselhos gestores, a participação começa a ser incorporada no vocabulário da gestão pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início dos anos 1990, com o surgimento da ideia do “modo petista de governar”, representa um ponto de inflexão no ideário participativo do PT. A decisão deliberada do partido em investir na disputa de espaços institucionais, tendo como objetivo principal a conquista do governo federal, começa a gerar retornos eleitorais positivos: o PT passa a governar prefeituras em diversas grandes cidades.

Por sua vez, a maior presença na institucionalidade gera efeitos sobre o próprio programa partidário. A experiência prática evidencia as limitações, ambiguidades e contradições da ideia de conselhos populares. Diante da necessidade de dar respostas palpáveis e coerentes com o seu programa, o PT inicia diversas experiências nas cidades que governa, cada qual com sua especificidade local.

Gradualmente, o termo “Conselhos Populares” vai deixando de ser utilizado, e cede lugar, no programa partidário, a experiências de participação popular bem-sucedidas em gestões petistas, tais como o Orçamento Participativo e os diferentes Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Muito embora tenha caído em desuso, conhecer o debate sobre conselhos populares existente na formação do PT é essencial para compreender como surgiram importantes experiências de democracia participativa a partir dos anos 1990 no Brasil.

A ideia de participação popular, ao ser moldada pela experiência prática do PT no âmbito do governo, acaba por adquirir um significado que se distancia da ideia de revolução ou rompimento com a ordem, outrora presente no conceito de conselhos populares, e se aproxima cada vez mais de conceitos ligados à boa governança na gestão pública.

BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebecca Neera. From Ideas to Practice: The Partido dos Trabalhadores and Participatory Governance in Brazil. *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks, v. 23, n.4, p. 35-53, 1996.

ALVES, Márcio Moreira. *A força do povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

AZEVEDO, Ricardo Azevedo: depoimento [ago. 2013]. Entrevistadora: Carla de Paiva Bezerra. Brasília: Presidência da República, 2013.

BAIOCCHI, Gianpaolo. *Radicals in Power: The Workers' Party (PT) and Experiments in Urban Democracy in Brazil*. London: Zed Books, 2003.

BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992.

COUTO, Cláudio Gonçalves. *Mudança e crise: o PT no governo em São Paulo*. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.33, p. 145-164, 1994.

_____. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo: 1989-1992*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DALLARI, Pedro. *Política Municipal*. Fundação Wilson Pinheiro/Mercado Aberto: Porto Alegre, 1985.

FEDOZZI, Luciano. *O poder da Aldeia: gênese e história do orçamento participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

FEDOZZI, Luciano Joel. *Práticas inovadoras de gestão urbana: o paradigma participativo*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 100, n.100, p. 91-105, 2001. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/100/fedozzi.pdf>. Acesso em 15 mai. 2014.

FILOMENA, César Luciano. *O agonismo nas relações sociais do partido, dos espaços públicos da sociedade civil e do sistema administrativo estatal: a experiência da Administração Popular em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/1984>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

KECK, Margaret E. *PT a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Tradução de Maria Lucia Montes. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *The Workers' Party and democratization in Brazil*. New Haven and London: Yale University Press, 1992.

KOWARICK, L. F. F.; SINGER, A. A Experiência do PT na prefeitura de São Paulo. *Novos Estudos – Cebrap*, n. 35, p. 195-216, 1993.

MENEGOZZO, Carlos Henrique Metidieri (org.). *Centro Sérgio Buarque de Holanda: Guia de Acervo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. 248 p. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/uploads/guia_CSBH.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2014.

_____. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

MOISÉS, José Álvaro. Poder local e participação popular. In: DALLARI, Pedro. *Política municipal*. Porto Alegre: Fundação Wilson Pinheiro/Mercado

Aberto, 1985.

MONTORO, Franco. *Alternativa comunitária: um caminho para o Brasil*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982. 159 p.

_____. *Democracia participativa, seus fundamentos e instrumentos*. Brasília: Senado Federal, 1972.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Boletim Nacional*, São Paulo: n°. 0-3, 1981-1983.

_____. *Boletim Nacional*, São Paulo, n°. 1-75, 1983-1993.

_____. Projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil apresentado à Assembleia Nacional Constituinte em 06 de maio de 1987. mimeo. Brasília, 1987.

_____. Resoluções de Encontros e Congressos. Organização: Diretório Nacional do PT, Secretaria de Formação Política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PONTUAL, Pedro. *Pedro Pontual: depoimento* [mar. 2014]. Entrevistadora: Carla de Paiva Bezerra. Brasília: Presidência da República, 2014.

SIMÕES, Júlio de Assis. *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Sobre o exercício do poder popular no âmbito municipal. In: DALLARI, Pedro. *Política municipal*. Fundação Wilson Pinheiro/Mercado Aberto: Porto Alegre, 1985

SORIANO, Joaquim. *Joaquim Soriano: depoimento* [mar. 2014]. Entrevistadora: Carla de Paiva Bezerra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

SOUZA, Lincoln Moraes de. Das marcas do passado à primeira transição do PT. *Perseu: história, memória e política*, Dossiê 1982, Centro Sérgio Buarque de Holanda, Perseu Abramo, São Paulo, n° 2, ano 2, ago. 2008.

TATAGIBA, Luciana. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2004.

TEORIA & DEBATE. Edições n°. 01 a 13, dez.1987 - jan.1991.

1. Artigo baseado na dissertação de mestrado da autora. *Do poder popular ao modo petista de governar: mudanças no significado da participação para o Partido dos Trabalhadores* [online]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06102014-105726/>>.
2. Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, Colégio Sion (SP), 10 de fevereiro de 1980. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos-0>>. Acesso em: 19 maio 2013.
3. KECK, Margaret E. PT a lógica da diferença: *O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Tradução de Maria Lucia Montes. São Paulo: Ática, 1991. SOUZA, Lincoln Moraes de. Das marcas do passado à primeira transição do PT. *Perseu: história, memória e política*, Dossiê 1982, Centro Sérgio Buarque de Holanda, Perseu Abramo, São Paulo, n. 2, ano 2, ago, 2008.
4. Carta de Princípios – 1º de maio de 1979. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos-0>>. Acesso em: 19 maio 2013.
5. Para saber mais sobre o assunto: MONTORO, Franco. *Democracia participativa, seus fundamentos e instrumentos*. Brasília: Senado Federal, 1972. 23 p.
6. Conselho da Condição Feminina (1983), Conselho da Pessoa Portadora de Deficiência (1984), Conselho da Juventude (1986) e Conselho da Comunidade Negra (1986).
7. TATAGIBA, Luciana. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2004.
8. BAIOCCHI, Gianpaolo. *Radicals in Power: The Workers' Party (PT) and Experiments in Urban Democracy in Brazil*. London: Zed Books, 2003.
9. MOISÉS, José Álvaro. Poder local e participação popular. In: DALLARI, Pedro. *Política municipal*. Porto Alegre: Fundação Wilson Pinheiro/Mercado Aberto, 1985.
10. BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992. 324 p.
11. O conceito de “democracia operária” é expresso no documento conhecido como a Tese de Santo André-Lins. Seu pressuposto é a ideia de participação, em igualdade de condições, de todos os seus membros nas decisões políticas de uma organização sindical ou partidária: “2) democratização dos sindicatos; que os órgãos sindicais se pautem, em seu funcionamento, pela democracia operária que a todos assegura o direito de, em igualdade, participar das lutas e das decisões; [...] 4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer.” Tese de Santo André-Lins (São Paulo), 24 de janeiro de 1979. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos-0>>. Acesso em: 19 maio 2013.
12. II Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1982. Plataforma Eleitoral Nacional, Trabalho, Terra e Liberdade. Ponto 10, O Poder para os trabalhadores e para o povo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998) (grifo nosso).
13. SIMÕES, Júlio Assis. *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992.
14. SIMÕES, Júlio Assis. *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992.
15. FEDOZZI, Luciano. *O poder da Aldeia: gênese e história do orçamento participativo de Porto*

Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

16. PONTUAL, Pedro. Depoimento [mar. 2014]. Entrevistadora: Carla de Paiva Bezerra. Brasília: Presidência da República, 2014.

17. DALLARI, Pedro. *Política Municipal*. Fundação Wilson Pinheiro/Mercado Aberto: Porto Alegre, 1985. FEDOZZI, Luciano. *O poder da Aldeia: gênese e história do orçamento participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

18. MOISÉS, José Álvaro. Poder local e participação popular. In: DALLARI, Pedro. *Política municipal*. Porto Alegre: Fundação Wilson Pinheiro/Mercado Aberto, 1985. SIMÕES, Júlio Assis. *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

19. SADER, Eder. Sobre o exercício do poder popular no âmbito municipal. In: DALLARI, Pedro. *Política municipal*. Fundação Wilson Pinheiro/Mercado Aberto: Porto Alegre, 1985. Texto elaborado para a abertura do “Seminário de Alternativas Políticas para o Município de São Paulo”, realizado pelo PT em março e abril de 1985, com mais de 1000 participantes, que foi o primeiro momento de elaboração do programa de governo para a eleição municipal de São Paulo de 1985.

20. AZEVEDO, Ricardo de. Opinião: Uma Varinha de condão? *Revista Teoria & Debate*, Edição 04, 01 setembro 1988. Disponível em: www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/uma-varinha-de-condao. Acesso em 01 de agosto de 2015. Não há menção à prefeitura de Icapuí-CE, cujo prefeito havia recém se filiado ao PT. Por sua vez, Janduí-RN era governada pelo PMDB e o PT da cidade estava em fase de formação.

21. Mais especificamente, Maria Luiza era próxima do Partido Revolucionário Comunista (PRC), que atuava dentro do MDB, migrando para o Comitê Democrático Operário Popular, que se transformaria em Partido Revolucionário Operário, grupo que atuava ora como grupo interno ao PT, ora com autonomia. *Boletim Nacional PT*, dezembro de 1985, n.º. 15, p. 4-5, A mulher que derrotou os coronéis e PONTE JÚNIOR (1994) p. 10.

22. *Boletim Nacional*, n.39, outubro de 1988, p. 06.

23. *Boletim Nacional PT*, n.º 15, dezembro de 1985, p. 4-5. A mulher que derrotou os coronéis.

24. SIMÕES, Júlio Assis. *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

25. COUTO, Cláudio Gonçalves. Mudança e crise: o PT no governo em São Paulo. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.33, p. 145-164, 1994.

SIMÕES, Júlio Assis. *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

26. DANIEL, Celso Augusto. Participação popular. *Revista Teoria & Debate*. Edição 02, 01 março 1988. Disponível em: www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/participacao-popular. Acesso em 01 de agosto de 2015.

27. *Idem, ibidem*. (grifo nosso)

28. SIMÕES, Júlio Assis. *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

29. COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo: 1989-1992*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

30. Em 1982, o PT elegeu as prefeituras de Diadema (SP) e Santa Quitéria (MA), as duas de forma um tanto inesperadas. Santa Quitéria era até mesmo desconhecida pela direção nacional do partido, havendo menção a algum tipo de assessoria até novembro de 1983 nos informativos do PT, e o prefeito sai do PT logo em seguida por motivos desconhecidos. Em 1985, o partido elegeu seu primeiro governo de capital, Fortaleza (CE). Em 1986, o prefeito de Vila Velha (ES), é eleito para um mandato-tampão. O PT deteve mais uma prefeitura com Icapuí (CE), quando o prefeito do PMDB se filia ao PT em 1988. Os prefeitos de Diadema e Fortaleza saem do partido próximos do fim de seus mandatos. Apesar disso, o PT consegue se reeleger em Diadema, iniciando um

ciclo que viria a durar 30 anos ininterruptos de gestões petistas. Informações obtidas em: *Boletim Nacional do PT*, nov. 1983, nº.2; *Boletim Nacional do PT*, jan. de 1984, nº. 4; *Boletim Nacional do PT*, ago.-set. de 1988, n. 38. Os avanços em Vila Velha; *Boletim Nacional do PT*, abr. 1988, nº. 34. A quarta prefeitura petista; *Boletim Nacional do PT*, out. 1988, nº. 39.

31. Foram deputados constituintes pelo PT em ordem alfabética: Benedita da Silva (RJ), Eduardo Jorge (SP), Florestan Fernandes (SP), Gumercindo Milhomem (SP), Irmã Passoni (SP), João Paulo Pires (MG), José Genoíno Neto (SP), Luiz Inácio Lula da Silva (SP), Luiz Gushiken (SP), Olívio Dutra (RS), Paulo Delgado (MG), Paulo Paim (RS), Plínio de Arruda Sampaio (SP), Vladimir Palmeira (RJ), Vitor Buaiz (ES) e Virgílio Guimarães (MG). Partido dos Trabalhadores (1987).

32. Informações das entrevistas com Vicente Trevas e Ricardo Azevedo. Conforme entrevista com Ricardo Azevedo, participaram desse grupo de trabalho: Luíza Erundina, Amir Khair, Celso Daniel, Antônio Carlos, Vicente Trevas, Túlio Vigévolu, Elói Pietá, Gilson Menezes, Granado.

33. Conforme Menegozzo (2009: p. 37): “A Fundação Wilson Pinheiro (FWP) foi instituída pelo Diretório Nacional do PT em 1981, concebida como um instrumento político complementar à estrutura partidária. Foi nomeada em homenagem a Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Basiléia - AC, assassinado em frente à sede do sindicato no dia 21 de julho de 1980. [...] A FWP se dedicou a atividades de formação política da militância do PT, à assessoria de dirigentes e mandatos do partido, e foi responsável pela elaboração do primeiro projeto de tratamento do arquivo histórico do PT. Em função do acirramento de divergências entre seções da FWP e a Direção Nacional do partido, a Fundação acabou extinta no início dos anos 1990”.

34. O Instituto Cajamar (INCA) foi fundado em 1986 pela Central Única dos Trabalhadores, tendo funcionado até 1994 como um espaço de formação de lideranças sindicais e partidárias. Teve como seu primeiro coordenador pedagógico Paulo Freire. Por sua vinculação à CUT, funcionou como um espaço de formação mais identificada à corrente Articulação. Os setores da esquerda do PT tentaram instituir algo semelhante com a Fundação Nativo da Natividade, que funcionou entre 1988 e 1994. Referências: Entrevista Ricardo Azevedo (MENEGOZZO, 2009: p. 33), e <http://www.cut.org.br/destaque-central/54532/retomada-do-instituto-cajamar-fortalece-a-formacao-de-novas-liderancas-sindicais>. Acesso em: 25 maio 2014.

35. *Boletim Nacional* nº 42, fev. 1989.

36. Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES) era o nome com o qual a Friedrich Ebert Stiftung (FES), fundação do Partido Social Democrata Alemão (em alemão, Sozialdemokratische Partei Deutschlands, cuja sigla é SPD), atuou no Brasil entre 1976 e 2001. O ILDES/FES realiza cooperação internacional com o PT desde sua fundação até o presente. Para saber mais: www.fes.org.br/. Acesso em 25 mai. 2014. Para um estudo sobre o papel das fundações partidárias alemãs na cooperação internacional com o Brasil, ver: PEDROTTI, Paula Maciel. *A cooperação internacional na terceira onda de Democratização: o hibridismo da Fundação Konrad Adenauer e a experiência brasileira*. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2450/74976.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

37. Iniciativa do PT para fortalecer a oposição ao governo Collor, inspirada na experiência inglesa de gabinete paralelo. Posteriormente, daria origem ao Instituto Cidadania, atual Instituto Lula. Para mais informações: < www.institutolula.org/historia/#governoparalelo>. Acesso em 25 mai. 2014.

38. BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992, p. 15-34.

39. BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992, p. 24.

40. BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992, p. 15-34.
41. BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992, p. 210.
42. BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992, p. 23-25.
43. BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992, p. 25.
44. BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992, pp. 139-141.
45. As primeiras aparições do termo Orçamento Participativo entre os documentos investigados são: em 1992, no livro “O modo petista de governar”; no início de 1993, no Boletim Nacional do PT nº 67, dez. 1992 - jan. 1993. As estrelas das capitais (entrevista com Tarso Genro, recém-eleito). Em resoluções de encontros nacionais, ele aparece primeiro em 1993, dentro de uma moção do 8º. Encontro Nacional do PT e finalmente em 1994, aparece de forma destacada na Resolução “A Conjuntura e a campanha” do 9º. Encontro Nacional do PT. Após essas primeiras aparições, o Orçamento Participativo aparece constantemente até 2002.
46. O termo “Orçamento Programa” refere-se ao Orçamento Anual Programado.
47. BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992, pp.237-239.
48. Os primeiros registros de discussão do orçamento municipal com a população no Brasil remontam ao final da década de 1970, sendo conhecidas as experiências de Lajes (SC), Piracicaba (SP) e Vila Velha (ES) (ALVES, 1980; BAIOCCHI, 2003). Também sabemos que o PT adotou a orientação de priorizar a discussão do orçamento com a população pelo menos desde 1985 (DALLARI, 1985). Diadema, ainda em 1983, adotou a prática de discutir o Orçamento em um Conselho Popular (SIMÕES, 1992), assim como Vila Velha, também, já possui essa prática desde esse ano, ou ainda Janduí (RN) (AZEVEDO, 1989). O *Boletim Nacional do PT* destaca também as experiências de Vitória e Jaguaré (ES), ainda em 1989, entre as primeiras prefeituras a colherem bons frutos e se tornarem referências para o PT em termos de participação no orçamento. *Boletim Nacional do PT* nº 43, julho/agosto 1989.
49. FEDOZZI, Luciano. *O poder da Aldeia: gênese e história do orçamento participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
50. BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. São Paulo: Camargo Soares, 1992, p. 216.

GOLPISMO ONTEM E HOJE, NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA*

JEAN TIBLE

Quando falamos em golpe, primeiro temos que pensar no sujeito em quem faz o golpe. Sempre lembro de uma piada que conta o Marco Aurélio Garcia, historiador, dirigente do PT e assessor há mais de 12 anos da Presidência da República para assuntos internacionais: “Por que nunca teve golpe nos Estados Unidos? Porque lá não tem embaixada americana”. Há essa dimensão de que os Estados Unidos têm, digamos, uma prática golpista, talvez contínua. Mas há também o comportamento das classes dominantes e os momentos em que a ideia se torna popular ou majoritária entre a população.

Pra citar alguns exemplos, a operação *Brother Sam*, ocorrida no Brasil em 1964, é uma evidência de intervenção norte-americana, mas se constituiu como apoio a um golpe executado por atores brasileiros: militares, empresariado, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), quase todos os jornais, ou seja, houve todo um caldo para esse golpe civil-militar e, também, um apoio ideológico anterior, por meio de incentivo a Centros de pesquisa, a governadores etc. Ao contrário disso, mais recentemente, podemos citar o

*Participaram deste debate Jean Tible, professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP); Mônica Valente, Secretária de Relações Internacionais do PT; Ricardo Moreno, professor assistente da Universidade Estadual da Bahia e coordenador da Fundação Maurício Grabois/Bahia.

caso da Venezuela em 2002, quando derrubaram o Chávez que, por sua vez, voltou ao poder graças à bela reação da população¹. Houve, também o curioso episódio, no contexto das eleições bolivianas de 2002, quando o embaixador norte-americano falou que o Evo Morales era terrorista², e resultou disso que a popularidade dele subiu. Ele não ganhou desta vez, mas virou referência da esquerda boliviana do ponto de vista eleitoral. Há outros exemplos em que, ao contrário, o apoio norte-americano foi bem sucedido, como o golpe no Chile contra Salvador Allende, no contexto da Guerra Fria em 1973, ou outro recente ocorrido em Honduras em 2009.

Dito isto, para pensar a situação do Brasil e da América Latina hoje, é importante ter a ideia de que a influência norte-americana é forte, mas eu não a julgaria como um fator predominante. Claro que, do ponto de vista militar, temos uma unipolaridade, os americanos são a grande potência militar. Do ponto de vista econômico, o jogo é um pouco mais dividido. E eles têm também uma força ideológica, como nos novos movimentos da direita que surgiram recentemente no Brasil, o *Movimento Brasil Livre* ou o *Vem para Rua*, sobre os quais há suspeitas de que tenham financiamento americano. Mas isso não necessariamente é golpismo. Eu, por exemplo, trabalhei muitos anos em uma fundação alemã ligada ao Partido Social Democrata, a Fundação Friedrich Ebert³, há também a Fundação Rosa Luxemburgo⁴, com dimensões de solidariedade às disputas por hegemonia, que são, digamos, democráticas, e fazem parte do jogo republicano.

O momento que vivemos na América Latina hoje, a influência americana é menor do que em outros momentos. Se pegarmos o período histórico recente, eu vejo três ciclos: o ciclo das ditaduras, em que muitos países da região sofreram golpes apoiados pelos Estados Unidos, como mencionei antes, além do apoio concreto norte-americano aos governos ditatoriais. Depois temos o ciclo neoliberal, em que havia, digamos, apoio e afinidade forte com os Estados Unidos – evidente em falas como a do Carlos Menem, então presidente da Argentina, que pregava que a nação tinha que ter “relações carnisais com os Estados Unidos”, uma expressão um pouco estranha para a relação entre Estados. E, por fim, este último ciclo progressista no qual se manifesta uma grande força da região em relação aos Estados Unidos. Neste ciclo, vale a pena citar dois indicadores importantes sobre a perda de força dos Estados Unidos na região: a reintegração de Cuba ao sistema interamericano, ou seja, quando países membros disseram que não ocorreria mais nenhuma Cúpula das Américas⁵ sem Cuba; e a derrota do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), enterrado em 2005.

Claro que os Estados Unidos permanecem como um ator importante e forte. Mas as dificuldades da esquerda hoje, inclusive dentro deste ciclo pro-

gressista, são mais internas do que relativas a um “inimigo externo”, seja na Venezuela, na Argentina ou no Brasil, para falar dos três países mais importantes. Se pensarmos no ciclo progressista, temos três pontos interessantes: primeiro, que no mundo inteiro, na China, na Índia, na Europa e nos Estados Unidos, a desigualdade tem aumentado nas últimas décadas. A única região onde isso não ocorreu foi aqui, principalmente na América do Sul. Se não me engano, principalmente na Venezuela, mas em todos os países de forma geral, esse é um ponto muito forte. O segundo ponto refere-se à entrada de novos sujeitos em cena. Para entender a eleição do Chávez na Venezuela em 1998, é necessário considerar o *Caracaço*, a primeira revolta popular contra o neoliberalismo, ocorrida em Caracas. Da mesma forma, o governo Evo Morales é resultado, em alguma medida, da guerra da água, a guerra do gás⁶, e uma série de lutas sociais que ocorreram na Bolívia. Mesmo o governo Kirchner⁷, na Argentina, está intimamente relacionado aos protestos de 2001, conhecidos como “Que se vayan todos”, quando derrubaram diversos presidentes, em série, em poucos dias. No caso do Brasil, não podemos entender a eleição de Lula sem esse ciclo muito forte e bonito, que surgiu no fim dos anos 1970 e começo dos 1980, na forma do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da organização de outros partidos de esquerda, da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Movimento Negro e tudo o mais. Esse ciclo dá outro significado ao que seria a democracia, ela se torna mais pulsante. Por fim, o terceiro ponto é sobre a questão da integração. Além da supracitada resistência e vitória contra a ALCA, é importante ressaltar também uma agenda positiva, de criação de instituições, o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) no âmbito político dos Estados Latino-Americanos sem a presença do Canadá e dos Estados Unidos; da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); e outros⁸.

Se considerarmos, de outro lado, as dificuldades, eu as atribuiria ao âmbito interno e regional. Voltando aos três países, no caso da Venezuela, por mais que tenham ocorrido uma série de conquistas do ponto de vista democrático, de conquistas sociais e do protagonismo popular, na economia a dependência do petróleo se manteve, mesmo após quinze anos. A Argentina também vive certa “decadência econômica”. Além das nossas dificuldades, aqui no Brasil, neste momento. Isso tem uma relação com debilidades que são internas. Claro que não temos como desprezar o poder do imperialismo americano, mas é mais pertinente para nós – tanto para pensar, quanto para lutar – avaliar as debilidades internas, incluindo aí as contradições com relação aos novos sujeitos sociais. Aqui no Brasil, o discurso predominante do governo federal era o da criação de uma nova classe média. E, quando esta

classe média se comporta como tal, reclamamos. No entanto, ela foi nomeada assim antes. Mesmo o Evo Morales, que não usou essa terminologia, acabou de perder uma eleição em El Alto, do lado de La Paz, a cidade marco das lutas indígenas. O candidato de seu partido foi derrotado por uma candidata também indígena, aimara, mas de centro-direita. Há em El Alto, de alguma forma, um capitalismo aimara, com a força da economia popular, e percebe-se a dificuldade da esquerda de dialogar com esse novo momento. Ao mesmo tempo, apesar dos avanços democráticos, não conseguimos radicalizar a democracia em outros termos. Pra citar um exemplo, a experiência do orçamento participativo, de Porto Alegre⁹, é modelo em âmbito internacional – candidatos próximos do *Podemos* ganham em Madrid e Barcelona e um dos principais pontos do programa deles é o orçamento participativo – e nós mesmos deixamos de lado. De alguma forma, mantivemos uma democracia burguesa demais, para usar as velhas palavras, ou representativa demais. Na questão do desenvolvimento, por sua vez, nos falta discutir e ter propostas para a dimensão ambiental. Mesmo nos países onde a questão indígena é muito forte, como Equador e Bolívia, em vários momentos os movimentos indígenas saíram da base de governo, tanto do Rafael Correa¹⁰ quanto do Evo Morales. Vemos situações estranhas como o Rafael Correia chamando de terroristas e primitivos alguns povos indígenas, e na Bolívia, os próprios grupos indígenas do Altiplano, do oeste boliviano, chamando de selvagens os índios que foram contra a construção da estrada cortando o Parque TIPNIS na região oriental do país. São exemplos, para pensarmos um pouco as nossas contradições. A questão da integração, por fim, mesmo com todos os pontos positivos abordados anteriormente, ainda é insuficiente. Claro que revertemos um processo histórico onde cada um ficava de costas para o outro, mas isso não me parece suficiente.

Voltando à questão da relação da região com os Estados Unidos, claro que não podemos desprezar a dimensão geopolítica. Se pensarmos na questão da Petrobras¹¹, é certo que existe uma disputa global, uma luta contra o regime de partilha – os e-mails da Petrobras foram espionados pela Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos, houve uma queda do preço do petróleo que alguns atribuem a decisões geopolíticas de acordo dos Estados Unidos com a Arábia Saudita etc. Mas, novamente, teríamos de pensar mais sobre quem abre fissuras para eventualmente propiciar alguma chance de golpe – que eu não vejo – mas se há, são mais as nossas fragilidades, de alguma forma é o teto do nosso ciclo progressista.

Se observarmos hoje o Brasil – e para esta atividade, preparatória do V Congresso do PT, é importante –, eu vejo as instituições em geral em crise. A começar pela esquerda. A UNE não representa muito os estudantes universitários, o sindicalismo também tem um monte de debilidades neste sentido. Os

partidos políticos também têm sofrido isso de alguma forma, indo neste caso para além da esquerda. É a democracia que está sendo questionada, mas isso não necessariamente é ruim. No fim dos anos 1970 e começo dos 1980 iniciou-se um ciclo – com um papel importante do PT, mas que é mais amplo do que isso – no qual foi a rebeldia e a disrupção que esses novos atores representaram que construiu a transição que estava sendo pactuada, da inserção de um novo ator na democracia, os trabalhadores. As assembleias em estádios de futebol¹² e tudo o mais. Mas o que interessa fixar disso é que ocorreu um momento de crise das instituições, e a resposta da esquerda foi muito interessante e criativa naquele momento.

De alguma forma, hoje está todo mundo em xeque. A própria direita, se olharmos a posição dos novos grupos de direita como o *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre*, não se referencia muito no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), inclusive, há muitos críticos, para não falar do Democratas (DEM) e de outros. De certa forma, todas essas instituições estão em crise. Agora é o momento de elaborar e propor as bases do que seria um novo ciclo.

Se abriu um novo momento e a gente pode ou não fazer parte dele. Depende da nossa *virtu*, de qual resposta política nós vamos dar a essas dificuldades. Por isso, que o V Congresso do PT é importante neste sentido. O Partido dos Trabalhadores é um ator político fundamental. Perder vitalidade é ruim para o PT e para a esquerda, mas, sobretudo, é ruim para a democracia brasileira. A vitória de um operário deu ao sistema político uma legitimidade muito forte. Se esse ator político ficar muito debilitado, de alguma forma a democracia brasileira perde força e vitalidade. Por isso é importante o PT ter força, mas para isso ele tem que se repensar.

Quando eu comecei a militar no PT, sempre que víamos qualquer luta, em qualquer lugar do Brasil, era só procurar um pouquinho e havia um petista, ou até mesmo pessoas não ligadas ao PT, ao se rebelarem, eram chamadas de petistas, assim como outros foram chamados de comunistas em outros países, ou no passado aqui no Brasil. Isso não acontece mais, o que é um sinal forte de que algo não está funcionando bem. Nós tivemos algo positivo, uma disrupção, em junho de 2013¹³, e o problema é que não só o PT, em geral, não estava presente – embora alguns petistas estivessem – como também muitos petistas foram contra. Claro que a rebeldia nunca acerta em tudo, mas o impulso questionador vale mais do que qualquer ambiguidade, que no mais sempre existirá quando muita gente está na rua. Por exemplo, no Fora Collor de 1992¹⁴, havia malufistas nas ruas de São Paulo durante as marchas, a ambiguidade é parte dessas grandes mobilizações. Mas nós falhamos em não nos abriremos aos novos sujeitos que surgiram neste momento. Estes são, às vezes, difíceis de dialogar, em parte porque são menores, não tem associações grandes, agregadoras, como

foram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a CUT. Estes atores assustavam, nos anos 1980 e 1990, mas hoje não assustam muito mais o poder econômico, as oligarquias etc. Esse foi um teste interessante das mobilizações de junho de 2013, elas assustaram tais poderes. Esse é um bom indicador, especialmente quando a esquerda existente não consegue mais assustar. Por isso a figura do Lula é muito forte, bastou falar em “exército do Stédile”, que causou certo medo¹⁵.

Um dos pontos para um programa renovado é tratarmos da questão da vida. Não no sentido conservador porque neste a concepção de vida está à frente do direito das mulheres de dispor de seu próprio corpo, por exemplo. Mas *vida* no sentido de enfrentar a discussão primordial do extermínio da juventude negra. Assim como Lula foi genial colocando na agenda política do Brasil e do mundo a questão da fome, talvez o problema do extermínio da juventude negra seja a próxima grande questão que a esquerda deve colocar para a sociedade brasileira. Além disso, temos perdido muitas lideranças de movimentos sociais. Se pegarmos os povos indígenas, apenas no período desde que Lula foi eleito, uma média de um índio por semana é morto; e entre os camponeses os números também são assustadores. Nós perdemos uma série de lutadores. Ligado a isso, há uma indignação seletiva de muitos setores da esquerda com relação à violência policial de repressão de protestos, sendo minimizada quando estes não são contra setores aos quais ela é ligada. Para ser mais claro, vou comparar dois casos recentes. A repressão absurda e inaceitável feita aos professores no Paraná causou muita indignação em quase todos os setores da esquerda. Mas, quando o *Movimento Passe Livre*¹⁶, convocou em São Paulo uma manifestação no dia 9 de janeiro de 2015 contra o aumento da tarifa de ônibus e metrô, com a participação de 15 a 20 mil pessoas, a polícia barbarizou da mesma forma, e a indignação foi menor, mesmo sendo a repressão realizada pelo aparato de polícia militar estadual, que tanto em São Paulo quanto no Paraná respondem ao governo do PSDB. Além destes, no Rio de Janeiro, há intervenção das Forças Armadas em alguns momentos, no Morro do Alemão, no Complexo da Maré etc. Diante deste quadro, um ponto para a esquerda pensar, para reelaborar pactos ou sinalizar um projeto político novo, deve incluir essa dimensão da vida.

A possibilidade de fortalecimento da ideia de golpe é relativamente fraca, mas tudo depende da nossa reação, de como vamos lidar com as contradições presentes no Brasil, assim como na Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador. Além disso, como vamos responder ao nosso sucesso: nós diminuimos as desigualdades; fortalecemos vários sujeitos sociais importantes; iniciamos um processo de integração; fortalecemos a democracia; e um dos resultados desse processo, felizmente, é que diversas populações não estão satisfeitas com essas vitórias, é preciso prosseguir. A partir dessa questão, cabe respondermos aos novos desafios.

MÔNICA VALENTE

Para discutir o tema "Golpismo ontem e hoje no Brasil e na América Latina", é necessário resgatar o contexto do auge da Guerra Fria, entre 1950 e 1970, momento crítico em que muitos países do chamado "Terceiro Mundo" lutavam pela independência política, e buscavam um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Foi um período histórico, especialmente aqui na América Latina, no qual vivemos os chamados golpes de Estado, ou militares. Via de regra, foram golpes organizados pelas Forças Armadas, com incentivo, financiamento e orientação ideológica por parte do chamado "Império", os Estados Unidos, principal país capitalista. Como vivíamos o ambiente da Guerra Fria, junto à população e às grandes massas, a "justificativa" para esse tipo de intervenção era a necessidade de combater o comunismo. Foi assim no Brasil e em muitos outros países, e desta forma se estabelecia uma disputa ideológica de projeto de mundo e de país, que acabava encontrando apoio de setores da burguesia, das classes médias, os órgãos da grande imprensa, setores religiosos, empresas e outros aparatos da superestrutura. O apoio externo, normalmente norte-americano, assegurava recursos para bancar a propaganda contra o governo a ser derrubado; a mobilização civil; e, eventualmente, a compra de armas ou pagamento de mercenários – como aconteceu na Guatemala em 1954 e dez anos depois no Congo.

Por meio deste padrão, de golpe de Estado por meio das forças armadas e com apoio da burguesia nacional, foram implantadas ditaduras civis ou militares entre os anos 1950 e 1970, até a queda do chamado "socialismo real", ou do muro de Berlim, em 1989. A partir de então, a conjuntura do pós-Guerra Fria significou na maioria dos países do Leste Europeu uma opção pela democracia liberal, eleições etc. No caso do Brasil e da América Latina, onde tivemos ditaduras, houve um processo importante de redemocratização.

O fim da ditadura aqui no Brasil é datado formalmente do ano de 1985, mas, em 1982 já haviam ocorrido eleições para governos estaduais – a primeira eleição em que o Lula disputou, como candidato ao governo do estado de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nessa época, na conjuntura do pós-Guerra Fria, de um lado havia os países do chamado ex-socialismo real adotando democracias liberais, e, de outro, a redemocratização nos países da América Latina que haviam passado por golpes ou ditaduras civis ou militares. Mas, na maioria desses países redemocratizados, os governos eleitos adotaram política econômica e projeto de sociedade neoliberal.

Na primeira eleição para presidente da República no Brasil em 1989, na qual Lula foi para o segundo turno com Fernando Collor¹⁷, o programa deste segundo, presidente vitorioso, era claramente neoliberal. Havia uma propaganda do governo Collor, com uns elefantes caminhando bem lentamente,

que afirmava ser preciso diminuir o tamanho e o peso do Estado. Assim, em vários países da América Latina, esses novos governos pós-ditaduras se alinharam à ideologia neoliberal e ao Consenso de Washington¹⁸. Foi um período em que se dizia ser o “Fim da História”, pois se imaginava que, com a queda do muro de Berlim e fim do socialismo real, tudo seria capitalismo e democracia liberal.

Na América Latina, em 1998, esse cenário começa a mudar com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, pelo Partido Movimiento V Republica (MVR). Antes disso, ocorreu o *Caracazo*, em 1989, que foi uma revolta civil na cidade de Caracas duramente reprimida pelo governo de então, e que deu início a essa mudança política. Mas, em 1998, Chávez ganha a presidência e esse é o momento chave, ou “Chávez”, que inaugura na América Latina um novo período histórico muito interessante e importante. Tivemos Chávez, depois Lula, Rafael Correa¹⁹, Bachelet no Chile²⁰, Nestor Kirchner na Argentina²¹, Tabaré Vazques, no Uruguai²², Evo Morales, na Bolívia²³. Ganharam, portanto, governos progressistas, com perfil de esquerda, mas com alianças ao centro, neutralizando, assim, esse setor das classes médias e setores que, nos chamados golpes militares, tinham aderido aos golpes e também ao ideário neoliberal no início da década de 1990. E esses governos começaram a implementar um programa de desenvolvimento mais autônomo. Se analisada a situação europeia ou norte-americana no que diz respeito às condições de vida do povo e do país, nossa região foi uma exceção no mundo nos últimos 15 anos. A região latino-americana, principalmente a sul-americana, elegeu governos que tiraram pessoas da miséria, fizeram políticas de inclusão social e de desenvolvimento mais soberanas. Assim foi em todos esses países mencionados, com algumas exceções, como o caso da Colômbia, que é específico, porque nele ainda há uma guerra insurrecional e está num processo de discussão da paz. Mas, de uma maneira geral, esse bloco de países começou a constituir e a alterar a correlação de forças do mundo, ao mesmo tempo em que a crise do capitalismo financeiro começou a se agravar na Europa e nos Estados Unidos, eclodindo seu ápice em 2008.

Em 2005, esses governos, reunidos em Mar Del Plata, decretaram o fim da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que era um projeto norte-americano de “integração” entre as Américas, pelo qual as nossas economias e os nossos povos estariam subordinados às economias das transnacionais e ao capital financeiro internacional, principalmente às transnacionais norte-americanas, embora não somente. Com esses governos de esquerda e a derrota do projeto da ALCA de “integração”, pensado pelo capital norte-americano, ocorreu uma mudança geopolítica no cenário mundial, ou seja, os efeitos dessa derrota impactaram não só a relação dos países da América

Latina com os Estados Unidos, como também as relações internacionais em todo mundo, pois mudaram a correlação de forças no nível mundial. Isto a tal ponto, que tivemos a criação da UNASUL, da CELAC, o aprofundamento do MERCOSUL²⁴- embora eu considere que a política de integração regional precisa dar um salto de qualidade neste momento, sob pena de retrocedermos, por conta, inclusive, do cenário multipolar no mundo – evidenciando além dos desdobramentos do ponto de vista econômico, uma virada de rumo radical, também do ponto de vista político.

Por exemplo, o Chávez foi eleito em 1998 e sofreu várias tentativas de golpe. Hoje algumas pessoas - muitos dos nossos adversários -, dizem que a Venezuela é um país não democrático. Nesses 16 anos, a Venezuela teve eleições a cada um ano e meio, ou para a gestão dos municípios ou para o parlamento ou no nível nacional. Foram 15 ou 16 processos eleitorais, nos quais o chamado *chavismo*, esse bloco que dirige o país, tem vencido, com maior ou menor percentual. Em 1999 houve uma tentativa de golpe militar em que os próprios setores militares e do povo o reconduziram ao poder, acontecimento que deu origem àquele famoso documentário “A Revolução não será Televisionada”²⁵. Chávez, de fato, foi destituído e ficou 24 horas fora do poder. Em 2002, quando o Lula tinha acabado de ser eleito, ocorreu uma greve geral na Venezuela chamada pela Federação Empresarial²⁶ que contou, inclusive, com uma parte do movimento sindical venezuelano, e foi uma tentativa de golpe. O presidente Lula, então, criou o grupo *Amigos da Venezuela*, que começou a dialogar não apenas com os venezuelanos, mas, principalmente, com a Colômbia, com os norte-americanos, canadenses etc., com o objetivo de criar uma alternativa de diálogo e solução da crise nos marcos da democracia. Da mesma forma ocorreu com outras tentativas de golpe, como no Equador, em 2010; na Bolívia, quando um setor do país mais identificado com o capital nacional, e principalmente o internacional, tentou fazer a separação da Meia-Lua, a região de Santa Cruz, supostamente a mais rica, em 2007. Em todos esses casos houve ações dos países governados por mandatos progressistas e de esquerda para a manutenção do diálogo, da democracia e de antídoto contra os golpes. Neste momento, a UNASUL e a comissão de chanceleres estão tendo um papel importantíssimo no diálogo na tentativa de golpe na Venezuela. É importante considerar, ainda, o fato de termos a presença de Cuba nessa última Cúpula das Américas no Panamá, uma reunião que fazem todos os países americanos e da qual Cuba nunca havia participado. Na Cúpula das Américas anterior, ocorrida na Colômbia, ficou decidido que aquela seria a última reunião sem Cuba. Lembro da pergunta feita por um jornalista da CNN - Cable News Network entrevistando a Dilma em Cartagena naquela época: “Quando vocês decidiram que Cuba viria na próxima Cúpula das Américas,

qual foi a resposta do governo norte-americano?” E Dilma respondeu: “Mas isso não foi uma pergunta, nós decidimos”. E Cuba participou. Os governos progressistas, que tiveram importante papel econômico, também têm e tiveram importância política contra as tentativas de golpe e de hegemonia norte-americana aqui na América Latina.

O Jean Tible tem razão quando diz que uma parte dos nossos problemas são as fragilidades internas dos nossos governos e dos países latino-americanos. É verdade. São questões que não conseguimos solucionar ou não temos formulação política e histórica para darmos conta nesse momento histórico do mundo e da nossa região. Por outro lado, também não podemos deixar de considerar esses golpes de novo tipo – no Foro de São Paulo houve uma formulação muito interessante ao se referirem a eles como golpes “blandos”, brandos - que se utilizam de outros mecanismos de disputa e se aproveitam das fragilidades locais. Por exemplo, aproveitam quando tem crescimento de inflação na Venezuela, aproveitam quando em 2013 no Brasil houve a real e legítima reivindicação sobre a mobilidade urbana, eventos em que vemos um tipo de disputa política que passa por um certo golpismo, mas com instrumentos novos, pois não são mais as Forças Armadas financiadas e com inteligência da CIA, é um outro tipo, contando, inclusive, com uma disputa ideológica das mentes e corações, do jeito mais sutil e fino que possa existir.

O próprio ideário neoliberal incute na cabeça das pessoas um discurso do ódio, individualista e não coletiva: “eu é que vou fazer o meu futuro e que se danem os outros”. Não dá para negar que tem influência norte-americana, mas agora não apenas do governo estadunidense, e sim do capital financeiro internacional e das transnacionais. Claro que tal fato encontra terreno fértil nas fragilidades do nosso país, sejam elas de ordem econômica, política ou social. Isso significa dizer que, por um lado, do ponto de vista internacional, nós temos de fazer essa denúncia, mas os dois golpes que aconteceram, o golpe em Honduras (2009) e o golpe no Paraguai (2013) tiveram a participação claríssima das embaixadas norte-americanas. Em Honduras, aconteceu um golpe parlamentar judiciário contra o presidente Manuel Zelaya. O Exército o tirou da cama, o mandou para Costa Rica, e, no dia seguinte, o poder judiciário local e o parlamento disseram que ele estava deposto porque pretendia aprovar um referendo de reeleição infinita. Isso era mentira. Realmente teria eleição, mas o então presidente Zelaya não era mais candidato, ele era o presidente da República e estava propondo um referendo de reeleição para o seu sucessor ou sucessora. Ou seja, não era para ele, mas para o próximo presidente, para definir se poderia ter ou não reeleição. O governante estava propondo um referendo que é legítimo, democrático, no qual as pessoas iriam votar se queriam ou não. Dessa maneira ele foi deposto.

Já o presidente Fernando Lugo no Paraguai foi destituído por conta daquele episódio triste em uma região indígena e rural²⁷.

Considero que há uma inteligência do capital financeiro e das transnacionais, que também opera e trabalha, não necessariamente para dar golpes, em todos os lugares, para alterar as correlações de forças de tal maneira que possa implantar e derrotar os modelos políticos antineoliberais que, com todas as fragilidades, nós conseguimos implantar nesses últimos quinze anos na América Latina. E isso não é só aqui nesta região. Por exemplo, é necessário discutir o que é a Primavera Árabe nos dias atuais. Hoje eu li um artigo do Mauro Santayana²⁸ que recomendo a todos, no qual mostra o que resultou para os povos envolvidos, após as grandes mobilizações que ficaram conhecidas como Primavera Árabe, em termos de assassinatos e genocídio de várias populações.

Do ponto de vista interno, das nossas fragilidades, para esquerda e os governos progressistas – principalmente os partidos de esquerda e progressistas, mais do que os governos, porque estes sofrem os constrangimentos normais de qualquer administração, como a correlação de forças, aspectos econômicos, orçamentos etc. – há um grande desafio. O primeiro é enfrentar a crise do capitalismo internacional e financeiro, de maneira que consigamos preservar as nossas conquistas e dar um passo adiante, para construir definitivamente um modelo de desenvolvimento com integração regional e soberano. Não basta fazer o que fizemos, mais do mesmo não vai resolver, temos de dar o passo seguinte do ponto de vista da integração regional, com a criação de cadeias produtivas regionais, com integração energética e da infraestrutura etc. Mas também, e principalmente, do ponto de vista político e das nossas organizações, nós estamos desafiados a aprofundar a democracia. Nós tivemos experiências relevantes aqui no Brasil com as conferências nacionais de discussão de políticas públicas²⁹, por exemplo. Mas elas pararam ali, não demos o passo seguinte. Primeiro, não se descentralizaram, se realizam basicamente no âmbito nacional e não nos estados e municípios. E mesmo se tivessem se dado, ainda seria insuficiente em termos de experiência de gestão, de participação e de controle por parte da sociedade e da população organizada sobre o Estado e as suas políticas públicas. Segundo, a própria organização partidária ou sindical, ou outro tipo, deve repensar a comunicação com a base. Hoje, a informação chega até as pessoas de outra maneira. Antes distribuíamos panfletos, boletins, era tudo impresso e circulava de forma linear. Nos dias atuais as pessoas se informam, constroem sua opinião e se relacionam socialmente de uma nova maneira, é por meio digital. Vemos muitos organismos e pessoas que se organizam mais horizontalmente, em redes e, no entanto, muitos partidos ainda não compreenderam como é que podemos modificar a nossa

vida interna e a nossa organização pra poder permitir que cada vez mais o partido possa continuar a erigir as utopias a partir da participação dessas pessoas que vão dar continuidade a esse sonho que é construir um país e um mundo melhor.

Não estou tão pessimista quanto o Jean Tible. Apesar de todos os nossos problemas, e aqui falo como petista, entre 2013 e 2014 nós tivemos 149 mil novas filiações ao PT. Por equívocos internos e uma burocracia nossa, não conseguimos consolidar a filiação dessas pessoas até o momento, porque elas precisam de cursos de formação política. Isso é uma boa notícia, mas que também traz novos desafios. Neste ano, até abril de 2015, nós tivemos quase 17 mil novos filiados ao PT, pessoas que pela internet tentam se filiar, e mesmo por outros canais em todo o país. Vamos chegar até o fim deste ano, em termos de comissões provisórias nos municípios³⁰, com cerca de 90% de cobertura do território nacional como partido político. Não estou falando isso para dizer que não temos problemas ou que não temos de corrigir muitas coisas, mas para dizer que tenho um otimismo profundo – que vem, talvez, da minha própria experiência de militância – sobre a capacidade que tem um partido como o PT, que por várias razões enfrenta as dificuldades que hoje se colocam, de superá-las e dar um salto de qualidade na sua atuação, organização e formulação política. Também concordo que precisamos formular e ter propostas de uma agenda que chamo de “libertária”, relativas à criminalização da homofobia, descriminalização e políticas relativas à questão das drogas, e outras questões em relação à vida, como foi falado aqui, como o genocídio dos jovens negros das periferias, da desmilitarização da polícia etc.

Além disso, precisamos fazer a disputa de valores. É inadmissível que a esquerda e o PT, não faça disputa de valores em relação à campanha de ódio na política. Hoje é ódio aos petistas, mas o problema é mais amplo. Eu tenho uma amiga judia, cujos pais são sobreviventes de um campo de concentração na Polônia, e outro dia ela me disse: “Mônica, eu estou com vontade de sair em São Paulo com uma braçadeira de um lado com uma estrela de seis pontas amarela – que era como o nazismo identificava os judeus – e, do outro lado, com a estrela vermelha do PT, porque eu estou me sentido (discriminada) desse (mesmo) jeito”. É inaceitável que nós, enquanto esquerda, não façamos uma disputa de valores contra o ódio e pela paz, porque essa tarefa é nossa, se não fizermos, ninguém vai fazer. Os desafios são muito grandes, mas vamos em frente, vamos à luta e vamos às vitórias!

RICARDO MORENO

Vou defender uma tese diversa da do professor Jean Tible. Há uma certa cultura golpista da elite brasileira, que se verifica ao longo de toda a nossa história. Comparando apenas no interior do período republicano, estamos vivendo uma estabilidade institucional excepcional, pois já alcança trinta anos.

A própria República foi instalada no Brasil em 1889 por meio de um golpe. No dia seguinte à sua proclamação, Aristides Lobo³¹ diz para a imprensa: “o povo assistiu bestializado a República se implantar”. Ele queria dizer, com isto, que não se tratava de um movimento popular, ao contrário, o povo estava alheio ao que aconteceu. A República Velha, em seguida, foi um período de muita instabilidade política e institucional, era a república dos poderes regionais, e o ensaio de golpe estava presente a todo momento. Os anos 1920 foram muito marcados por isso, de tal forma que em 1930 temos um golpe. Costumo me referir à 1930 como a revolução burguesa brasileira, e incompleta. Burguesa pelas suas consequências, pelo tipo de Estado e sociedade que vai implantar, mas incompleta dado o arranjo de classes a partir do qual é feita – mas aí é uma teoria que remete à discussão da via prussiana, temática que não vou tratar neste espaço. Mas fato é que a revolução de 1930 foi um golpe.

Em 1935, com o recrudescimento da perseguição aos comunistas, ocorre a implantação de um verdadeiro regime de terror. O caso de Olga Benário é exemplar, presa política comunista, judia, é mandada para a Alemanha e vai parar num campo de concentração nazista. Em 1937, temos um golpe dentro do golpe, estabelecendo e oficializando a ditadura Vargas³², que será interrompida em 1945 por um novo golpe, quando os militares destituem Vargas do poder. Em 1947, ocorre uma espécie de golpe “calça curta”, que coloca o Partido Comunista do Brasil (PCB)³³ na clandestinidade, fecha a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil³⁴ e persegue o movimento sindical. Getúlio Vargas se suicida no desenrolar da construção de mais um golpe. Aliás, o suicídio de Vargas é entendido por alguns analistas como sua grande cartada política, porque ele muda a lógica da história política do país naquele momento. O getulismo seria o grande derrotado e, a partir do suicídio, ocorre uma virada, assim que o Antonio Balbino se torna governador da Bahia³⁵ etc. Mas era um golpe em curso, dando início ao que chamamos depois de “lacerdismo” – dada a figura do Carlos Lacerda³⁶ como central – porque inaugura uma forma de fazer oposição, com a imprensa atuando quase como partido político, com um discurso moralista de combate à corrupção, tal como vemos nos dias atuais.

Jânio Quadros³⁷, por sua vez, renuncia em meio a uma forte pressão. É um representante de direita, eleito como um político conservador, mas toma medi-

das que contrariam a direita. Por essa razão, chegou um momento em que ele não tinha a confiança da esquerda, pois não era alinhado a ela, nem tampouco da direita. Sem base social, ele acaba renunciando – dizem que ele renunciou esperando que o povo pedisse para que voltasse, o que não ocorreu. Fato é que, após a sua renúncia, inicia-se um debate sobre se o vice, João Goulart³⁸, deveria ou não assumir a presidência, evidenciando um golpe em curso. Para que ele assumisse, foi feito um acordo de redução dos poderes do executivo, momento em que se instala o parlamentarismo no país. Cerca de um ano depois é realizado um plebiscito que lhe restitui os poderes, mas a resposta, em seguida, é o golpe de 1964. Em 1968, ocorre um golpe dentro do golpe, pois se acirra ainda mais o terrorismo de Estado. E aqui, cabe uma homenagem aos jovens que lutaram com as armas possíveis naquele momento. Foi uma resistência heroica, capaz de construir essa história contemporânea democrática que nós vivemos.

Como podem observar, é estranho à nossa trajetória republicana esse período de estabilidade institucional longo, que já alcança trinta anos. Esta não é a cultura política da elite brasileira, que todas as vezes em que viu seus interesses ameaçados recorreu ao mecanismo do golpe. O golpismo é um elemento real, concreto, e nós não devemos menosprezar essa possibilidade.

No entanto, como historiador, não posso deixar de reconhecer que as condições atuais são distintas, senão eu estaria sendo anacrônico. Este período de relativa estabilidade institucional indica certo amadurecimento da sociedade, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural. A vitória popular nas eleições de 2002 promoveu uma mudança importante no centro do poder. Emergem novos sujeitos, forjados na luta popular de resistência à ditadura militar, no novo sindicalismo, no movimento estudantil, ou seja, atores que vêm do movimento de contestação social passam a ocupar espaços que tradicionalmente eram de outros setores da sociedade. A emergência desses novos atores já é um fato histórico em si, digno de registro, pois altera muito nossa configuração histórica.

É possível afirmar que este processo, embora não se desdobre automaticamente em mudanças, abre caminhos, ou seja, possibilita a construção de outro tipo de correlação de forças no Brasil, e outra maneira de embate e disputa. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da organização social de base, há um importante “efeito colateral”. Muitos dos nossos melhores quadros, aqueles mais experimentados, que se educaram através do protagonismo na luta social e da ocupação das ruas, são tirados desse lugar e passam a ocupar um papel na estrutura burocrática do Estado, no Legislativo e no Executivo. Evidentemente, o deslocamento dessas lideranças para tais espaços enfraquece o movimento social e a luta nas ruas.

Com isso, temos certo rebaixamento da atuação do movimento sindical, desde a sua elaboração até sua atuação – arrisco dizer. Os sindicatos se

tornaram extremamente burocratizados. Imaginem um sindicato dos bancários no qual o diretor do sindicato leva na agência um jornal e o entrega a cada caixa de banco, a cada funcionário. Ele estabelecia uma relação política com a sua base, cotidianamente. O sindicato não faz mais isso, hoje contrata um motoboy pra levar o jornal, perdeu-se o elemento de construção pela base. A institucionalização trouxe esse efeito colateral.

Não estou dizendo que é errado ocupar os espaços no Estado, ao contrário, destaquei a importância histórica dessas ocupação e da mudança de agentes do centro de poder, e disse que isso pode mudar a correlação de forças para disputas mais interessantes. Mas precisamos resolver essa burocratização, porque há uma supervalorização da frente institucional em detrimento do papel das frentes de massa. Com isso, nós perdemos o protagonismo das ruas. E sabemos que em política não existe espaço vazio, pois, se houver, alguém ocupa. Para nossa sorte está sendo ocupado por gente que não sabe muito bem o que fazer com ele, mas, não duvidem: aprenderão rápido. Hoje temos certa dificuldade em reocuparmos esses espaços. Concordo com o que Monica Valente disse anteriormente sobre os desafios colocados para a esquerda, mas não se trata apenas de nos adequarmos às novas tecnologias, é algo que vai além disso. Estamos vivendo um novo momento da luta de classes. O tipo de debate que hoje vejo presente na sociedade está muito imbuído de algo que Monica disse, que é a disputa ideológica, de valores, de corações e mentes. E isto está presente não apenas na realidade brasileira, é algo que está posto na sociedade, que precisamos entender melhor.

É verdade que nós tivemos, entre final dos anos 1990 e o início do século, uma ascensão de governos populares, que não ocorreu pela antiga via, revolucionária, mas pela disputa no âmbito das eleições, dos pleitos, do sufrágio. Os segmentos populares foram aprendendo a travar essa disputa e a ocupar governos – em especial na América Latina, com destaque para a Venezuela, para a Bolívia, o Equador, de certa forma –, e não só ocupam como dizem que estão construindo o socialismo, no seu processo específico, encontrando o seu caminho histórico original. A história é dinâmica, as coisas mudam e nós vamos buscar formas alternativas de responder a novas questões e novos problemas. Estes países da América Latina estão construindo seus caminhos.

Se isso aconteceu, por outro lado, há um processo mais recente que nos coloca numa forte defensiva estratégica. O Paraguai sofreu um golpe; a pressão na Argentina é de caráter golpista; a Venezuela vive em uma resistência quase permanente há alguns anos. Isso chega para nós no Brasil. Nós precisamos entender direito o que é esse fenômeno. De forma evidente, muito do modelo que vem sendo utilizado, apesar dos instrumentos e da linguagem moderna, é a velha receita que nós vimos na América Latina e que aqui no Brasil nós chamamos de “lacerdismo”. O uso da imprensa quase como um partido político,

o discurso de caráter moralista com forte conteúdo anticomunista – que ganha a feição do antipetismo no Brasil, essa coisa do “vermelho, tô fora” – esse discurso agressivo de ataque a nossos valores e a nossas conquistas.

Até pouco tempo, essa disputa ficava escamoteada, meio escondida. Alguém dizia: “não existe nem esquerda nem direita, é tudo a mesma coisa”. Quando o indivíduo pronunciava essa frase já sabíamos que ele era de direita, mas não tinha condições morais de se posicionar como tal. Mas, atualmente, este sujeito assume culturalmente quem é e o que defende. Essa posição está mais clara, mas está vindo de tal forma que não estamos preparados para ela. Precisamos nos instrumentalizar para esse novo momento do debate, que atualmente é mais franco. Se nos prepararmos para isso, será uma discussão que nos favorece, inclusive, porque é uma disputa sem mentiras. Na disputa de corações e mentes à qual Mônica Valente se referiu, ficarão expostos os valores de direita e também os de esquerda, para que possamos disputá-los na sociedade.

Saudando o V Congresso do PT, minha opinião – olhando de fora – é de que o grande desafio do Partido dos Trabalhadores atualmente consiste em analisar se ele consegue se apresentar como novidade para a sociedade brasileira hoje, 13 anos depois de chegar ao governo federal; de ser o principal partido da esquerda; e de ocupar os espaços sociais em que está inserido. A forma como se colocou até hoje, que foi vitoriosa, neste momento apresenta certo esgotamento. É o momento de darmos um salto de qualidade e começarmos a discutir não apenas no início das eleições, jogando tudo no programa eleitoral para mostrar o que o governo faz ou deixa de fazer, mas travarmos um debate social sobre que modelo de sociedade nós queremos construir, cuidar da educação política do povo.

Está provado para nós, no momento de crise atual - e considero sim que vivemos uma crise - que não basta governar bem. Acho que governamos bem. Nós temos que saber para onde estamos governando e travar esse debate com a sociedade, uma discussão ideológica e de valores. Devemos conseguir entrar nesse campo – que a Monica reivindicou – de disputa de corações e mentes, não pelo voto ou pelo candidato que vamos eleger, mas pelo projeto que estamos apostando. No momento em que colocamos a contestação ao financiamento privado de campanha, existe imbuído um debate de valor, e precisamos esclarecer isso para as pessoas. Por exemplo, apontar qual a relação promíscua que existe entre o capital privado, capital das empresas, com o político e o executivo que é eleito. No momento em que contestamos isso, queremos uma sociedade com uma disputa igual, queremos alterar a legislação que promove esse sistema eleitoral viciado que temos atualmente. Não basta dizer que queremos uma reforma política e o fim do financiamento pri-

vado, mas afirmar, do ponto de vista da disputa de valores com a sociedade, o que isso representa. Qual sociedade e qual caminho nós queremos construir para esse Brasil que governamos há 13 anos?

NOTAS

1. Hugo Chávez, eleito presidente da Venezuela pelo *Movimiento V República*, em 1998, e reeleito em 2000. O evento mencionado refere-se a uma tentativa de golpe ocorrida em 2002. (N.E.)
2. Declaração do embaixador Manuel Rocha, sobre o candidato Evo Morales, do partido *Movimiento al Socialismo*, à presidência da Bolívia. Evo Morales foi posteriormente eleito em 2005. (N.E.)
3. Fundação Friedrich Ebert, fundada em 1925 pelo Partido Social Democrata alemão. Tem sede no Brasil desde 1976, e conta com mais de 100 escritórios pelo mundo. (N.E.)
4. Fundação Rosa Luxemburgo, fundada em 1990, ligada ao partido alemão *Die Linke* (A Esquerda). Tem sede no Brasil desde 2002, e em mais 17 países. (N.E.)
5. Grupo formado pelos chefes de estado do continente americano, criado pela Organização dos Estados Americanos – OEA. 35 países compõem a Cúpula, incluindo Cuba a partir de 2015. O evento mencionado ocorreu em 2012 (N.E.).
6. A guerra do gás se iniciou em 2002, reivindicando que o abastecimento do mercado interno fosse privilegiado. Guerra da água: conflito ocorrido em janeiro de 2000 contra a privatização do sistema municipal de água em Cochabamba. (N.E.)
7. Néstor Carlos Kirchner, eleito pelo *Partido Justicialista* à presidência da Argentina em 2003. (N.E.)
8. Mercado Comum do Sul, zona de livre comércio criada em 1991. Atualmente, 11 estados da América do Sul o compõem, entre Partes e Associados; Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, organismo de integração política e desenvolvimento, criado em 2010, com 33 países membros; e União das Nações Sul-Americanas, organismo de integração social, econômica, política e cultural, criado em 2008, envolvendo 12 países. (N.E.)
9. A primeira experiência de orçamento participativo ocorreu em uma prefeitura petista, na cidade de Porto Alegre, RS, 1989. (N.E.)
10. Eleito presidente da República do Equador em 2007, pelo *Movimiento Alianza PAIS - Alianza Patria Activa y Soberana*. (N.E.)
11. Empresa estatal de economia mista, criada em 1953, responsável pela exploração de petróleo e gás no Brasil. (N.E.)
12. Referência às assembleias que reuniam milhares de trabalhadores durante as greves de 1970 e 1980, na Grande São Paulo. (N.E.)
13. Referência às grandes mobilizações ocorridas em diversas cidades do Brasil no período, cujas motivações, composição e desdobramentos seguem em debate. (N.E.)
14. Movimento pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, eleito em 1989, pelo PRN – Partido da Reconstrução Nacional. (N.E.)
15. Referência à fala de Lula proferida em fevereiro de 2015, remetendo à capacidade de resistência e mobilização do MST, que tem em João Pedro Stédile uma de suas lideranças mais conhecidas. (N.E.)
16. De organização horizontal e não vinculado aos tradicionais grupos de esquerda do país. (N.E.)
17. Disputou as eleições pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), assumiu a presidência em 1990 e, em 1992 foi deposto por meio de processo de *impeachment*. (N.E.)

18. Nome dado ao encontro ocorrido em Washington, em 1989, convocado pelo Institute for International Economics com o título “*Latin American Adjustment: Howe Much has Happened?*”. Contou com a presença do FMI - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento e de economistas latino-americanos. (N.E.)
19. Eleito presidente da República do Equador em 2007, pelo *Movimiento Alianza PAIS - Alianza Patria Activa y Soberana*. (N.E.)
20. Michelle Bachelet, eleita presidente da República do Chile em 2006, pelo *Partido Socialista de Chile* (PS). (N.E.)
21. Eleito em 2003, pelo *Partido Justicialista de La República Argentina* (PJ).
22. Eleito em 2015, pelo *Frente Amplio*. (N.E.)
23. Eleito em 2006, pelo *Movimiento al Socialismo* (MAS). (N.E.)
24. Mercado Comum do Sul, zona de livre comércio criada em 1991, atualmente 11 Estados da América do Sul o compõe, entre Partes e Associados; Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, organismo de integração política e desenvolvimento, criada em 2010, com 33 países membros; e União das Nações Sul-Americanas, organismo de integração social, econômica, política e cultural, criada em 2008, envolvendo 12 países. (N.E.)
25. Documentário dirigido por Kim Bartley e Donnacha O’Briain, filmado na Venezuela, lançado em 2013. (N.E.)
26. Organização patronal, a FEDECÁMARAS foi fundada em 1944. (N.E.)
27. Mobilizações de trabalhadores sem-terra que tiveram desfecho violento após ação das forças militares paraguaias em junho de 2012, deixando 17 mortos e 80 feridos. (N.E.)
28. SANTAYANA, Mauro. *O terror, o “ocidente” e a sementeira do caos*. 19 de janeiro de 2015. O artigo se encontra no endereço eletrônico: www.maurosantayana.com/2015/01/o-terror-o-ocidente-e-semeadura-do-caos.html. (N.E.)
29. As Conferências Nacionais de Políticas Públicas foram criadas no Brasil em 1930. Desde seu início foram realizadas 128 conferências, das quais 87 aconteceram entre o período de 2003-2012. (N.E.)
30. As Comissões Provisórias Municipais são responsáveis pelas filiações ao partido. (N.E.)
31. Aristides Lobo, 1838-1896, servidor público, advogado, professor e jornalista (N.E.).
32. Getúlio Vargas, eleito presidente da República em 1930, permanece no poder até 1945, após o golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo. (N.E.)
33. PCB, fundado em 1922, colocado na ilegalidade no período entre 1947 a 1948 durante o governo do então presidente Eurico Gaspar Dutra. (N.E.)
34. Fundada no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, ocorrido em setembro de 1946. (N.E.)
35. Antonio Balbino, ministro da Educação e Saúde no governo de Getúlio Vargas entre 1951-1954, governou a Bahia de 1955 a 1959. (N.E.)
36. Carlos Lacerda, eleito deputado federal em 1955 pela União Democrática Nacional (UDN). (N.E.)
37. Eleito presidente da república em 1961, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), tendo renunciado ao cargo em agosto do mesmo ano. (N.E.)
38. João Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros, vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), presidente empossado entre 1961, tendo governado até o golpe de 1964. (N.E.)

2

SEGUNDA PARTE

MOVIMENTOS SOCIAIS:
ORGANIZAÇÕES DE
TRABALHADORES,
TERRITORIALIDADES E
SOCIABILIDADE

DA CRIMINALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO POLÍTICO DOS SETORES POPULARES AO PROTAGONISMO NAS LUTAS PELA IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA ORDEM SOCIAL: O CASO DA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798 E OS USOS DESSA HISTÓRIA NOS SÉCULOS XIX, XX E XXI

PATRÍCIA VALIM*

Resumo

A análise proposta aqui tem por objetivo a reflexão sobre os usos da memória histórica de um evento pátrio – Conjuração Baiana de 1798 - cujo legado simbólico de seus protagonistas foi retomado de tempos em tempos e parece ser destinado a servir de instrumento privilegiado para a reflexão ao sabor de distintas conjunturas. Para tanto, a documentação analisada foram os Autos das Devassas do movimento, as obras brasileiras acerca do tema publicadas nos séculos XIX, XX e XXI, e dois relatos de 2002 e 2003: de um operário do ABC Paulista e do então Ministro Gilberto Gil.

Em 8 de novembro de 1799, quatro homens foram enforcados e esquartejados em praça pública na cidade de Salvador. Condenados por conspirarem contra a Coroa de Portugal, os alfaiates João de Deus do Nascimento e Manuel

*Patrícia Valim é professora adjunta de História do Brasil colonial do departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Desenvolveu pesquisa de pós-doutorado no Programa de pós-graduação em História da UFBA, sobre a participação de notáveis bahinenses no processo de formação do Estado brasileiro. Contato da autora: patricia.valim@ufba.br

Faustino, e os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres e Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga foram considerados pelos Desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia os únicos protagonistas de um movimento conhecido atualmente como *Conjuração Baiana de 1798*. O trágico fim desses homens foi reputado pela historiografia oitocentista como sendo uma anomalia social e manifestação da barbárie, habilmente abortada pelas autoridades régias.

No início do século XX, entretanto, o evento foi considerado como a *mais popular das revoltas que antecederam a emancipação política do Brasil, em 1822*. Sendo que o exemplo mais notável, nesse caso, é a importante obra de Affonso Ruy, *Primeira Revolução Social Brasileira*¹. Dessa feita, após as comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil, a pena histórica encarregou-se não só de alargar as bases sociais do evento, originalmente circunscrita aos médios e baixos setores da sociedade baiana da época, como, a partir de uma inversão historiográfica dos polos das análises oitocentistas, o transformou em um dos *tournants* da nossa história nacional.

Na primeira década do século XXI, por sua vez, por ocasião da eleição de um trabalhador ao mais alto posto do Estado Brasileiro, a *Conjuração Baiana de 1798*, foi o ponto de partida para trabalhadores fabris do ABC paulista, pensarem suas participações políticas em perspectiva histórica, ao mesmo tempo em que a historiografia contemporânea analisa, naquela conflituosa conjuntura do final do século XVIII, os limites da governabilidade por meio das alianças ocorridas entre os setores médio e alto da sociedade soteropolitana com objetivo de estabelecer uma ampla negociação política com a coroa portuguesa.

A análise proposta aqui tem por objetivo a reflexão sobre os usos da memória histórica de um evento pátrio – *Conjuração Baiana de 1798* - cujo legado simbólico de seus protagonistas foi retomado de tempos em tempos e parece ser destinado a servir de instrumento privilegiado para a reflexão ao sabor de distintas conjunturas. Para tanto, a documentação analisada foram os Autos das Devassas do movimento em tela, as obras brasileiras acerca do tema publicadas nos séculos XIX, XX e XXI, e dois relatos de 2002 e 2003: de um operário do ABC paulista e do então Ministro Gilberto Gil.

Carlos Alberto Vesentini², ao tratar das relações dialéticas entre história, historiografia e memória, afirma que a produção historiográfica é uma construção, uma representação de diferentes segmentos sociais, operações muito caras ao processo de construção da memória histórica. À luz da Revolução de 1930, o autor demonstrou que a memória histórica pode ser frequentemente apropriada e reelaborada pelo poder, em circunstâncias diversas. Para o autor, “vencedor e poder, identificados, reiteram o mesmo procedimento de exclusão”³. Isso porque a construção da memória histórica relaciona-se com a

luta política, na qual a memória amplamente difundida à sociedade é aquela que triunfou, a partir de um processo de exclusão, i.e., das disputas com as versões dos segmentos vencidos. A memória histórica que prevalece, com efeito, é a dos vencedores e, segundo o autor, a investigação sobre o processo de construção dessa memória pressupõe, inevitavelmente, trilhar as vias pelas quais ela se impôs tanto aos seus contemporâneos quanto a nós até os dias de hoje. Além disso, o autor afirma, em tom provocativo, que em alguns casos é necessário “entender a história como uma memória e perceber a integração que ocorre de maneira contínua entre a herança recebida e projetada até nós”. Sugere que a atenção seja voltada, nesse caso, para o dispositivo ideológico com o qual o historiador confere objetividade para seu objeto de reflexão: temas, fatos e agentes, nesse processo, têm existência objetiva independentemente do “processo de luta e da força de sua projeção e recuperação, como tema, em cada momento específico que o retoma e o refaz”⁴.

No entanto, Vesentini chama a atenção para a necessidade de o historiador depurar fontes e fatos em bruto, como que lhes dando certa qualidade científica, liberando-os do mundo das paixões e percepções parciais e interessadas, de forma a garantir, à análise, pontos firmes de apoio. Nesse caso, as versões contemporâneas, em que as disputas entre as memórias ainda são turvas e impedem a visão do conjunto, devem ser isoladas, cotejadas e depuradas, para que, segundo o autor, se possa abrir caminho à ciência e às suas interpretações. O rastreamento dessas visões, de acordo com Vesentini, equivaleria à gênese do processo de construção da memória histórica. Entretanto, o próprio autor alerta para o fato de que deslocar subjetividades e ideias do fato em si é uma pretensão extremamente complicada, uma vez que a subjetividade da ideia não se coloca como exterioridade: “ou ela reside no próprio interior do fato, constituindo-o, ou ele não nos aparece como fato”⁵. Daí que o autor sugere que o pesquisador da memória histórica deve, antes de mais nada, buscar o próprio movimento do fato no caminho da unicidade que torna possível a construção da ampla temporalidade, característica da memória do vencedor; da unificação de percepções divergentes, advindas de fontes opostas que se chocaram, confluíram ou se anularam no processo mesmo de luta. Uma vez localizada a realização da história em um ponto-chave e de sua memória unitária, organizada de tal forma a qualificar o tempo e absorver todo um conjunto de momentos e fatos, segundo Vesentini, o historiador deve, então, se concentrar nas análises e revisões que recuperaram aquele conjunto abrangente, de modo que também se integrem naquela ampla memória. Será esse o caminho trilhado neste trabalho para que o processo de construção da Conjuração Baiana de 1798 possa ser analisado.

O ponto de partida da construção da memória histórica da Conjuração Baiana de 1798 pode ser identificado em 1799, quando os desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia definiram as sentenças para os réus, condenados por crime de lesa-majestade: enforcamento, seguido de esquartejamento das partes, na Praça da Piedade. Após a execução de João de Deus do Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga e Lucas Dantas de Amorim Torres, as devassas foram arquivadas na Secretaria de Estado e Governo do Brasil. No *termo de conclusão* das devassas, as autoridades locais qualificaram o episódio deflagrado em 1798 de *Sedição dos mulatos*. Um movimento político protagonizado por homens livres, pobres e milicianos, que contou com a participação de outras pessoas, entre elas alguns alfaiates e cativos.

Uma vez localizada a realização da história em um ponto-chave - a participação de homens dos mais baixos setores da sociedade baiana de 1798 -, as autoridades locais definiram uma *memória unitária*, de forma a qualificar o evento e absorver todo um conjunto de possibilidades que a documentação suscita. O ocultamento da inegável participação de outros protagonistas, ao menos do proprietário de quatro dos escravos acusados e Secretário de Estado e Governo do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque, o silenciamento de outros projetos, de outros pontos-chaves do movimento político deflagrado na cidade de Salvador, em 1798, parece ter sido essencial para a construção da *memória* a ser absorvida e projetada no futuro. Nesse processo, o *termo de conclusão das devassas* viabilizou a perda, o ocultamento e o esquecimento de instantes cruciais do evento que, uma vez resgatados, colocariam em xeque a *memória* definida pelas autoridades locais, em 1799.

Constata-se que a *memória unitária* da *Conjuração Baiana de 1798*, definida pelas autoridades locais, exerceu uma peculiar capacidade de atração para a historiografia ulterior, uma vez que a ideia de um evento protagonizado por homens livres e pobres foi recuperada a partir de questões muito mais caras aos historiadores do século XIX e XX do que à história do evento propriamente dita. À exceção do relato laudatório do frei José de Monte Carmelo sobre os momentos finais dos réus enforcados, chamamos a atenção para o fato de que as análises contemporâneas sobre o evento, de José Venâncio de Seixas⁶ e Luís dos Santos Vilhena⁷, não aparecem em nenhum dos trabalhos analisados. A razão parece ser muito clara: vistos em seu conjunto, os relatos contemporâneos colocam em xeque o ponto-chave da *memória unitária* definida pelas autoridades locais. Os relatos não questionam a participação de milicianos e alfaiates livres e pobres no evento, mas sugerem a existência de outros protagonistas e projetos que foram deixados à margem das investigações. José Venâncio de Seixas entrevê como causa do evento as consequências

das brechas abertas pelo consulado pombalino no governo local, especialmente a situação dos homens livres e pobres na hierarquia militar. Luís dos Santos Vilhena vai mais longe ao relacionar o evento aos desmandos de um grupo de notáveis nos órgãos da administração local, sugerindo haver uma relação de causa-efeito entre a “ausência de limpeza de mãos” de alguns agentes da administração local e a revolta de 1798.

A sugestão de Luís dos Santos Vilhena adquire relevância se considerarmos que esse grupo de notáveis era formado pelos proprietários que fizeram *pronta-entrega* de seus cativos aos desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia. Aliás, em ambos os relatos, cumpre destacar que a participação dos cativos na revolta é posta em xeque, uma vez que ela significaria a verdadeira ameaça a ser evitada – motivo de desagregação da sociedade colonial e de um dos pilares da colonização portuguesa. Não parece ser por outra razão que José Venâncio de Seixas qualifica o evento de *Associação sediciosa dos mulatos* e Luís dos Santos Vilhena de *Insistente Sublevação*.

O relato de Frei José do Monte Carmelo⁸, por sua vez, não qualifica o evento, mas demonstra a tentativa de participação política dos homens livres e pobres como fator de corrupção da sociedade colonial. Ao considerar a revolta como consequência das paixões desenfreadas, causadas pelas ideias de Rousseau, Calvino e Voltaire, o carmelita descalço chama a atenção para o milagre da Misericórdia Divina como redentora não só dos réus, mas como garantia da ordem daquela sociedade colonial. A análise do relato do carmelita descalço, em confronto com as informações dos *autos das devassas*, sugere o questionamento de sua própria participação no evento, uma vez que ele foi o escolhido entre os partícipes para ser o chefe da Igreja a ser implantada na *República Bahinense*.

Assim, os pontos-chave identificados nos relatos do Frei José do Monte Carmelo, José Venâncio de Seixas e Luís dos Santos Vilhena, de fato colocam em xeque a *memória unitária* da *Conjuração Baiana de 1798*, uma vez que se configuraram em vias divergentes de análise que negam o sentido do conjunto que compõe a memória definida pelas autoridades locais e a ser projetada no futuro. A questão central, portanto, foi identificar nas análises oitocentistas a projeção da *memória unitária* e das *memórias* dos contemporâneos, e a *objetividade* das análises *a posteriori*, em um momento em que se escolheu o elenco de temas e fatos da história pátria.

Tomadas em seu conjunto, as análises dos autores Inácio Accioly de Cerqueira e Silva, John Armitage, Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro⁹ demonstram que a *memória unitária* da *Conjuração Baiana de 1798*, definida pelas autoridades régias, em 1799, começa a encontrar lugar definitivo ao situar o problema do *vencido* no amplo conjun-

to articulado pelo *vencedor*, nos termos de Carlos Alberto Vesentini. Pode-se afirmar que no século XIX, a *memória unitária* da *Conjuração Baiana de 1798* transubstancia-se em *memória do vencedor*, uma vez que a participação dos homens livres e pobres no evento é a via pela qual os autores analisados trataram de questões bastante delicadas naquela conjuntura.

Assim, foi a partir do reconhecimento de que à época as revoltas populares significavam, por um lado, a tentativa “ilegítima” de invasão dos espaços políticos pelos setores subordinados da população livre cidadina, e, por outro, a possibilidade de existir base social para a legitimação de projetos políticos de feição republicana, que a *Conjuração Baiana de 1798* foi analisada no oitocentos. Inácio Accioli reitera a circunscrição social elaborada pelas autoridades em 1799, no que se refere à articulação dos protagonistas da revolta e seus princípios políticos, i.e., os homens livres e pobres como o único setor social simpático às ideias da França revolucionária. John Armitage, por sua vez, reafirma a baixa composição social dos partícipes da revolta – homens de cor da Bahia –, objetivando demonstrar o evento como um dos desdobramentos da infantil civilização brasileira sob o domínio de Portugal.

Ainda no século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen qualifica o evento como uma *Conspiração Socialista*, um arremedo da Revolução Haitiana protagonizado por homens de “ínfima qualidade”. O autor procurou desqualificar o localismo e o republicanismo subjacente ao programa dos pasquins sediciosos ao transcrever a documentação, quase que integralmente, na primeira edição de sua *História Geral do Brasil*. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, como se viu, não entendeu dessa maneira e criticou a interpretação de Varnhagen, ao demonstrar no artigo *A Conspiração de João de Deus*, o perigo de corrupção do tecido social quando os homens livres e pobres tentaram fazer política em 1798.

Nesse processo, o cônego Fernandes Pinheiro demonstra que a administração de Pedro II, em 1860, era sensível às “quiméricas utopias” de homens como Cipriano Barata, mas aproveitou de que os principais motivos para a prisão de homens livres e pobres eram a bebedeira e o tumulto, para afirmar que o evento não passou de “conciliábulo, compostos das fezes da população bahiana, sem bases determinadas, reunidos em um lugar público e terminado em um botequim”. Após a crítica do cônego, Varnhagen faz significativas alterações, para a publicação da 2ª edição de sua obra, na interpretação da *Conjuração Baiana de 1798*, ressaltando o medo de uma revolta nos moldes da Revolução Haitiana.

O que estava em causa para ambos os autores, no século XIX, era a unidade nacional e a manutenção da clivagem social no universo da política, em um momento em que os setores populares ganhavam as ruas com vários

motins. Com efeito, ainda que a *Conjuração Baiana de 1798* seja um dos fatos da história pátria oitocentista, Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, sobretudo, reafirmaram o ponto-chave definido pela *memória unitária* em relação à baixa composição social do evento, mas foram além ao demonstrarem, naquela conjuntura específica, que os setores populares eram os únicos sectários dos princípios republicanos, justificando, portanto, a *punição exemplar dos réus enforcados*.

Dessa forma, não obstante as interpretações da *Conjuração Baiana de 1798*, no século XIX, tenham apontado outros ângulos relevantes para o entendimento de algumas linhagens do evento, como, por exemplo, a identificação do teor republicano nas “ideias de francezia” e o protagonismo de homens como Cipriano Barata, parece inegável que o significado desses ângulos não foi divergente da força hegemônica da *memória do vencedor*. Ao contrário, pois definir um sujeito – homens livres e pobres – para o tema da república, no século XIX, foi o ângulo pelo qual a efetivação de um projeto republicano, para os autores, estava previamente fadada ao fracasso, porque era vislumbrada por um setor que não devia participar do universo da política.

Essa questão não é de pouca relevância, uma vez que ela foi a via pela qual os historiadores do século XX perceberam certo grau de coerência entre a tentativa de participação dos setores populares e a ideia de república, concebida como desejo de autonomia baiana do jugo português e, depois, de autonomia nacional. Assim, à exceção da interpretação de Francisco Vicente Viana, que muito pouco diz sobre o evento, Francisco Borges de Barros e Braz do Amaral¹⁰ iniciam o processo de inversão historiográfica dos polos das análises oitocentistas ao chamarem a atenção, de maneira distinta, para o papel da Bahia no processo de formação do Estado brasileiro.

Francisco Borges de Barros ressalta em sua análise o papel da Maçonaria como o centro difusor das ideias libertárias e práticas sediciosas que fundamentaram as ações dos partícipes do evento. Como o autor vislumbra na *finis flor* da sociedade baiana de 1798, o desejo de mudança e o fim do domínio português, as ações de homens como José da Silva Lisboa, Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes têm lugar de destaque na análise. Ao passo que os réus enforcados e esquartejados foram comparados a Tiradentes, porque, para o autor, como em qualquer “*revolução*”, eles foram a linha de frente do evento. Dessa forma, não há inversão do ponto-chave da *memória do vencedor*, no que se refere à punição exemplar para os homens livres e pobres. O que há é o alargamento das bases sociais do evento, ainda que a análise do autor careça de comprovação documental.

Contudo, foi Braz do Amaral quem realmente inverteu os polos das análises oitocentistas no que se refere à punição exemplar, chamando a atenção para o sangue dos réus enforcados no patíbulo público, em 1799, representar

a generalização social do desejo de independência do domínio português. Ao chamar a atenção para o coletivo da sociedade baiana de 1798, o autor dá os primeiros passos para a ideia de cooperação de classe em torno de um projeto político coletivo, como um *crescendo de tomada de consciência*. Nesse processo de inversão dos polos das análises, os historiadores que versaram sobre a *Conjuração Baiana de 1798*, na Primeira República, converteram o viés depreciativo das análises oitocentistas em um evento de grande identificação política regional.

Tudo mudou com a Revolução de 1930. A partir desse momento, a *Conjuração Baiana de 1798* deixa de ser um evento de identificação regional para tornar-se o representante das mais profundas aspirações de amplos setores da sociedade brasileira. A Revolução Burguesa será a cadência das análises de Caio Prado Júnior e Affonso Ruy¹¹, seja para demonstrar a prática revolucionária para que ela efetivamente aconteça, seja para entender as razões pelas quais ela ainda não aconteceu. Seja como for, o tom será o das utopias do futuro e a esperança por efetivas transformações sociais.

Não por acaso, Caio Prado qualificou o evento como *articulação revolucionária*. A partir da luta de classes sociais, como categoria analítica, o autor explicou o conflito deflagrado na Bahia de 1798, pela articulação social com as bases econômicas. Para o autor, residiu justamente na ausência da elite baiana da época o notável significado do evento. Retomando a circunscrição social elaborada inicialmente pelas autoridades régias, em 1799, e depois apropriada por Inácio Accioli, por Francisco Adolfo de Varnhagen e por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Caio Prado reivindica a baixa composição social do evento para definitivamente invertê-la e valorizá-la em articulação com os pressupostos revolucionários de intelectuais como Cipriano Barata.

Uma década depois, inspirado nas teses dogmáticas do PCB, para Affonso Ruy a revolução articulada na Bahia e descoberta em 1798, não foi mais que o último marco da inquietação nacionalista que encheu todo o século XVIII, na transitoriedade que atingiria o ápice na revolução pernambucana, em 1817. A grande questão, na interpretação sobre o que o autor qualifica de *Primeira Revolução Social Brasileira*, relaciona-se à *práxis política* de uma Revolução Burguesa malograda, na qual os membros da elite baiana de 1798 *doutrinaram* os proletários, os homens livres e pobres para romperem com as formas de poder do Antigo Regime e realizarem não só a independência política do Brasil em 1822, como a implantação de uma República Socialista, inaugurando uma nova era de progresso social.

Parece inegável que nas análises de Caio Prado Júnior e Affonso Ruy a ideia de cooperação de classe, identificada na análise de Braz do Amaral, ganha a definitiva forma de luta de classes, subjacente a um evento que inau-

guraria em um futuro próximo uma nova era de progresso social. Essa análise do evento, no entanto, pressupõe a localização, em uma época, meados do século XX, de problemas relativos à outra época: 1798. O evento – *Conjuração Baiana de 1798* – aparece acrescido de ideias fundamentadas em *recursos de método*, nos termos de Lucien Febvre, que o transubstancia em um produto historiográfico, sem que tenha havido o questionamento do ponto-chave, definido pela *memória do vencedor*: a participação exclusiva dos setores populares. O resultado da transubstanciação do evento histórico será a *memória histórica da Conjuração Baiana de 1798*, que conhecemos atualmente. A partir desse momento, o conteúdo amplamente divulgado sobre a Independência do Brasil, em 1822, e as revoltas que lhe antecederam, têm no nacionalismo a via de emancipação econômica e superação das desigualdades sociais, intrínsecas à formação do Estado brasileiro.

Nesse processo, é conferido ao evento uma forte coesão ideológica em torno de um projeto de nação predefinido. É o caso das análises de István Jancsó e Carlos Guilherme Mota¹². Assim, fundamentando-se nas teses de Fernando Antônio Novais, para Carlos Guilherme Mota, na Bahia, em 1798, a inquietação foi orientada por pequenos artesãos, ex-proprietários de lavoura de cana, militares de baixo escalão. Para o autor, trata-se de uma *revolução* intentada contra a opulência, uma vez que o problema era mais social que colonial, de maneira que o evento de 1798 é analisado como uma das fraturas do sistema colonial, à medida que houve um *crescendo de tomada de consciência* da situação de crise do sistema. Para István Jancsó, foi na abrangência social subjacente à articulação sediciosa, entendida pelo autor como luta de classes, que residiu o signo da mudança, em um momento de profundas transformações sociais e econômicas. Foi na abrangência social do evento que o autor percebeu o novo, nos interstícios do velho, ou, ao menos, de uma das formas possíveis de superá-lo, uma vez que o “novo” se tornou incompatível com os postulados do absolutismo. Com efeito, István Jancsó afirma que o signo da mudança, entrevisto na Bahia de 1798, passou de elemento desagregador do sistema colonial à condição de elemento ordenador da diversidade constitutiva de uma nova totalidade: o Império brasileiro.

Ao analisar o conteúdo dos pasquins sediciosos, elaborado pelos partícipes da *Conjuração Baiana de 1798*, Kátia Mattoso¹³, por seu turno, afirma que eles eram homens que representavam, no conjunto da população, categorias que de certa forma eram privilegiadas. Para a autora, os argumentos desses pasquins objetivaram, por um lado, sensibilizar a maior parte do público baiano com a “*miragem da liberdade econômica*”, e, por outro, procuraram demonstrar que uma eventual concordância ao projeto político esboçado não contribuiria para o abalo das estruturas profundas da sociedade. Luís Henri-

que Dias Tavares¹⁴, por sua vez, reafirma a baixa composição social do evento, mas o faz situando no quadro geral das revoluções democrático-burguesas. Para o autor, o evento representou a contradição entre a velha ordem da exploração colonial mercantilista e a nova ordem capitalista, a luta dos brasileiros pela autonomia nacional e o drama das discriminações em sociedade altamente comprometida pelo sistema de trabalho escravo.

Demonstrou-se a transubstanciação da *Sedição dos Mulatos em Conjuração Baiana de 1798*: um marco de referência popular e ruptura da emancipação política do Brasil, em 1822. Esse processo de transubstanciação do evento histórico fez com que a ideia original de *Sedição dos mulatos* fosse retomada, mudada, invertida, ampliada, fazendo com que a ideia do evento que temos hoje fosse definida apenas no movimento mesmo de suas interpretações. Foi, portanto, na cadência das análises elaboradas ao longo dos séculos XIX e XX, que identificamos o processo de transubstanciação da *memória unitária*, identificada pelas autoridades locais, em 1799, em *memória do vencedor*. Trata-se, como se teve oportunidade de demonstrar, da memória histórica de um evento que se tornou pátrio justamente porque essa historiografia, de uma forma ou de outra, corroborou o eixo de significação definido pelas autoridades locais em 1799, e que até hoje é o principal ponto de identificação do evento: a tentativa malograda de participação política dos médios e baixos setores da sociedade baiana de 1798. O impacto ideológico dessa vertente explicativa foi tão forte que, até hoje, se reconhece o sentido democrático subjacente ao projeto esboçado pelos homens livres, pobres e pardos que participaram da Conjuração Baiana de 1798.

Em uma típica manhã quente, da mesma cidade de Salvador, em 22 de agosto de 2003, o ministro da Cultura, Gilberto Passos Gil Moreira, abriu um encontro que tratou da “*questão de gênero e raça*” com um discurso que versou sobre a relevância de políticas públicas para a inclusão social dos brasileiros discriminados. O ministro chamou a atenção para as ações do governo federal, como *condição estruturante da verdadeira democracia*, legitimando-as como o ponto de partida para a efetivação da permanente promessa, por suposto ainda não cumprida, de um governo brasileiro representativo de fato. Para tanto, afirmou o ministro

[...] nesta cidade de São Salvador da Bahia, em 1798 – e lá se vai muito tempo! – homens pardos, pretos, mestiços, todos, levantaram-se pela transformação da Bahia em uma terra de liberdade. Postulavam os princípios contemporâneos da Revolução Francesa: a liberdade e a igualdade. Aqueles soldados e alfaiates do povo conceituaram muito precisamente a liberdade que propugnavam. Diziam eles, em um dos seus panfletos revolucionários, que a liberdade era o ‘estado fe-

liz do não abatimento'. Entendiam que nada deveria abater, rebaixar, humilhar o cidadão perante seu semelhante nem perante o Estado. Compreendia-se o abatimento econômico, o rebaixamento social, a humilhação racial, a exclusão política, o abatimento moral. A felicidade como materialização da liberdade só teria sentido pela realização radical da igualdade. Ainda hoje este ideal está vivo!¹⁵

Um ano antes, em 2002, no decorrer da campanha que elegeria Lula à presidência do Brasil, a população, de modo geral, e os alunos do ensino médio da modalidade suplência, em particular, foram contaminados pela *esperança*. Aguardavam ansiosos pelo dia em que um de seus pares, um ex-sindicalista, assumiria o mais alto posto da burocracia estatal, a presidência da República. A possibilidade inédita de um governo *popular*, que efetivamente os representasse nas esferas internas do Estado, fez da escola um dos espaços privilegiados para que os alunos-trabalhadores refletissem sobre a historicidade da sua participação na História. Sociedade essa que, em seus termos, até o momento insistia em excluí-los do universo da política. Foi nesse espraiar que o tema das *revoltas coloniais* malogradas, no final do século XVIII, foi abordado em sala de aula e suscitou manifestações de toda sorte.

O livro didático sugerido pela coordenação do curso abordava o tema das referidas revoltas, vislumbrando-se a *Independência* como o fim do caminho. Assim, foi via 1822, que o livro encadeou o acontecimento mineiro de 1789 e o baiano de 1798, carregando na tinta o processo dialético de amadurecimento da ação política separatista¹⁶. Para a conclusão do tema, o recurso adotado no livro é um quadro adaptado da obra de Fernando Antônio Novais¹⁷, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, com a seguinte citação:

A Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana podem legitimamente considerar-se movimentos precursores da emancipação política do Brasil. Elas formam um crescendo de tomada de consciência que, pelo menos para o Nordeste, não se conteve com a vinda da corte e as mudanças que isso implicou¹⁸.

Embora a abordagem buscasse as contradições e as similitudes dos eventos, tornando o episódio baiano tributário do mineiro, é a partir da distinta composição social que as revoltas adquirem significação no livro didático. Assim, à exceção de Tiradentes, a Inconfidência Mineira aparece como um movimento político liderado por membros da elite mineira colonial, e a Conjuração Baiana, um movimento liderado por *pessoas simples, como mulatos, libertos e até mesmo escravos*¹⁹. Para a verificação da aprendizagem, o livro indica uma atividade, na qual os alunos escreveriam a respeito das semelhanças e

diferenças dos movimentos de 1789 e 1798, relacionando-as com o trecho da obra de Carlos Guilherme Mota:

O conceito de independência surge mais nítido nas Minas Gerais: a situação colonial pesa para esses homens proprietários; o problema é mais colonial que social. [...] na Bahia de 1798, a inquietação é orientada por elementos da baixa esfera e a revolução é pensada contra a opulência [...] ²⁰.

No exemplar do professor do livro didático, no item com as respostas das atividades propostas, duas questões eram fundamentais para uma resposta *correta* em relação ao tema: a dicotomia da composição social dos episódios – Mineira/elite X Baiana/popular – e a relação dos movimentos com a *Independência do Brasil*. As respostas das atividades seguiram o padrão estabelecido pelo livro didático, contudo um aluno apresentou o tema da seguinte forma:

[...] a Bahia [Conjuração Baiana de 1798] foi um exemplo de luta dos companheiros por melhores condições de trabalho, salários justos e por oportunidades de participação naquele governo. Infelizmente eles [partícipes] não tiveram uma liderança capaz [de] chefiar o movimento e brigar contra os poderosos, por isso foram enforcados. [...] Não sei se eles queriam uma Revolução, acho mesmo que nem saberiam fazer naquele momento. Foi preciso muito tempo para que o povo aprendesse que é chegada a nossa hora, o tempo de vingarmos os destinos daqueles pobres coitados. [...] não lutamos pelos privilégios da burguesia como os mineiros [Inconfidência Mineira de 1789], mais (sic) por dignidade, por um lugar na sociedade, por trabalho, comida e casa, assim como aqueles baianos ²¹.

Os trechos acima sugerem que tanto o ministro da Cultura quanto o aluno, cada um à sua maneira, reinterpretaram o que as autoridades régias denominaram de *sedição dos mulatos*, em 1799, para, no século XXI, transformar o evento no ponto de partida de um longo processo de amadurecimento político que efetivaria a promessa de um governo democrático e representativo de fato. Para o ministro, a cidade é eixo central do discurso, o *lôcus* privilegiado para a efetivação da cidadania, dos ideais democráticos ainda vivos e que animaram as lutas dos baianos dos tempos idos e estavam ainda presentes, como promessa a ser cumprida em 2003.

A redação do aluno, por seu turno, silencia a independência do Brasil e indica um outro evento no horizonte: a eleição de um líder sindicalista à presidência do Brasil. Cabe lembrar novamente que, nos idos de 2002, a vitória de um *líder popular* aparece no trecho como a efetivação da promessa de um governo representativo de fato e a participação da classe trabalhadora nas estruturas internas do Estado – projeto que o aluno reconhece como seu e, concomitantemente, dos baianos de 1798. Há referência à precária condição de

vida daqueles baianos e à ausência de possibilidade de participação naquela sociedade, mas, paradoxalmente, não é o limite político e social para os homens livres em uma sociedade escravocrata, imposto pelo Estado absolutista e pelo esquema interno de forças, articulado pela elite colonial, o principal ponto de significação do evento na redação do aluno. Ao contrário, o ponto de significação é a ausência de amadurecimento político dos baianos de 1798: a incapacidade de articulação política dos baianos, a falta de uma liderança popular e de projeto político consistente.

Não a toa, é na ausência de um líder que levasse a cabo as reivindicações dos baianos de 1798, que o aluno vê a razão do malogro do evento e do derivado enforcamento dos quatro homens pardos em praça pública, condenados por crime de lesa-majestade. Nessa perspectiva, a representação do evento aparece como a etapa inicial de um longo processo de amadurecimento político da classe popular que, como vimos, não representou o perigo que as autoridades da época vislumbraram, pois para o aluno, tanto na Bahia de 1798 como no Brasil de 2002, buscava-se um espaço naquela sociedade e não a subversão da sua ordem.

A redação do aluno e o discurso do ministro, ainda que não sejam textos historiográficos e contenham elementos aparentemente anacrônicos, por suposto partidários, estabelecem uma relação extremamente fecunda a partir da confluência temporal de projetos políticos contemporâneos no processo de atualização do evento baiano de 1798. Digno de nota é o fato de que o caráter popular e os ideais democráticos são os eixos da punição exemplar, na lógica do poder régio em 1799, e ainda permanecem como pontos de forte identificação política do evento – como promessas a serem cumpridas.

Os dois excertos apresentados, ainda que pontualmente distintos, fazem parte de um mesmo movimento, no qual a memória histórica se sobrepõe à história e, tal como a força de um aríete, forneceu simbolicamente os parâmetros para uma espécie de acerto de contas no presente com o legado do nosso passado colonial. Parece inegável que, em ambos os casos, há a ideia de um evento cujas categorias históricas seriam entrevistas à sua própria superação, confluindo para um outro evento, esse sim dotado da ideia de mudança. Nesse processo, se por um lado a memória histórica – discurso do Ministro e redação do aluno – se realimenta de consensos estabelecidos pela historiografia, por outro lado, cabe à história pôr em xeque os ângulos de coerência desses consensos que compõem e realimentam a memória histórica.

Assim, ainda que de um ponto de vista ideológico, essa memória histórica da Conjuração Baiana de 1798 resolveu, e ainda resolve, conflitos concretos quanto à efetiva participação dos setores populares na política, e a tentati-

va de organização e resolução por demandas sociais – conflitos e questões tão antigas quanto as demandas dos agentes do evento. Cumpre, ainda, destacar uma questão mais precisa: não seria anacronismo ou teleologia imputar, aos agentes de 1798, responsabilidades que teriam existido apenas na memória histórica que comanda o exercício de dominação? A esse respeito, a documentação nos fornece significativos indícios de que a independência política do Brasil não estava em nenhum dos projetos esboçados pelos partícipes do evento, sejam eles escravos domésticos, milicianos e alfaiates livres e pobres, ou os proprietários dos escravos.

Considerar a *Conjuração Baiana de 1798* como um marco de referência e ruptura popular, pode ser identificado como um projeto político-históriográfico caro ao século XX, especialmente à historiografia que percebe o evento de 1798 como uma demonstração irreversível da crise do Antigo Sistema Colonial. Tudo leva a crer que com o impacto do golpe de 1964 e a durabilidade dos governos militares essa historiografia fundamentada nas ideias de Fernando Antônio Novais, procurou reavaliar a partir da conjuntura brasileira do final do século XVIII as raízes do autoritarismo no Brasil, que provaram e ainda provam ser muito mais sólidas do que se pensava. O debate sobre os modos de produção é significativo desse processo, uma vez que ele contribuiu para o assunto não apenas porque permitiu o aprimoramento dos instrumentos teóricos empregados nas análises, mas também porque chamou a atenção sobre a possibilidade de se pensar a escravidão e as revoltas coloniais numa perspectiva mais ampla.

Ainda que o apelo ideológico dessa vertente histórica seja grande, porque explica muita coisa, nas últimas décadas, entretanto, alguns historiadores têm demonstrado que ela não explica tudo, especialmente quando o modo de produção, como o articulador das esferas da existência, deixou de ser um modelo explicativo e foi transformado numa cama de ferro onde tudo se resolvia em função das necessidades do Procusto: o capitalismo.

É certo que os desdobramentos do capitalismo internacional e nacional foram relevantes para a superação histórica do colonialismo moderno e do escravismo, mas como resolver a cooperação entre as classes subjacentes ao movimento? Há agenda do fim da escravidão quando esse grupo social não é citado nos boletins manuscritos, e um dos enforcados e esquartejados tinha um escravo preto Mina? Há agenda da meritocracia pautando a ascensão na carreira militar e, portanto, os conceitos de igualdade e liberdade?

Em tese de doutorado defendida em 2013, no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, intitulada “Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798”²², foi possível a análise sobre os limites e as possibilidades da governabilidade em perspectiva histórica, bem como a cooperação

de classe e criminalização dos setores médios e baixos ao fazerem política. A conclusão é que durante as investigações da Conjuração Baiana de 1798, um grupo de homens de muita “opulência e luzimento”, qualificados por Luís dos Santos Vilhena de “corporação dos enteados”, fez *pronta-entrega* de seus escravos à justiça para livrarem-se da acusação de prática sediciosa no final do século XVIII, na capitania da Bahia. Esse episódio foi o ponto de partida para se comprovar a participação de pessoas dos médios e altos setores da sociedade soteropolitana na Conjuração Baiana de 1798, cujas demandas explicitadas nos boletins manuscritos eram inconciliáveis em seus termos, uma vez que o projeto político dos médios setores, os milicianos, vislumbrava a mudança dos hierarquizados critérios sociais que os impediam de participarem do universo político e ascenderem na carreira militar, e o projeto político dos altos setores, a corporação dos enteados, objetivava a conservação das regras do Sistema Colonial, que até então os tratava como “enteados” nas dinâmicas políticas e econômicas do Império Português.

A documentação demonstra que o recrudescimento do pacto colonial anunciado pelas reformas modernizantes de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho desencadeou uma tomada de consciência da exploração colonial, fazendo com que os altos setores da sociedade soteropolitana do final do século XVIII, reivindicassem a internalização de seus interesses econômicos e a manutenção de seus privilégios ameaçados com a possibilidade do fim dos monopólios, dos morgados, da mudança na forma de arrematação dos ofícios de fazenda e justiça, e da manutenção da prorrogação da arrematação dos dízimos para os negociantes portugueses. Após uma aliança programática com o contingente armado da capitania da Bahia, os médios e altos setores do *Partido da Liberdade* deflagraram o movimento com a publicação dos boletins manuscritos, explorando ao limite os dois principais medos no horizonte de expectativas da coroa portuguesa naquele conflituoso final de século: a miragem do livre comércio e a invasão francesa.

Abertas as devassas para a investigação dos autores dos boletins manuscritos e dos partícipes do movimento, os altos setores recuaram, entregaram seus escravos à justiça e formularam as principais culpas que condenaram à pena de morte homens dos médios setores. Tratam-se, portanto, de elementos que permitem a análise da Conjuração Baiana de 1798 como um movimento de contestação política ocorrido em duas fases, durante o período de 1796-1800, contando com a efetiva participação dos altos e médios setores da sociedade soteropolitana da época. O enforcamento em praça pública dos réus da Conjuração Baiana de 1798, portanto, é paradigmático do fato de que projeto o político vencedor foi o conservador, na medida em que a coroa portuguesa empreendeu uma série de soluções de compromisso com a corporação dos

enteados, garantindo-lhes a internalização de seus interesses e a manutenção de seus privilégios, que os constituíam no setor dominante daquela sociedade, base social fundamental para a sustentação do poder monárquico português continuar a governar a conflitualidade no interior dos setores dominantes da sua principal colônia.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS E PUBLICADOS

Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1998, vol. 1, p. 86-89

Carta de José Venâncio de Seixas para D. Rodrigo de Souza Coutinho, em que lhe participa ter chegado à Bahia e ter tomado a posse do lugar de Provedor da Casa da Moeda, referindo-se a diversos assumptos de serviço público e especialmente à descoberta de uma associação sediciosa de mulatos. Bahia, 20 de outubro de 1798. AHU_CU_, BAÍA, CA_doc. 18433.

VILHENA, Luís dos Santos. *Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*. Salvador, Itapuã, 1969, vol. 2, p. 367.

Outra relação feita pelo P. Fr. Joze D' Monte Carmelo, religioso carmelita descalço. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Notícia da Bahia*, tomo IV, Lata 402, manuscrito 69

A Conspiração de João de Deus, BN, sessão de obras raras, PR-SOR-03143[1-8], Ano Segundo, Tomo Quinto, Janeiro-Março de 1860.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993.

AMARAL, Braz do. *A Conspiração Republicana de 1798*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.

ARMITAGE, João. *História do Brasil*, São Paulo: EDUSP, 1981. A 1ª edição inglesa é de 1836. A 1ª edição brasileira é de 1837.

BARROS, Francisco Borges de. *Os Confederados do Partido da Liberdade*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

BARROS, Francisco Borges de. *Primórdios das Sociedades Secretas da Bahia*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1929.

FAORO, Raimundo. Existe um pensamento político brasileiro? *Revista de Estudos Avançados*, vol.1, n.1, São Paulo, out.-dez. 1987.

FLEXOR, Maria Helena (Org.). *Autos de Devassa da Conspiração dos Alfaiates*. Salvador: APEB, 2.v., 1998.

FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima e BICALHO, Fernanda Bicalho. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império: história do ensaio de sedição na Bahia de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A Sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, L. de M. e (Org.). *História da vida privada no Brasil, cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

_____. O 1798 Baiano e a crise do Antigo Regime Português. In: *II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, Secretaria da Cultura e Turismo; Brasília: MINC, 1999.

_____. Bahia 1798: a hipótese do auxílio francês ou a cor dos gatos. In: Furtado, J. F. (Org.) *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*. Salvador: Corrupio, 2004.

_____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

_____. *Presença francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Salvador: Itapuã, 1969.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa – Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1986.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979 (7ª edição, 2001).

_____. *Aproximações: estudos de história e de historiografia*. São Paulo: Cosac&Naïf, 2005.

JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

SARTRE, Jean Paul. *Questão de método*. São Paulo: Nova Cultural, 3ª edição, 1987, p. 11.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, anotadas por Braz do Amaral, 6 vols. Bahia: Imprensa Oficial, 1919-1940.

_____. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: Typ. Do Correio Mercantil, de Précourt, 1835, Tomo I.

SILVA, Rogério. F. da. *Colônia e Nativismo: a história como biografia da Nação*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. *História da Sedição intentada na Bahia em 1798 (A Conspiração dos Alfaiates)*. São Paulo/Brasília: Pioneira/INL, 1975.

_____. *Da sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. São Paulo/Bahia: Unesp/EDFBA, 2003,

VALIM, Patrícia. O preço da Liberdade. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, nº 10, maio-julho/2006, pp. 68-71.

_____. O tempo em que todos seremos iguais. *Revista História Viva*, Ano V, nº 49, novembro, 2007, p. 88-92.

_____. *Da Sedição dos mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. Dissertação de Mestrado, DH/FFLCH/USP, 2007.

_____. *Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798*. Tese de Doutorado, DH/FFLCH/USP, 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 10ª edição integral. 1981.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador: Itapuã, 1969.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, 1974, 2 vols.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UNB, 1999, 2 vols.

NOTAS

1. RUY, Affonso. *A Primeira Revolução Social Brasileira*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, Coleção Brasileira, vol. 217, 1978.
2. VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.
3. Idem, p.17, passim.
4. Ibidem, p. 18.
5. Idem, Ibidem, p. 163.
6. Cf. Carta de José Venâncio de Seixas para D. Rodrigo de Souza Coutinho, em que lhe participa ter chegado à Bahia e ter tomado a posse do lugar de Provedor da Casa da Moeda, referindo-se a diversos assumptos de serviço público e especialmente à descoberta de uma associação sediciosa de mulatos. Bahia, 20 de outubro de 1798. AHU_CU_, BAÍA, CA_doc. 18433.
7. VILHENA, Luís dos Santos. *Notícias Soteropolitanas e Brasílicas*. Salvador, Itapuã, 1969, vol. 2, p. 367.
8. *Outra relação feita pelo P. Fr. Joze D'Monte Carmelo, religioso carmelita descalço*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Notícia da Bahia*, tomo IV, Lata 402, manuscrito 69. O documento está integralmente transcrito na obra de Luís Henrique Dias Tavares. *História da Sedição tentada na Bahia em 1798 (A Conspiração dos Alfaiates)*. São Paulo/Brasília: Pioneira/INL, 1975, p. 123-137, passim.
9. ARMITAGE, João. *História do Brasil*, São Paulo: EDUSP, 1981. A 1ª. edição inglesa é de 1836. A primeira edição brasileira é de 1837. SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, anotadas por Braz do Amaral, 6 vols. Bahia: Imprensa Oficial, 1919-1940. _____. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Bahia: Typ. Do Correio Mercantil, de Précourt, 1835, Tomo I*. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 10a. edição integral. 1981; PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *A Conspiração de João de Deus*, BN, sessão de obras raras, PR-SOR-03143[1-8], Ano Segundo, Tomo Quinto, Janeiro-Março de 1860.
10. BARROS, Francisco Borges de. *Os Confederados do Partido da Liberdade*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1922. _____. *Primórdios das Sociedades Secretas da Bahia*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1929. AMARAL, Braz do. *A Conspiração Republicana de 1798*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.
11. JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
12. JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império: história do ensaio de sedição na Bahia de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996. _____. *A Sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final*

do século XVIII. In: SOUZA, L. de M. e (Org.). *História da vida privada no Brasil, cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Cia. das Letras, 1999. ————. O 1798 Baiano e a crise do Antigo Regime Português. In: *II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, Secretaria da Cultura e Turismo; Brasília: MINC, 1999. ————. Bahia 1798: a hipótese do auxílio francês ou a cor dos gatos. in: Furtado, J. F. (Org.) *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideia de Revolução no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1986.

13. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*. Salvador: Corrupio, 2004. ————. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992. ————. *Presença francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Salvador: Itapuã, 1969.

14. TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Unesp, 2001. ————. *História da Sedição tentada na Bahia em 1798 (A Conspiração dos Alfaiates)*. São Paulo/Brasília: Pioneira/INL, 1975. ————. *Da sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. São Paulo/Bahia: Unesp/EDFBA, 2003,

15. Conferência do Ministro da Cultura Gilberto Passos Gil Moreira, publicada pela assessoria de comunicação do MINC em 22 de agosto de 2003, e acessado em 08 de julho de 2005, no sítio: www.cultura.gov.br/noticias

16. ARRUDA, José Jobson de; PILETTI, Nelson. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. São Paulo: Ática, 2000.

17. NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979 (7a. Edição, 2001). ————. *Aproximações: estudos de história e de historiografia*. São Paulo: Cosac&Naif, 2005.

18. Op. cit. p. 257.

19. Idem.

20. Carlos Guilherme Mota. *Ideia de Revolução no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1986, p. 115, apud, José Jobson de Arruda, *op.cit.*

21. A redação utilizada nesta pesquisa foi gentilmente cedida e elaborada por um aluno do 2º ano do ensino médio da modalidade Educação de Jovens e Adultos, no 2º semestre de 2002.

22. VALIM, Patrícia. *Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798*. Tese de Doutorado, DH/FFLCH/USP, 2013.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) E A LUTA CAMPONESA NO SUL DO PARÁ EM TEMPOS DE DITADURA¹

FÁBIO TADEU DE MELO PESSÔA*

Resumo

O artigo analisa as experiências de organização e resistência dos camponeses no Sul do Pará, a partir do contato com agentes pastorais e militantes católicos que atuaram na Comissão Pastoral da Terra – CPT, entre 1975 e 1985. As formas de resistência foram variadas, a “trincheira” podia ser o rito jurídico de contestação de despejos a partir de mandatos de reintegração de posse ou a resistência armada em emboscadas a agentes de segurança do Estado. A partir do processo de “abertura lenta e gradual” do regime autoritário imposto em 1964, os camponeses buscaram organizar a Oposição Sindical que viria a disputar os sindicatos de trabalhadores rurais na região, cuja principal bandeira de luta era a Campanha pela Reforma Agrária. Trabalho com a hipótese de que a CPT, a partir de seus agentes e dos reli-

*Fabio Pessoa é doutorando em História pela Universidade Federal do Pará. Professor Assistente I do Curso de História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História do Tempo Presente na Amazônia - UFPA/CNPq. Vice-líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de História Social da Amazônia” na linha de pesquisa “Relações de poder, Conflitos e Movimentos Sociais”. UNIFESSPA/CNPq. Contato do autor: fabiopessoa@hotmail.com.

giosos “progressistas”, teve papel fundamental na formação e organização camponesa na região e nas lutas que transformaram o Sul do Pará numa das regiões mais “explosivas” em relação à violência no campo.

A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: A IGREJA CATÓLICA SE POSICIONA DIANTE DA DITADURA

Formalmente, a criação da CPT foi feita a partir do encontro de Bispos da Amazônia para discutir questões relacionadas à terra e às migrações crescentes na região. A preocupação residia exatamente nos conflitos provocados pela expansão do latifúndio, com a expulsão de posseiros, o desmatamento de áreas imensas, a escravização de peões nas fazendas, a ineficiência ou cumplicidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)³, a pressão dos grandes empresários e grileiros, além da omissão das autoridades, sobretudo judiciárias, diante das violências de jagunços e policiais⁴.

Essa realidade já era conhecida por inúmeros religiosos que viviam de perto a realidade conflituosa na Amazônia, especialmente as disputas pela posse e uso das terras devolutas que, embora fossem consideradas públicas, passam a sofrer maior disputa com a especulação e grilagem⁵ promovidas especialmente por grandes empresas. Como bem salientou Zilda Iokoi, na Amazônia Legal,

A Igreja da Libertação e os vários grupos envolvidos, índios, posseiros, seringueiros e camponeses, lutaram contra violência ímpar, uma vez que a terra ocupada, condição de vida de vários grupos, era disputada por setores do grande capital, por militares envolvidos na delimitação das áreas de Segurança Nacional e por governos envolvidos na especulação e na grilagem de terras⁶.

Numa das áreas mais conflituosas, o norte do estado de Mato Grosso, o Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Pedro Casaldáliga, descreve a situação de crescente especulação fundiária da região, denunciando os abusos econômicos cometidos contra os posseiros e indígenas. Na carta pastoral intitulada “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”, Casaldáliga faz um chamado à Igreja,

Para pedir e possibilitar [...] uma maior comunhão, uma colegialidade mais real, uma mais decidida corresponsabilidade. Talvez também para despertar e chamar respostas e vocações concretas... [...] Queremos e devemos apoiar o nosso povo, pôr-nos ao seu lado, sofrer com ele e com ele agir. Apelamos à sua dignidade de filho de Deus e ao seu poder de teimosia e de Esperança⁷.

Além de conclamar a Igreja a apoiar aberta e incondicionalmente os camponeses, “através de vocações concretas”, Casaldáliga expõe denúncias detalhadas das violências provocadas pelo regime:

Uma grande empresa incendiara casas e edifícios públicos de um vilarejo de 500 pessoas. Os fazendeiros haviam contratado dois pistoleiros para assassinar um padre na região [...]. Exércitos particulares impediam que os funcionários abandonassem o trabalho daquelas empresas e a polícia local aterrorizava os camponeses.⁸

As denúncias de Pedro Casaldáliga estavam intimamente ligadas, para além da observação direta da precariedade das condições de vida dos camponeses e da violência contra eles praticada, com a repressão a que muitos religiosos e agentes pastorais estavam submetidos. Segundo Kenneth Serbin, a Igreja reagiu a essa perseguição em três frentes de atuação: “através de denúncia de violação dos direitos humanos, especialmente em relação à tortura; contestando a estratégia de desenvolvimento dos militares; e construindo um movimento de resistência ativo, ainda que pacífico”.⁹ Desta forma, a criação da CPT, em 1975, é uma clara tomada de posição por parte do clero em relação ao modelo de desenvolvimento e ao autoritarismo dos governos pós-1964; mas era também o resultado das pressões dos diversos grupos da esquerda católica¹⁰, especialmente o Movimento de Educação de Base (MEB) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que tinham forte atuação na Amazônia.

Até a década de 1960, a região Sul do Pará, também conhecida como região do Araguaia, abarcava o extenso município de Conceição do Araguaia e suas inúmeras vilas e povoados, paulatinamente transformados em cidades como Redenção, São Geraldo do Araguaia, Xinguara, Rio Maria, Santana do Araguaia, Piçarra, entre outras. Nessa região havia a atuação de inúmeras Comunidades de Base e o MEB tinha uma forte presença, principalmente após a criação da Rádio Educadora do Araguaia, em 1961.

A incorporação de leigos na estrutura de atuação da CPT, MEB e CEBs será um elemento aglutinador de setores populares e suas demandas, terra e trabalho principalmente em relação à Igreja. Mais próxima dos excluídos, canal de interlocução importante entre o autoritarismo do Estado e as demandas das camadas populares do campo e da cidade, a Igreja, através de canais como a CPT, irá se somar a outros atores na luta camponesa no sul do Pará. Luta que está intimamente ligada às transformações políticas e econômicas ocorridas a partir dos diversos projetos de “desenvolvimento” dos governos autoritários em relação à Amazônia de um modo geral, e do Sul do Pará em particular.

A vida do sitiante, lavrador, posseiro, trabalhador rural, ou simplesmente do *camponês*, em Conceição do Araguaia na segunda metade da década de 1970, era bem diferente da experiência da *sociedade camponesa*¹¹ pré-existente na região. Primeiro, em função da diminuição da área ocupada por posseiros, trinta e nove por cento em 1972, ainda que o número de estabelecimentos rurais de posseiros chegasse a noventa por cento. Além disso, a intensa migração para a região, a elevação do preço da terra, a especulação fundiária resultante dessa elevação, a grilagem de terras e a generalização dos conflitos irão demarcar de forma substantiva a nova configuração espacial, social e política do Araguaia dos anos de 1970 em diante.

Apesar de estudos feitos no final da década de 1970 apontarem que a veiculação nos grandes jornais do Sudeste sobre os conflitos pela terra representasse “menos de 10% dos conflitos que realmente ocorrem”¹², em média a cada três dias uma notícia sobre conflito fundiário no Sul do Pará era publicada, o que nos dá um indício da generalização da luta pela terra. Os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de S. Paulo* são dois exemplos da divulgação de conflitos na Amazônia, e no Araguaia em particular. Em uma dessas reportagens, a situação do *peão* é retratada de forma impressionante, como “levar bofetadas para curar dor de dente”, ou de “levar chicotadas segundo o mais autêntico rito colonial”. Publicada em 1973, dois anos após a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, a reportagem nos mostra um cenário da precariedade do trabalho e das relações de dominação de uma área que pouco tempo depois iria se tornar um dos palcos mais sangrentos da luta pela terra em todo o país:

Em geral, os contratos são apenas verbais e os empreiteiros não assinam as carteiras dos trabalhadores. Muitos peões inclusive não têm carteiras. [...] Os posseiros levam geralmente muito tempo para receber uma solução. Conceição do Araguaia não tem juiz efetivo e quem faz o trabalho é o juiz de Belém, que passa dez dias por mês na cidade. [...] Os empreiteiros costumam fazer promessas que jamais são cumpridas. Falam de bons ordenados, casa de brasilit, boa e farta comida e assistência médica constante. Quando os trabalhadores descobrem que tudo não passa de conversa, não podem fazer nada mais além de lamentar. Estão muito longe de casa e presos geralmente ao pagamento de viagem e das refeições¹³.

Depois do trabalho de preparar a terra, valor fundamental com o qual o *camponês* se reconhece como merecedor da terra em que vive, viria o passo seguinte, o da solicitação do título de posse, que mais tarde poderia ser confirmado com um título definitivo. É aí que reside o problema jurídico, que na verdade é político, na medida em que a maioria dos posseiros, “sem nenhuma

orientação, deixou de solicitar o registro de terras em seu nome, limitando-se a fazê-las produzir”. As grandes empresas e particulares, ao contrário, “com recursos para planejar a ocupação de extensas áreas, num processo inverso ao dos posseiros, solicitavam antes o título de determinado lote, apresentando apenas um projeto de colonização”¹⁴.

Analisando essa questão, Roberto Santos apresenta uma síntese do real significado desse rearranjo jurídico em relação à terra:

O Direito Civil, a legislação dos regimes públicos, as certidões cartorárias, as medições de superfície e uma série de práticas formais inusitadas se generalizaram. [...] O homem rural residente na área não estava preparado para uma mudança tão radical de conceitos e valores; em geral, não lhe passava pelo espírito a necessidade de revestir sua posse física do imóvel com um título de propriedade legalmente reconhecido. A posse, para ele, já constituía todo o direito necessário para deter a terra. Ocorre que a mudança de conceitos, no caso, é ditada por interesses bem precisos daqueles que desejam estender o mais possível o controle sobre a terra. E assim, o formalismo jurídico, [...] é utilizado como um instrumento de expansão do domínio fundiário dos grupos mais fortes [...]. De fato, o que a lei positiva estabelece é que posse não provada é posse não tida. E como, em última análise a prova da posse deve ser judicial – portanto, dependente de uma estrutura complicada, cara e praticamente ininteligível para o caboclo – este se vê de repente em total insegurança.¹⁵

A grilagem de terra generalizada a partir dos incentivos fiscais concedidos pelos diversos órgãos governamentais gerou a elevação do valor das terras e uma especulação sem precedentes, agravada pelo fato de que a transferência de terras de uma esfera (federal) a outra (estadual) gerou uma sobreposição jurídica em que, do ponto de vista legal, considerando inclusive as fraudes em cartório, não havia uma definição precisa sobre o real proprietário. Os que se reivindicavam como tal e queriam vendê-las aproveitando-se do aumento do valor da terra, tinham que lutar na justiça. Os camponeses, como veremos, lutarão ocupando as terras ou resistindo de diversas maneiras nas terras já ocupadas.

Diante da dupla expropriação da terra e do trabalho, expropriação entendida a partir do “divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – as terras, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas [...]”¹⁶, existiam poucos canais de reivindicação e luta para os camponeses diante de uma realidade tão adversa. Havia um regime político de exceção imposto em 1964 que reprimira violentamente os principais canais de interlocução representação dos camponeses: o Partido Comunista Brasileiro (PCB)

e suas células de atuação no meio rural em diversos estados; as Ligas Camponesas, que nos anos de 1950 e 1960 protagonizaram inúmeros movimentos camponeses em diversas regiões; e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais que, apesar de continuarem existindo, estavam sob a vigilância, quando não sob intervenção permanente de diversos órgãos de repressão.

Restavam aos camponeses formas autônomas de organização e luta, muitas vezes distantes das representações e modelos políticos tradicionais, notadamente partidários e sindicais. O que ligava os camponeses como *classe*, o que possibilitava a eles uma identificação como tal, camponeses tradicionalmente acostumados ao trabalho individual e familiar com uma “consciência, uma visão de mundo que reflete, que expressa esse isolamento”¹⁷, era o capital, na medida em que atingia a todos, indiscriminadamente. Além da força do capital expropriando a terra e o trabalho, temos a força aglutinadora da Igreja Católica, principalmente, servindo de elo identitário, consubstanciando um sentimento de pertencimento a uma classe de trabalhadores do campo em oposição à outra classe, que os explora e os oprime. Evidentemente que essas formas autônomas de organização (comunidades, grupos de ação, representação direta em áreas ocupadas) e de resistência (emboscadas, petições judiciais, reuniões com representação oficial, ocupação em massa), contavam também com as experiências herdadas e partilhadas com organizações políticas pré-existentes.

Como bem analisou Airton Pereira em sua tese sobre as migrações e conflitos agrários no Sul e Sudeste do Pará, boa parte dos conflitos existentes nessas regiões ocorreram próximo aos rios Araguaia e Tocantins, não por acaso as áreas escolhidas pela CPT para a atuação em apoio aos camponeses¹⁸. A criação da CPT, além dos fatores já indicados, também se relaciona, intencionalmente ou não, com o episódio da *Guerrilha do Araguaia*, movimento armado de combate à ditadura ocorrido na região conhecida como Bico do Papagaio, que abrange os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (na época norte de Goiás), envolvendo militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e as Forças do Exército, entre os anos de 1972 a 1974. Em razão do combate à Guerrilha, o Exército transformou a região em Área de Segurança Nacional, passando a implementar uma política, ao mesmo tempo, repressiva e paternalista em relação aos camponeses. Em uma área palco da Guerrilha, conhecida como “Perdidos”, no então extenso município de Conceição do Araguaia, ocorreu, em 1976, um conflito armado de grande repercussão envolvendo posseiros que resistiram à demarcação de terras feita pelo Incra na área e policiais militares do estado do Pará.

A radicalidade do conflito ocorrido em outubro de 1976 em Perdidos, seja na forma de resistência armada dos camponeses enfrentando a polícia

militar, resultando na morte de dois policiais, seja na repressão que seguiu ao conflito com a prisão de mais de quarenta camponeses, além do padre Florentino Maboni e do seminarista Hilário, pode ser compreendida de diversas formas. Para os representantes do Inbra, Ministério Público e Polícia Militar do Pará, “alguém” estava insuflando os camponeses, já que seriam supostamente incapazes de agir autonomamente. Mas para estudiosos do período, como o antropólogo Rodrigo Peixoto, o episódio de Perdidos e os outros conflitos ocorridos posteriormente podem ser compreendidos como desdobramentos da repressão que se seguiu à Guerrilha do Araguaia, desmantelada pelas forças da repressão em 1974. Ainda que derrotada militarmente, a Guerrilha sobreviveu na memória de ex-soldados, camponeses, ex-guias e “mateiros”¹⁹ que viviam na região conhecida como “Bico do Papagaio” e que abarca a região sudeste paraense, norte de Goiás (atual Tocantins) e sul do Maranhão.

Mas há também a tentativa das forças de repressão em associar o conflito às ações de “comunistas infiltrados na Igreja”, como afirmava a Promotoria de Justiça do estado do Pará, ao considerar o padre Maboni e o bispo de Conceição do Araguaia, Dom Estevão Cardoso Avelar como sendo, respectivamente, autor e coautor das mortes dos policiais militares²⁰. Para o Promotor Carlos Peixoto, que cuidou do caso, uma carta escrita por Dom Estevão e enviada aos posseiros entrincheirados pelo padre Florentino Maboni teria sido o estopim para a emboscada. Por isso, considera ambos, bispo e padre, não apenas “esquerdistas” e “subversivos”, mas responsáveis diretos pela morte dos policiais²¹. A carta, que de fato existiu, jamais chegou aos camponeses, já que tanto o padre quanto o seminarista foram presos pelo exército antes de chegarem ao local do conflito.

A “guerra que veio depois da guerrilha”, termo usado por Rodrigo Peixoto para definir o conflito em Perdidos²², deixou atônitos os representantes do Estado. E tinham razão para isso. Entrincheirados, moradores de uma das áreas palco da repressão à Guerrilha do Araguaia já haviam tentado resolver pacificamente a questão, através do posseiro Joel dos Perdidos, enviado a Brasília para negociar a permanência dos posseiros da área objeto de demarcação pelo Inbra²³. A presença do grileiro Luiz Erland, o “careca”, ao lado dos funcionários do instituto e de 28 policiais militares, além dos inúmeros casos anteriores de despejos de posseiros em áreas próximas ao povoado de Boa Vista, transformaram a ação do Inbra numa declaração de guerra.

Antes do dia 26 de outubro de 1976, dia do confronto, uma reunião organizada por João de Deus, Davi e Joel dos Perdidos reuniu cerca de 173 participantes que resolveram interromper o trabalho de demarcação do Inbra. Mas, na hora combinada pra iniciar a caminhada até a “picada” onde estavam

os técnicos do instituto e os policiais, só teriam aparecido 36 posseiros. Como o movimento fora delatado, resolveram mudar a estratégia. Dividiram-se em três grupos de 12 pessoas, afastando-se do local anteriormente previsto²⁴. O camponês Davi, um dos participantes, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, descreve assim o conflito:

Às cinco da manhã, a polícia percebeu movimentos no mato e fez os primeiros disparos. Quando cessaram os tiros, os posseiros se levantaram e atacaram. Um policial caiu morto. Um deles levou um tiro no pé de ouvido de uma ‘por fora’ (espingarda), que a gente carrega pela boca, aquela venenosa. Morreram quatro. Outros saíram correndo, mais à frente um caiu. A turma foi devagarinho; ele estava para se levantar quando tiramos o infeliz do sofrimento, como faziam com a gente, né? O cara pegava um pedaço de pau e batia na cabeça dos caídos, para sair do sofrimento. Morreu muito pistoleiro na picada ²⁵.

No dia 30 de outubro, após o conflito, 40 soldados se deslocaram de São Geraldo para Perdidos, sob o comando do Capitão Ribamar, objetivando prender os “elementos interessados em tumultuar a ordem no sul do Pará”. Foram presas, naquele dia, 35 pessoas. Segundo o Capitão Ribamar, “apenas uma parte se constitui de posseiros” já que “existiriam três grupos: os posseiros, o grupo econômico e os interessados em tumultuar”. Com os oito presos em São Geraldo como “suspeitos”, o número agora era de 43 pessoas, a maioria enquadrada na Lei de Segurança Nacional²⁶. Davi, um dos presos na operação policial, conta com riqueza de detalhes os dias em que ficou preso: “fiquei um mês trancado numa cela. Me deram choques na língua, botavam fio elétrico na orelha e no cotovelo, você cai morto, não vê nada. Meus dentes quebraram tudo. Me perguntaram de coisas que eu não sabia que existia no mundo”²⁷.

Também foi presa a mulher de João de Deus, um dos líderes do conflito que deixou dois policiais militares mortos. Edna Rodrigues de Souza, também conhecida como Dina, passou pela tortura. Segundo levantamento do jornal *O Estado de São Paulo*, “em três ocasiões, Edna sofreu choques elétricos e abuso sexual de agentes encapuzados. A primeira foi na beira do Araguaia, onde foi presa. Após quatro meses, foi solta. Estava grávida”²⁸.

Não só os camponeses sofreram com a repressão que se seguiu ao conflito. Muitos religiosos também seriam alvos da repressão. O seminarista Hilário, que acompanhava o padre Maboni na missão de levar e ler a carta de Dom Estevão Avelar aos camponeses em Perdidos, narra os momentos de terror que passou, ao lado de vários camponeses, quando da sua prisão após o conflito. Conta que chegou com Maboni à Vila de Araguanã e lá foram aconselhados a não prosseguir até Boa Vista, pois lá os policiais estariam prendendo todo

mundo depois que dois policiais militares foram mortos. José Valdemar Costa, motorista do MEB em Conceição do Araguaia, confirma a versão ao dizer que “estava todo mundo apavorado. Ninguém queria atravessar o Araguaia com medo de ser preso”²⁹.

Hilário e Maboni seguiram até o povoado de Boa Vista e lá viram o temor dos moradores que sabiam da investida dos policiais saídos de São Geraldo, no Sul do Pará. Leram a carta do bispo Avelar, o que mais uma vez comprova a inexistência de relação de causalidade entre a carta e o conflito, quando a emboscada já havia terminado. No dia 28, celebraram uma missa em Boa Vista, enquanto os posseiros entrincheirados esperavam a investida da polícia militar. Os policiais vieram efetuando várias prisões. O trânsito estava parado, ninguém entrava nem saía. No dia 30 de outubro, padre Maboni, o seminarista Hilário e dezenas de camponeses foram presos e levados para o distrito de São Geraldo.

Hilário levou choque elétrico e ouviu os gritos dos camponeses ao serem espancados. Foi transferido depois para a base policial de Xambioá, em Goiás (hoje Tocantins), a mesma base usada para apoio nas operações de combate à Guerrilha do Araguaia. Foi solto dez dias depois, abrigando-se no Seminário Católico, em Conceição do Araguaia. Já Padre Maboni, depois de transferido no dia 12 de novembro para o presídio São José, em Belém, ficando incomunicável, foi colocado em liberdade no dia 26 do mesmo mês, voltando para Porto Alegre³⁰.

A repressão aos camponeses rebelados em Perdidos, que ousaram resistir ao processo de expulsão de suas terras, como vimos, foi violenta. Mas algumas mudanças puderam ser sentidas. Segundo Jean Hébet e Edma Moreira:

Os fatos ocorridos em Perdidos deram origem à criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). Os posseiros, uma vez soltos, após mais de um mês de prisão, voltaram a seus lotes. Mais tarde, criaram em sua área uma delegacia sindical, cujo delegado encabeçou a chapa progressista na eleição seguinte para a diretoria do STR³¹.

Pelos argumentos acima podemos vislumbrar alguns elementos importantes que nos ajudam a compreender a radicalidade da luta pela terra e seus desdobramentos. Primeiro, no que se refere ao alargamento do alcance dos conflitos que ocorriam no campo. Diferentemente do que ocorrera com a Guerrilha do Araguaia, em que imperou a lei do silêncio, incluindo-se aí o silêncio imposto à imprensa³², o conflito em Perdidos teve repercussão na imprensa nacional. Além disso, militantes de partidos e organizações de esquerda e grupos católicos progressistas puderam acompanhar as tensões

existentes no Araguaia, aproximando cada vez mais os centros urbanos com a realidade do campo. Um exemplo disso é a vinculação do conflito com a criação da Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), diante da repercussão do ocorrido, em que um importante articulador da entidade, Paulo Fonteles, se envolveu diretamente no caso como advogado de defesa de vários camponeses. Escrevendo num caderno as suas memórias sobre o conflito, Dina dos Perdidos, uma das assistidas por Fonteles, afirma que “ele será o anjo, o ser que queria só paz na terra de pistoleiros, guerrilheiros e posseiros”³³.

Além disso, a postura dos camponeses de enfrentar os policiais a tiros, mesmo com os horrores das prisões, perseguições e torturas, resultou na volta dos posseiros para os seus lotes, ou seja, conseguiram não ser expulsos de suas terras, o que já havia acontecido com outros camponeses em diferentes lotes da região. Para o camponês Davi, uma das lideranças dos Perdidos, a luta “[...] valeu a pena. Foi a primeira vez que gente pobre brigou com gente rica e ganhou”³⁴. A vitória conquistada no enfrentamento, à custa de sangue e sofrimento, resultou num processo maior de organização dos camponeses. Os camponeses de Perdidos continuaram a luta agora com novas armas. Foi a partir da experiência vivida em Perdidos que surgiu o candidato da oposição sindical na eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, em 1980: Raimundo Ferreira Lima, o Gringo. Articulando-se a outros camponeses, partiram para a disputa aberta pelo sindicato controlado há anos por um interventor.

A ORGANIZAÇÃO DA OPOSIÇÃO SINDICAL E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

As justificativas para o golpe civil-militar ocorrido em 1964 contra o governo democraticamente eleito de João Goulart são variadas³⁵, embora duas sejam importantes para o nosso debate. Trata-se de duas preocupações dos setores civis e militares quando do movimento golpista: as mobilizações camponesas e a luta pela Reforma Agrária. No Pará, as primeiras organizações com perfil sindical surgiram na década de 1950, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (Ultap), organização surgida a partir da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará, realizada em 13 de maio de 1955, em Belém. A Conferência de criação da ULTAP fora convocada pela Comissão Paraense pela Reforma Agrária, o que mostra que a temática da reforma agrária estava na pauta da construção da entidade³⁶.

As Ligas Camponesas não eram organizadas no Pará, pelo menos não se comparado a outras partes do país. Para o Exército, no entanto, existiam,

em 1963, 218 Ligas camponesas no Brasil, sendo oito no Pará³⁷. Com o golpe de 1964, a intervenção nas organizações de trabalhadores foi uma constante, seja na repressão às lideranças, seja na modificação da legislação que possibilitasse o controle sobre as organizações do campo, tanto de patrões quando de trabalhadores, em todo o território nacional. No Pará,

A Federação das Associações Rurais do Pará, entidade patronal, transformou-se, em 1965, na Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), enquanto as associações de colonos, lavradores e trabalhadores rurais passaram a ser Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Fundou-se, com sete sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (Castanhal, Alenquer, Capanema, Curuçá, Igarapé-Mirim, Santa Izabel do Pará e São Domingos do Capim) a Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) em 1968³⁸.

Tanto no momento de criação da Ultap, em 1955, quanto da Fetagri, em 1968, não há representação de trabalhadores rurais das regiões sul e sudeste do Pará. Nessas regiões, ao que tudo indica, as organizações camponesas ocorrem num momento posterior.

O movimento para a organização do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), de Conceição do Araguaia teve impulso com a constituição da primeira diretoria, em 1971, que culminaria com a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais no mesmo ano. A Igreja cedeu o espaço para servir como sede e a mobilização das atividades da associação era feita através da Rádio Educadora. A Associação se transforma em Sindicato em 1974 com o reconhecimento do Ministério do Trabalho, mas as tensões provocadas em função da Guerrilha do Araguaia levaram à intervenção federal no recém-criado STR de Conceição, com a nomeação de Bertoldo Siqueira Lira, ex-sargento da Aeronáutica, para presidir a entidade³⁹. Bertoldo presidiu o Sindicato por dez anos, transformando o STR de Conceição, nos dizeres de Padre Ricardo, “numa associação assistencialista, numa antessala do Funrural”⁴⁰. Em diversas localidades de Conceição os camponeses foram expulsos de suas terras, outros resistiram, e o sindicato pouco ou nada fez para apoiá-los. Os camponeses envolvidos em conflitos, como Perdidos, Cajueiro e Caçador, começam a articular, em conjunto com a CPT, a formação de uma oposição ao sindicato.

A participação da Igreja, através da CPT, dos agentes pastorais e das comunidades, é importante porque funciona como a única alternativa de apoio num momento de repressão política em que o país vivia. Assim, uma missa realizada em uma comunidade significava não apenas um espaço para oração, era também um momento em que as pessoas podiam se reunir para debater questões relacionadas à terra, à organização e à luta por direitos. Neste sen-

tido, como bem analisou Octávio Ianni, “a atividade religiosa é também uma forma de protesto. Por trás da aparente resignação que acompanha a reza, a procissão, a romaria [...], está o descontentamento frente às atuais condições de vida”⁴¹.

Assim, juntando fé e rebeldia, a oposição sindical cresce com importante apoio da Igreja. Mas há também o engajamento de camponeses formados na resistência contra a expulsão de suas terras, em diferentes povoados de Conceição do Araguaia. Da região de São Geraldo, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, é eleito delegado sindical e encabeça a chapa 2, de oposição a Bertoldo. De Rio Maria, o delegado é João Canuto. A pressão dos camponeses faz com que sejam criadas várias delegacias em localidades como Perdidos, Luzilândia e Sobra-de-Terra⁴², aumentando a força da oposição.

O programa da chapa de oposição defendia pontos que variavam entre a pauta econômica, com aumento de salário para os peões, entrega gratuita de terras pelo Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins (Getat) e a melhoria da infraestrutura da produção (armazéns, estradas), social (escolas, hospitais) e política, exigindo-se liberdade de pensamento e organização, contra a violência policial, violência dos jagunços e participação ativa das mulheres no sindicato.

Gringo vai a São Paulo em maio de 1980 para encontro com grupos de operários. No retorno, já em Araguaína (Goiás), segundo relatos de padre Ricardo, Gringo foi assassinado em 29 de maio de 1980, por José Antônio, filho de fazendeiro morto em conflito com posseiros na região de São Geraldo. Embora não fosse posseiro na área do conflito, Gringo foi morto porque “José Antônio resolveu vingar essa morte assassinando alguém que fosse caro aos lavradores”⁴³.

A morte de Gringo gerou muitos protestos em Conceição. Em 7 de junho de 1980, uma ato ecumênico exigindo justiça reuniu uma multidão na praça central da cidade. A morte dessa importante liderança representou uma grande perda para o movimento camponês no sul do Pará. Significou também o enfraquecimento da chapa de oposição. Mesmo contando com um apoio considerável, a oposição não conseguiu vencer a máquina do sindicato controlado pelo interventor Bertoldo. A máquina montada pelo sindicato com o apoio explícito do Getat e Incra, sem falar na intimidação feita pelas polícias militar e federal contra os simpatizantes da chapa de oposição, foram determinantes para o resultado. Seriam necessários cinco anos para que a oposição ganhasse as eleições no STR de Conceição.

A despeito de toda a repressão e violência que envolvia as disputas pela terra, os camponeses e seus apoiadores buscavam na organização em torno da campanha pela reforma agrária sua estratégia política fundamental. Em

1983, diversas entidades convocam uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária⁴⁴. No texto de Convocação, a posição das entidades que subscrevem o documento é bastante clara. Entendem que “não haverá solução verdadeira do problema da terra no Brasil sem que se execute uma Reforma Agrária que atenda às reivindicações dos trabalhadores rurais em todo o país”, na medida em que uma Reforma Agrária só será efetivada de fato “se os trabalhadores rurais participarem em todas as etapas de sua implementação”. E concluem, dizendo que “não será com pacotes embrulhados nos gabinetes do autoritarismo que se dará a solução a este problema central da crise brasileira”⁴⁵.

No documento também podemos compreender as causas do problema da violência no campo. Primeiro, pela resistência camponesa, em função da diminuição forçada da área disponível a cada família, sem falar da proletarização do camponês, uma vez que “em 1980, 66% dos que trabalharam na agricultura receberam até um salário mínimo mensal, o que significa sobrevivência e reprodução em grau de miséria”⁴⁶. Além disso, a expropriação da terra “por grandes empresas nacionais e estrangeiras, força de maneira sistemática aos trabalhadores rurais”, gerando formas de subemprego, trabalho escravo, entre outras mazelas⁴⁷. Para enfrentá-las, ainda segundo o documento, os trabalhadores buscam através de “instrumentos mais eficazes [...], a organização sindical, mesmo com os limites impostos pela legislação, a resistência as lutas pela permanência ou conquista da terra e melhores condições de vida e de trabalho”⁴⁸.

Mas de que Reforma Agrária estamos falando? Se pegarmos os argumentos de Dom Casaldáliga, podemos perceber a existência de dois tipos de reforma agrária: uma realizada pelos próprios trabalhadores (através da ocupação de terras em diversas regiões), que o bispo chama de “gestos de reforma agrária”. E uma outra, promovida pelo Banco Mundial, pelo Ministério Extraordinário para assuntos fundiários e o GETAT. Para ele a mobilização social em torno da campanha em favor da Reforma Agrária “irá promover o conflito desses tipos de reforma agrária, na busca de uma só reforma, aquela que será conquistada por meio da mobilização e organização dos trabalhadores e não como algo que venha como dádiva do poder público”⁴⁹.

Essa interpretação também foi exposta por Dom Tomás Balduino, Bispo da cidade de Goiás, que defendeu a implantação de uma reforma agrária a partir dos próprios trabalhadores, de acordo com suas expectativas, anseios e condições: “a reforma agrária só existirá quando o lavrador for o sujeito, o autor e o destinatário”. Para ele, “a reforma agrária deve ser implementada com os trabalhadores à frente, não os governantes”⁵⁰.

O dia 30 de novembro foi escolhido para o lançamento da campanha, por se tratar do 19º aniversário do Estatuto da Terra. No ato de lançamento, marcado para a cidade de Goiânia, reunindo mais de seis mil participantes,

bombas de efeito moral foram disparadas contra os manifestantes, sem que os autores fossem identificados⁵¹. A tentativa de intimidação não logrou êxito e a manifestação continuou até o final⁵².

As mobilizações camponesas em favor da Reforma Agrária ganharam apoio em vários setores da sociedade. A pressão dessa mobilização, aliado aos ares de democracia que começaram a ser sentidos no país⁵³, fazem do debate em torno da Reforma Agrária uma questão nacional. Em abril de 1985, começa a ser apresentado pelo governo Sarney o primeiro esboço do Programa de Reforma Agrária que viria a ser aprovado em outubro do mesmo ano. O Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nélson Ribeiro, tentava acalmar os ânimos exaltados dos fazendeiros, ao afirmar que “ainda não foram definidas as áreas em que o plano será aplicado; e nem todo latifúndio, seja ele produtivo ou improdutivo, será desapropriado”⁵⁴.

Mas nem todos estavam dispostos a aceitar as mudanças advindas com a pressão popular. Se os camponeses se mobilizavam, os latifundiários também. Se as mobilizações dos trabalhadores rurais ocorreram em Goiânia, quando do lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, a criação da União Democrática Ruralista (UDR) ocorre igualmente em Goiás, como reação ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)⁵⁵, em 1985, passando a “desenvolver vigorosa ação coletiva de reação à proposta do PNRA, na qual todas as entidades patronais se engajaram”⁵⁶. Esse engajamento se deu de três formas. A primeira, através da disputa de opinião pela imprensa. A segunda, com a formação de um bloco institucional de poder, reunindo bancadas de “ruralistas” para a defesa de seus interesses de classe nos parlamentos e governos. A terceira, através da violência de milícias armadas contra os camponeses e seus apoiadores.

O engajamento patronal em defender seus interesses reverberou em discursos virulentos pela imprensa. Várias entidades que representavam os fazendeiros publicaram notas, declarações e manifestos que traduziam as insatisfações com o projeto de reforma agrária em curso. Em um desses manifestos, o plano de reforma agrária proposto pelo governo era um verdadeiro “atentado contra a propriedade” na medida em que o plano, na visão dos fazendeiros, “é uma proposta socialista e comunista para mudar o regime”. A culpa por essa “proposta irresponsável”, continua o manifesto, “é dos homens de capa preta, que usam o crucifixo no pescoço e dizem que falam em nome de Deus. Mas nós não vamos entregar nossas terras do jeito que eles querem. Vamos lutar”⁵⁷.

Para o presidente da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), Octávio Alvarenga, o plano do governo tem caráter “revanchista, na medida em que está totalmente voltado para os interesses dos trabalhadores, outrora alijados

do processo de decisão sobre o setor”⁵⁸. O diretor da Agrobanco, Oreny Rodrigues, afirmou que “a frente comunista precisa ser contida rapidamente antes que este país se transforme numa Nicarágua”⁵⁹.

Mas o que causava tanto temor nos fazendeiros contrários ao plano apresentado pelo governo? Em primeiro lugar, estava prevista a cobrança dos devedores de impostos, principalmente do imposto territorial das propriedades que não configuram como sendo de “função social”. A cobrança também atingiria os projetos agropecuários inadimplentes para que, nestes casos, “os imóveis rurais envolvidos sejam tornados áreas de intervenção para a reforma agrária”⁶⁰. Nesse caso, há um elemento central da disputa política que incide sobre a propriedade da terra: a desapropriação por interesse social. O “justo preço” que deveria ser pago aos proprietários de terras destinadas à reforma agrária, por força do decreto lei 554/69, sofreu muita resistência nos tribunais. O plano do governo era o de rever esse entendimento do judiciário para fixar um “valor justo” pela indenização, o que, no entendimento dos fazendeiros, seria uma proposta que atentaria ao direito de propriedade. Para o Inbra, “os latifúndios por exploração e por dimensão⁶¹ de área, que juntos representam mais de 72% das terras no Brasil, serão os principais envolvidos no plano de reforma agrária”⁶².

Mas a resistência dos latifundiários a qualquer iniciativa que colocasse em risco a estrutura de concentração de terras no país não se resumiu aos discursos pela imprensa. Os fazendeiros se armaram a partir de milícias particulares, prática já existente mas que foi generalizada em 1985. Paulo Fonteles, eleito deputado estadual pelo PMDB, denuncia, da tribuna da Alepa, a existência de milícias armadas no estado do Pará, “responsáveis pelos assassinatos de camponeses”, e que seria necessário agir para que fossem desarticuladas⁶³. Como exemplo da existência das milícias, Fonteles cita a fazenda Surubim, em Xinguara, “com cerca de 50 homens armados que assassinaram cinco trabalhadores”⁶⁴.

Para o Presidente Nacional da CPT, bispo Dom José Gomes, há uma nítida relação entre a organização camponesa e o aumento da repressão e violência por parte dos fazendeiros e grileiros, a partir das suas milícias.⁶⁵ As tensões envolvendo a mobilização dos trabalhadores em relação à organização sindical em luta pela reforma agrária de um lado, e a articulação de milícias armadas pelos fazendeiros de outro, intensificam a violência que se torna cotidiana na região do Araguaia⁶⁶. Em carta endereçada ao Ministério da Reforma Agrária, fazendeiros do Araguaia afirmam que “se nem uma providência for tomada e o governo insistir em manter o projeto de reforma agrária, muito sangue vai correr na região”⁶⁷. Enquanto o recém empossado presidente do Getat, Asdrúbal Bentes, diz não acreditar na existência de milícias⁶⁸, a CPT

contabiliza os mortos. Na região do Araguaia, entre Xinguara e Conceição, foram assassinados, entre 1980 e 1984, 50 trabalhadores. Somente no primeiro semestre de 1985, foram 40, os trabalhadores mortos⁶⁹.

A “Nova República” significou a tentativa de retomar o debate em torno da Reforma Agrária, a partir de uma discussão com amplos setores da sociedade, que se organizavam. Os camponeses articulavam-se em sindicatos e movimentos de pressão, como o MST e os STR’s. Os “ruralistas” ou latifundiários também se organizavam, seja em entidades de classe como a UDR, seja através de milícias armadas. Podemos assim concluir que no advento da “Nova República” e o fim da ditadura, *velhos problemas* continuam a existir, especialmente em relação aos conflitos agrários, cuja violência contra trabalhadores e religiosos permanece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Marcionila. *Donos de Terras: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n. 47, p. 29-60, 2004.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, p. 35 1986..

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servólo de; PAULILO, Maria Ignez. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p.119-20, 2009,.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma S. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: Edufpa, vol. 4, p. 35 2004.

IANNI, Octávio. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil : o debate na esquerda (1960-1980)*. São Paulo Expressão Popular, p. 136, 2005.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 147, 1978.

IOKOI, Zilda M. G. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais do Campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 17.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil – 1916/1985*. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, p. 285, 2005.

MOURA, Antônio Carlos. “A Comissão Pastoral da Terra”. In: SALEM, Helena (Org.). *A igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, p. 87, 1981.

PEIXOTO, Rodrigo. Ação cultural e contestação política entre a Igreja Católica e os camponeses: um estudo na região de Marabá. In: LÉNA, Philipe et al (Org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. 2ª Ed. Belém, CEJUP, 1992, p. 142.

PEIXOTO, Rodrigo. Memória Social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, vol. 6, n.3, set. – dez. 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese (Doutorado em História). Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PESSÔA, Fábio T. M. Bispo comunista, padres subversivos: cristianismo de libertação e a luta camponesa no sul do Pará durante o período militar. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, p.69, 2014.

PESSÔA, Fábio T. M. *O Pensamento Radical no Movimento Camponês: História e Memória da Luta Camponesa em Conceição do Araguaia: 1975-1985*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.

JÚNIOR, Caio Prado. “A Reforma Agrária e o momento nacional”. In: *A Questão Agrária no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, p.127, 1981.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford Andrew et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça militar no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, p. 123, 2001.

SILVA, Ipujucan R. da. *Estrutura Agrária: estudo de uma área em expansão*. Belém: UFPA/NAEA, 1978, Monografia de Pós-Graduação, p. 29.

NOTAS

1. Este artigo conta com apoio do Programa Institucional de Apoio à Produção Acadêmica – PIA-PA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Agradeço as contribuições dos professores Pere Petit (UFPA), Airton Pereira (UEPA) e Samuel Campos (UEPA).
2. Doutorando em História pela Universidade Federal do Pará. Professor Assistente I do Curso de História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História do Tempo Presente na Amazônia - UFPA/CNPq. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de História Social da Amazônia” na Linha de Pesquisa “Relações de poder, Conflitos e Movimentos Sociais”. UNIFESSPA/CNPq. Contato do autor: fabiopessoa@hotmail.com.
3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão Federal criado em 1970.
4. MOURA, Antônio Carlos. A Comissão Pastoral da Terra . In: SALEM, Helena (Org.). *A igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981, p. 87.
5. A grilagem é caracterizada pela pseudo-oficialização do processo de aquisição de terras. O grileiro oficializa o requerimento de compra protocolando-o. Vende a terra que ainda está em processo de compra . In: SILVA, Ipujucan R. da. *Estrutura Agrária: estudo de uma área em expansão*. Belém: UFPA/NAEA, 1978, Monografia de Pós-Graduação, p. 29.
6. IOKOI, Zilda M. G. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais do Campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 17.
7. CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social, 1971*, apud MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil 1916/1985*. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.
8. *Ibidem*, p. 109.
9. SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça militar no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 123.
10. MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil 1916/1985*. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.
11. IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 147.
12. MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
13. PEÕES vivem a rotina do Medo no Araguaia. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 9 de março de 1973; apud IANNI, Octavio. Op. cit., 1978, p. 119-121.
14. *Ibidem*, p. 114.
15. SANTOS, Roberto. Op. cit., 1978, p. 8, apud IANNI, Octavio. Op. cit., 1978, p. 159.
16. MARTINS, José de Souza. Op. cit., 1991, p. 50.
17. *Ibidem*, p. 17.
18. PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese (Doutorado em História). Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

19. Termo utilizado para designar os camponeses “recrutado” pelo Exército, a maioria à força, para servir de guias nas campanhas militares mata adentro à procura dos guerrilheiros.
20. PESSÔA, Fábio T. M. “O Pensamento Radical no Movimento Camponês: História e Memória da Luta Camponesa em Conceição do Araguaia: 1975-1985”. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.
21. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, Promotoria de Belém, Carlos Peixoto, 24 de agosto de 1978, fls. 5. Arquivo Paulo Fonteles, Belém-PA.
22. PEIXOTO, Rodrigo. “Memória Social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, vol. 6, n. 3, set.–dez. 2011.
23. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 35.
24. Cf. *O Estado de São Paulo*. Guerra dos Perdidos. Atualizado: 18/12/2010 às 22:12. Disponível em <<http://estadao.br.msn.com/ultimas-noticias/artigo.aspx?cp-documentid=26824115.html>>. Acesso em: 11 de jun. 2013.
25. *Ibidem, idem*.
26. POSSEIROS fizeram uma outra embosca para os soldados. *O Liberal*. Belém, 1 nov. 1976, p. 4. Arquivo Paulo Fonteles, Belém/PA.
27. *O Estado de São Paulo*. Guerra dos Perdidos. Atualizado: 18/12/2010 às 22:12. Disponível em <<http://estadao.br.msn.com/ultimas-noticias/artigo.aspx?cp-documentid=26824115.html>>. Acesso em: 11 de jun. 2013.
28. *Ibidem, idem*.
29. José Valdemar Costa. Depoimento [jun. 2012]. Entrevistador: Fábio Pessôa. Conceição do Araguaia, 2012.
30. Diário do seminarista Hilário entregue ao padre Ricardo Rezende em 23 de fevereiro de 1984. Citado em: FIGUEIRA, Ricardo. Op. cit., p. 38-45.
31. HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma S. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. vol. 4, p. 35.
32. Segundo os jornalistas Moraes e Silva, a primeira veiculação na imprensa sobre a Guerrilha do Araguaia foi feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a partir de uma matéria assinada pelo repórter Henrique Gonzaga Junior, que mantinha boa relação com o Exército. A matéria intitulada “Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e o atraso” foi publicada no dia 24 de setembro de 1972. Cf. MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 285.
33. Cf. *O Estado de São Paulo*. Guerra dos Perdidos. Atualizado: 18/12/2010 às 22:12. Disponível em <<http://estadao.br.msn.com/ultimas-noticias/artigo.aspx?cp-documentid=26824115.html>>. Acesso em: 11 de jun. 2013.
34. *Ibidem, idem*.
35. Uma importante discussão envolvendo a produção historiográfica sobre o golpe de 1964 pode ser encontrada em: FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº 47, p. 29-60, 2004.
36. GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. “Organizações rurais e camponesas no estado do Pará”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servólo de; PAULILO, Maria Ignez. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: EdUNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.119-20.

37. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR nº 709. O comunismo no Brasil: a ação violenta. 4º vol. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1967, p. 380.
38. GUERRA, Gutemberg. Op. cit., p. 123.
39. Ibidem, p. 60.
40. Ibidem, p. 61.
41. IANNI, Octávio. "A formação do proletariado rural no Brasil". In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil : o debate na esquerda (1960-1980)*. São Paulo Expressão Popular, 2005, p. 136.
42. FIGUEIRA, Ricardo. Op. cit., p. 62.
43. Ibidem, p. 63.
44. Essa convocação foi assinada pelas seguintes entidades: Contag, PCT, Cimi, Abra e Ibase. Cf. Boletim CPT Nacional – Ano IX, nº 44 – Jan/Fev de 1983, p. 11. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
45. Ibidem, p. 07.
46. Ibidem, p. 11.
47. Ibidem, idem.
48. Ibidem, p. 12.
49. CLERO em campanha por Reforma Agrária. *O Popular*. Goiânia: 23 de outubro de 1983, p. 13. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
50. BISPO quer reforma a partir do trabalhador. *O Popular*. Goiânia: 8 nov. 1983. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
51. BOMBAS na passeata pela Reforma Agrária. *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 1 dez. 1983, p. 14. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
52. CHUVA e bombas de gás não impedem a festa da reforma. *O Popular*. Goiânia: 1 de dezembro de 1983, p. 6. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
53. Durante o ano de 1984, diversas manifestações populares ocorrem nas principais capitais do país. O movimento denominado de Diretas Já! exigia eleições livres e diretas para presidente da República, prática interrompida com o golpe de 1964. O Congresso Nacional rejeitou a proposta de emenda constitucional apresentada pelo deputado Dante de Oliveira, permanecendo a forma indireta de escolha presidencial. No entanto, o candidato da "ordem", Paulo Maluf, perdeu a eleição no Congresso para o opositor Tancredo Neves, do PMDB, partido oriundo do antigo MDB e que aglutinava em seu interior setores os mais diversos. Um dia antes da posse prevista do primeiro presidente civil, desde João Goulart (1961-1964), Tancredo é internado em estado grave de saúde e acaba por falecer dias depois. Assume o seu vice, um ex-deputado da ARENA, José Sarney. Tem início a "Nova República".
54. REFORMA: Agora há os "mal-entendidos". *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 4 jun. 1985. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
55. Aprovado através do decreto presidencial nº 91.776, de 10 de outubro de 1985.
56. FERNADES, Marcionila. *Donos de Terras: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém: NAEA/UFPA, 1999, p. 100.
57. REFORMA: Agora há os "mal-entendidos". *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 1 jun. 1985. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
58. Ibidem, idem.
59. Ibidem.

60. Na reforma agrária o que vai ser feito. *Jornal de Brasília*. Brasília: 28 maio 1985. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
61. Há dois tipos de latifúndio, um de dimensão e outro de exploração. O latifúndio de dimensão, também conhecido como de extensão é aquele que não ultrapassa a seis módulos mínimos fixados pelo Incra (os tamanhos dos módulos diferem de região, mas não ultrapassam a 100 hectares). O de exploração, a rigor, é qualquer área não explorada. Exceções: área de reflorestamento e reserva; empresa registrada no Incra como “empresa rural”. Independente de suas dimensões, desde que cumpra as exigências do Incra. Cf. *Folha de S. Paulo*, o que é latifúndio. São Paulo: 4 de maio de 1985. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
62. Incra já definiu como indenizará latifundiários. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: 06 jun. 1985. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
63. Fonteles quer que ministros desarticulem já as milícias. *A Província do Pará*. Belém: 12 jun. 1985. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
64. *Ibidem*, *idem*.
65. Fazendeiros sempre armaram pistoleiros. *O São Paulo*. São Paulo: Semana de 21 a 27 jun. 1985. Nacional, p. 7. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
66. UM ESTADO de conflito que vai de Marabá a Conceição. *O Liberal*. Belém: 20 jun. 1985, 1º Caderno, p. 18. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
67. FAZENDEIROS do Araguaia ameaçam com sangue a feitura da Reforma. *O Liberal*. Belém: 18 jun. 1985, 1º Caderno, p. 2. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.
68. *Ibidem*, *idem*.
69. PASTORAL relata todo o problema no Pará. *Jornal de Brasília*. Brasília, 2 jun. 1985, p.5. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Araguaia/Tocantins, Xinguara/PA.

NÃO ESTAVA ESCRITO NA ESTRELA?

DISPUTA POR ESPAÇOS POLÍTICOS E CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS A PARTIR DAS AÇÕES ARMADAS DO PCBR (BAHIA, DÉCADA DE 1980)¹

LUCAS PORTO MARCHESINI TORRES*

Resumo

Em abril de 1986 um assalto a banco frustrado pela polícia em Salvador (BA) repercutiu amplamente em todo o país devido às suas vinculações com o Partido dos Trabalhadores. Segundo declarações dos assaltantes presos, eles eram militantes do PT e pretendiam ajudar a Nicarágua sandinista com os dividendos do crime. Dias depois, porém, descobriu-se uma segunda militância deles no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), grupo que anos antes envolveu-se na luta armada clandestina contra a ditadura e que na década de 1980 era uma tendência petista. Aos olhos do presente, as ações do PCBR necessitam ser compreendidas em seu contexto, como projeto político no interior do PT do período.

A TENTATIVA DE ASSALTO

Em abril de 1986 um assalto a banco frustrado pela polícia em Salvador (BA) repercutiu amplamente em todo o país devido às suas vinculações

*Lucas Porto M. Torres é mestre em História Social pelo Programa de pós em História da Universidade Federal da Bahia. Contato do autor: lucaspmt@hotmail.com

com o Partido dos Trabalhadores. Segundo informaram, prontamente os cinco assaltantes presos, eles eram militantes do PT e pretendiam ajudar a Nicarágua sandinista com os dividendos do crime.

Inicialmente pouco se sabia daqueles militantes presos e suas diferenças chamaram atenção. Com 22 anos, estudante de Ciências Sociais no Paraná, Marcos Reale Lemos era o mais jovem do grupo. Do mesmo estado partiu para a Bahia, Jari Evangelista, de 40 anos, e que tinha passagem pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) na década de 1970. Havia o catarinense Telson Crescêncio, com 33 anos, atuante na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os outros dois eram nordestinos: o pernambucano Cícero Araújo, de 31 anos, e o cearense José Wellington Diógenes, de 35 anos, e que segundo o *Correio da Bahia* tinha “pinta de líder do grupo”.² A revista *Veja* destacou com suspeitas suas diferenças:

Nunca na história dos assaltos a bancos viu-se um caso de formação de uma quadrilha de estreantes em que se juntam um dirigente estudantil do norte do Paraná, um metalúrgico desempregado de Santa Catarina, um professor e um camponês pernambucanos e um desocupado cearense para roubar um banco na capital da Bahia. Cinco pessoas de atividades e origens tão diversas só se juntam para algo tão arriscado se houver entre elas mais coisas em comum.³

Junto com tais suspeitas, surgiu a descoberta da participação de outro militante que conseguira escapar. Ele seria capturado dois meses depois, em Goiás. Chamava-se Antonio Prestes de Paula, era mineiro de Campo Florido, à época com 58 anos e um passado político emblemático. Em princípios da década de 1960, servindo em Brasília, Prestes de Paula era sargento da Aeronáutica e liderança entre os militares de baixa patente. Destacou-se no Movimento dos Sargentos (1961-1964), primeiro por sabotar os planos de abate do avião presidencial de João Goulart em retorno da China comunista, depois por encampar reivindicações políticas para os sargentos (queriam o direito a disputar vagas nos legislativos do país) e liderar um levante na capital federal.⁴ Por isso, terminou preso e condenado.

Após alguns anos na prisão, em plena ditadura, Prestes de Paula conseguiu escapar e ingressou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) no qual participou da resistência armada contra a ditadura. Em princípios dos anos 1980, depois de experimentar alguns anos de exílio, Prestes de Paula se vinculou ao PT de São Paulo e, assim como os outros cinco presos, tinha sua militância petista publicamente reconhecida.

Tão logo sua participação no assalto de 1986 foi aventada, a segunda militância daqueles presos no PCBR foi descoberta. O grupo, que anos antes

se envolveu na luta armada clandestina contra a ditadura, na década de 1980, se reorganizou como uma tendência petista.

À medida que as investigações policiais avançaram e suas descobertas chegaram à imprensa, um agravante foi acrescido à ficha policial daqueles homens. Antonio Carlos Valença, gerente do Banco do Brasil na cidade de Cachoeira, distante 120 quilômetros de Salvador, “só precisou abrir os jornais para reconhecê-los”, publicou *Veja*.⁵ Um ano antes, em abril de 1985, Valença foi acordado em sua casa bem cedo para acompanhar aqueles homens até o cofre da agência em que trabalhava. Sem percalços policiais ou resistência das vítimas, deixaram a cidade com uma vultosa quantia de quase duzentos mil cruzeiros.

Como é possível perceber, aquele grupo de militantes era bastante diverso entre si: em suas trajetórias pessoais, em suas origens sociais e geográficas, e em idade também. Da mesma forma, vê-se que o assalto frustrado em 1986 não era o debute de alguns deles em ações como aquela e que seu responsável era o PCBR, uma organização que necessitava do PT para se manter ativa durante a redemocratização brasileira. No entanto, a tentativa de assalto ao Banco do Brasil de Salvador comprometeu publicamente o Partido dos Trabalhadores como ironizou a *IstoÉ*: “PCBR assalta e manda conta para o PT”.⁶ Em igual medida, reviveu uma história ainda bastante recente.

TENTATIVAS DE EXPLICAR O EVENTO ISOLADAMENTE PESO

De imediato – e também *a posteriori* – aquelas notícias recuperaram lances de uma história recente que precisava ser superada aos olhos de muitos: a luta armada pretendida por algumas organizações de esquerda no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970. Em Salvador, por exemplo, circulou jornal estampando: “dinheiro roubado do banco se destinava à luta armada”.⁷

Atenta à temática mesmo antes do assalto, a filósofa Marilena Chaui, vinculada ao PT desde sua fundação, comentou o ocorrido em sua coluna na *Folha de S. Paulo*. Ela entendeu o assalto como uma trágica dissimulação do passado próximo e explicou: “o acontecimento trágico na primeira vez se repete como farsa” ou, noutras palavras, como “teatro fantasmagórico”.⁸ Para Chaui, tentando compreender aquele evento ainda no calor de seu acontecimento, era impossível não associá-lo à experiência passada.

Em *O fantasma da revolução brasileira* – outro tipo de publicação, de viés acadêmico e analítico – o sociólogo Marcelo Ridenti define o assalto como um último momento da experiência da esquerda armada no Brasil. No livro, ele é explicado como uma reedição anacrônica de um “assalto a banco nos moldes daqueles da década de 1960”, acrescentando que “o episódio revela a ausência

de uma análise profunda da experiência passada, repetindo como farsa o que já foi tragédia”. Em sua opinião, um certo “idealismo” em relação às gerações anteriores motivara aqueles novos militantes da década de 1980.⁹

Versões como as de Marilena Chaui e Marcelo Ridenti representam, por um lado, uma forma de abordar o episódio interessada em desvinculá-lo das diretrizes do PT, e, por outro, um fluxo historiográfico de revisão da experiência armada brasileira com nítido tom autocrítico. De acordo com essa perspectiva, o assalto seria o exemplo temporão da luta armada no Brasil. Ocorre que tanto em Chauí, que escreveu nos dias do assalto, quanto em Ridenti, cujo foco da pesquisa não era exatamente aquele, faltam informações mais aprofundadas sobre as motivações que encorajaram militantes à ação.

Seja em reflexões produzidas nos dias do assalto, seja em análises posteriores (memórias, publicações partidárias ou trabalhos acadêmicos) o assalto de 1986 é sempre sumariamente condenado por ser extemporâneo, equivocado e idealista. Portanto, os registros em que o assalto é mencionado produzem um conhecimento rarefeito sobre o que queriam aqueles militantes do PCBR ao recorrerem às armas na década de 1980.

Na história petista o assalto é mencionado sempre com tons condenatórios e com uma profundidade que não extrapola as informações difundidas pela imprensa à época. Ao contrário disso, com o tempo, consolidaram-se importantes omissões ou “esquecimentos”. Não por acaso, quase todas as referências ao episódio omitem o primeiro assalto na Bahia – este, por sinal, bem-sucedido.

CONSOLIDAÇÃO DA VERSÃO PRÓ-NICARÁGUA

Assim como o primeiro assalto realizado na Bahia foi sendo esquecido, o argumento apresentado pelos presos de ajuda à Nicarágua nunca foi realmente questionado – a não ser pelo antiesquerdismo gratuito e ufano. Na cobertura da imprensa é possível perceber que autoridades políticas, sociais e policiais endossaram o argumento, donde surgiu uma condenação aos meios escolhidos pelos militantes para efetivá-la, já que havia um consenso sobre ajudas à Nicarágua. Vale lembrar que a Nicarágua sandinista era de fato alvo de grande solidariedade internacional no período e não apenas por parte das esquerdas. Comitês de solidariedade por todo continente americano recolhiam donativos para o país, militantes viajavam para trabalhar como professores, médicos, engenheiros etc. Por outro lado, o processo revolucionário iniciado ali em fins dos anos 1970 reanimara as expectativas de construção do socialismo pela via revolucionária. De modo que não foi completamente estranho militantes de esquerda anunciarem um assalto em nome da Nicarágua. Se não era estranho, também não podia ser tolerado.

Ao reivindicarem a Nicarágua como destino para os dividendos do assalto, aqueles militantes do PCBR apostaram nessa solidariedade. Afinal, este seria seu trunfo em caso de frustração do assalto, algo até então inédito, mas que ocorreu pela primeira vez em 1986, para desgosto do grupo. Por isso, eles foram chamados de idealistas, inocentes, precipitados, equivocados. Ou também de imbecis, como o fez o então presidente do PT, Lula, na primeira declaração pública à imprensa, após saber do ocorrido.¹⁰

Em ambientes privados, é muito provável que dirigentes petistas duvidassem daquele argumento. Foi a deputada federal pelo PT de São Paulo Irma Passoni quem primeiro nominou a sigla na imprensa, antes mesmo de a polícia descortiná-la, deixando claro que o PCBR era uma organização radical e que o Partido dos Trabalhadores nada tinha a ver com o assalto.¹¹ Em seguida, uma declaração do sindicalista Djalma Bom deveria serenar os ânimos. Ele – assim como Marilena Chauí – se posicionaram contra uma “caça às bruxas” no partido, “não é muito oportuno, da parte de dirigentes petistas, estimular no momento as discussões de militantes sobre as diversas tendências e grupos políticos abrigados dentro do PT”, disse Djalma.¹² Definitivamente aquela era uma questão a ser tratada em ambientes que respeitassem a democracia interna do partido e que, sobretudo, não deveria ser debatida publicamente.

Desse modo, para a direção partidária não era oportuno reconhecer que dentro do PT havia grupos dissonantes da sua linha política. Principalmente que um deles aparecia em público assaltando bancos. Por isso foi mais interessante ao PT não questionar o argumento de ajuda a Nicarágua e condenar a ação daqueles militantes, logo declarados expulsos do partido. Sem pressa, o partido retomou os debates sobre as tendências, regulamentado-as em seu 5º Encontro Nacional, em 1987.

O PCBR NO PT E OS ASSALTOS

Aquele assalto, além do que, foi sendo “esquecido”, e de um terceiro apurado por essa pesquisa, aos olhos de hoje, precisam ser entendidos como a tentativa apressada e, talvez, desesperada de uma organização que não convivia bem com as novas relações estabelecidas entre partidos políticos e disputas eleitorais, entre entidades classistas e diversos movimentos sociais com os seus sujeitos nas décadas de 1970 e 1980. O PCBR, considerado dentro e fora do PT como uma sigla radical, não possuía, por exemplo, a mesma envergadura política de outra tendência – considerada por seus militantes como concorrente –, a articulação. Por isso, seus militantes acreditaram, que os recursos obtidos com assaltos poderiam compensar suas debilidades políticas.¹³

Como classificou Eder Sader, o PCBR vivia uma espécie de “esquizofrenia ideológica”: sem abandonar princípios leninistas e revolucionários, se empenhava para se manter próximo a movimentos sociais.¹⁴ Assim, a compreensão de suas ações armadas precisa considerar o entrosamento que o PCBR e seus militantes pretendiam desenvolver não apenas dentro do PT, mas também na CUT e nos outros movimentos sociais com os quais mantinham relação – entre os presos de Salvador havia militantes de sindicatos, movimento estudantil, movimento de desempregados etc. Para o PCBR, elas comporiam frentes paralelas de atuação, divididas entre as atividades legais e as clandestinas. E uma não dispensava a outra.

No entanto, como apontou Sader, militantes das organizações de esquerda tiveram dificuldade em se inserir nos movimentos sociais porque as demandas “não encontravam espaço nas polêmicas que polarizavam os embates ideológicos”.¹⁵ Além disso, ainda era constante naqueles tempos o medo da repressão. Sader também demonstra, a partir do exemplo dos clubes de mães de São Paulo, que a maioria delas “não apenas temia a repressão policial como ainda olhava com desconfiança pessoas que tivessem ‘problemas com a polícia’”.¹⁶ De modo que, se a vinculação a organizações de esquerda poderiam atrair militantes, também poderia afastar outros tantos. Qualquer vinculação entre armas e política era um tabu.

Aos olhos do presente, as ações do PCBR não podem ser compreendidas fora de seu contexto e separadas de suas consequências. As disputas internas do PT colocaram o PCBR diante de “adversários” com amplo respaldo social: em sindicatos, organizações de trabalhadores, movimento estudantil, setores ligados a igrejas – católicos e também protestantes –, intelectuais ligados a universidades e centros de pesquisa etc. E, vinculando-se ainda a princípios clandestinos e revolucionários por se negar a apostar completamente na consistência da democracia que se estabelecia e por vislumbrar, um dia, sua superação rumo ao socialismo, o PCBR não conquistou as bases que pretendia. Sem elas, a necessidade de obter os recursos financeiros se tornou premente.

Uma aprofundada pesquisa, abastecida pelo tempo transcorrido desde o assalto, não apenas oferece ao historiador novas fontes como também desperta novas questões. Hoje, o entendimento sobre as ações do PCBR na Bahia – que refletem sua posição em nível nacional bem como a de parte das esquerdas brasileiras no período – dispensa a necessidade de defender o Partido dos Trabalhadores da vinculação contrafactual e danosa a assaltos a bancos. Por isso, foi possível acessar meandros da história em tela, antes encobertos por interesses contemporâneos, oferecendo novas possibilidades de interpretação e análise. Assim, é possível perceber detalhes da estratégia do PCBR que não chegaram ao conhecimento público e hoje podem ser destrinchados. E,

sobretudo, tais ações devem ser compreendidas no plural, algo que tem sido recorrentemente esquecido nas alusões ao assalto de 1986.

Enfim, a pesquisa que origina este artigo demonstra como o projeto que se fortalecia dentro do PT isolava politicamente organizações e militantes que propunham uma agenda revolucionária de curto prazo e, por vezes, pouco ambientada à nova ordem democrática. De fato, a linha política desenhada pelo PCBR para o PT se afastava bastante daquela que ia se consolidando no partido. Seu “militarismo pragmático” – que nunca pretendeu lançar as bases para uma luta armada – terminou expulsando-o do ambiente em que garantia sua existência, o PT.¹⁷ A estrela do PT não mais o comportava. E, por vezes, sua história também não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Ricardo e MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Rememória*. Entrevistas sobre o Brasil do século XX. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

BRANDÃO, Marco Antonio. *O Socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

CHAUI, Marilena. PT “leve e suave”? In.: SADER, Emir (org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, p. 43-99, 1986.

DIAS, Reginaldo Benedito. “A Ação Popular Marxista-Leninista e a formação do PT”. *Revista Perseu*, São Paulo: nº 3, p. 75-106, 2009,.

FARIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais*. Presos políticos e comuns sob a ditadura militar. Dissertação, PPGH/UFF, 2005.

FARIA, Fabiano Godinho. *Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB (1962-1979)*. Dissertação, PPGH/UFF, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes, FORTES, Alexandre (orgs.). *Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, vol. 1, 2008.

FORTES, Alexandre. “Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira”. In.: _____ (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, p. 195-205, 2005.

GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Octaviano. *Pra que PT? Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio. “O PCBR na agonia do militarismo”. In.: *Em Tempo*, ano III, nº 94, 13/12/1979.

_____. PCBR: da formação à tentação militarista. In.: *Em Tempo*, ano III, nº 93, 5/12/1979.

_____. Pensar a terceira geração da esquerda. In.: FORTES, Alexandre (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, p. 59-65, 2005.

GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

HARNECKER, Marta. *O sonho era possível*. História do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas. São Paulo: Casa América Livre, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. 4ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. 2ª edição, São Paulo: Ática, 1994.

SADER, Emir (org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: origens do PT de Feira (1979-2000)*. Dissertação, PPGH/UFF, 2007.

SECCO, Lincoln. *História do PT (1979-2010)*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Antonio Ozaí da. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. Dissertação, PPGH/PUC-SP, 1998.

VIANA, Gilney Amorim. *A revolta dos bagrinhos*. Belo Horizonte: Segrac, 1991.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Partido dos Trabalhadores: Trajetórias – das origens a vitória de Lula*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

WEFFORT, Francisco (org.). *PT: Um projeto para o Brasil – Economia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

1. Esse texto se fundamenta na pesquisa de mestrado que resultou na dissertação “*A questão financeira é uma questão política*”. Militantes do PCBR em ações armadas na Bahia (década de 1980), defendida pelo autor em 2013, no Programa de Pós-graduação em História Social da UFBA, sob orientação do professor doutor Antonio Luigi Negro.
2. *Correio da Bahia*, 12/4/86.
3. *Veja*, 16/4/86.
4. Sobre o levante em Brasília e a participação de Prestes de Paula ver PARUCKER, Paulo E. Castello. Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
5. *Veja*, 23/4/86.
6. *IstoÉ*, 23/4/86.
7. *A Tarde*, 18/4/86.
8. CHAUI, Marilena. “A luta armada no Brasil (3)”, *Folha de S. Paulo*, 21/4/86.
9. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, p. 21, 1993.
10. *Folha de S. Paulo*, 12/4/86.
11. *Folha de S. Paulo*, 15/4/86.
12. *Folha de S. Paulo*, 16/4/86.
13. Conforme se pode depreender das entrevistas realizadas para esta pesquisa junto aos quatro integrantes do PCBR envolvidos nas ações estudadas: Benjamim Ferreira, José Wellington Diógenes, Marcos Reale Lemos e Renato Affonso de Carvalho.
14. SADER. Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 173 1988,. Especialmente para este texto, interessa todo o intertítulo “O marxismo de uma esquerda dispersa”, p. 167-178.
15. SADER. Eder. p. 173.
16. SADER. Eder. p. 213.
17. Uso o termo “militarismo pragmático” para tratar do PCBR na década de 1980, a fim de diferenciá-lo de sua formação nas décadas anteriores inspirado pelas reflexões propostas por Marco Aurélio Garcia em seus artigos: “PCBR: da formação à tentação militarista”. In.: *Em Tempo*, ano III, nº 93, 5/12/1979 e “O PCBR na agonia do militarismo”. In.: *Em Tempo*, ano III, nº 94, 13/12/1979.

OS MOVIMENTOS POPULARES E A CONQUISTA DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

JOSÉ JOÃO LANCEIRO DA PALMA
MARISILDA SILVA*

Resumo:

Na constituição do Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL) foram criados, nos anos 1970 e 1980, os primeiros conselhos populares de saúde do país, que se encontram na origem dos atuais conselhos de saúde – marca distintiva do Sistema Único de Saúde (SUS), também conquista das lutas sociais. O resgate histórico da experiência do MSZL tem em vista um debate crítico dos limites, dos problemas e das possibilidades do movimento popular que, apesar de todas as dificuldades, ainda é importante fonte de energia emancipatória, em risco permanente.

Este trabalho baseia-se em duas pesquisas recentes¹ sobre o Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL), que se constitui a partir nos anos 1970 e

*José João Lanceiro da Palma é médico sanitarista, mestre em Medicina Preventiva e Social pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), e doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo, atual Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde do Brasil. Contato do autor: jjpalma@uol.com.br.

Marisilda Silva é jornalista, mestre em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo e militante dos movimentos populares de saúde em São Paulo. Contato da autora: marisilda.silva@gmail.com.

1980 na cidade de São Paulo, na luta por equipamentos de saúde e melhores condições de vida. Os movimentos populares de saúde, como o MSZL, tiveram papel fundamental na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), desde suas origens, em todas as suas dimensões, e especialmente naquilo que é sua marca mais distintiva – a participação – que se expressa nos conselhos e nas conferências de saúde, conquista de suas lutas.

O resgate da trajetória desse movimento permitiu identificar a importância do MSZL na criação dos primeiros conselhos populares de saúde, experiência que se tornaria exemplar aos demais movimentos de saúde, servindo de base ao desenho dos futuros conselhos institucionais, especialmente quanto à representação paritária entre usuários e demais segmentos, à presença marcante da participação popular e à inclusão dos trabalhadores da saúde e gestores em sua composição, constituindo-se, do ponto de vista da democracia participativa, na primeira e mais importante experiência de controle público de políticas sociais no Brasil.

O estudo foi realizado com base na avaliação que o próprio MSZL produziu entre julho de 2006 e dezembro de 2007, num processo de pesquisa participante que envolveu mais de mil pessoas, entre militantes, ex-militantes e pessoas próximas do movimento de saúde na cidade de São Paulo. Esse processo serviu de ponto de partida para a reunião de um conjunto de material escrito – 109 itens, como cadernos, boletins, panfletos, filipetas, jornais, entre outros documentos, reproduzidos em formato digital – que fora produzido, entre 1978 e o ano 2000, e guardado pelos próprios participantes do movimento, ao longo do tempo, como documentos da sua história.

O movimento popular de saúde se organizava na luta pelo direito à saúde nos bairros da periferia de São Paulo, especialmente em sua região leste, desde 1976. Da ação de vários grupos de mulheres, donas de casa, moradoras de diferentes vilas, que apoiaram e obtiveram apoio de outros movimentos sociais, nasce o MSZL. Trata-se de um entre os tantos movimentos sociais que emergiam naquele período, de forma fragmentária e numa conjuntura de interdição dos canais de representação e expressão, e forte repressão política imposta pela ditadura implantada em 1964.

No mesmo período, estudantes e jovens médicos sanitaristas, junto a outros trabalhadores e militantes, também passaram a estimular a organização popular e as lutas pelo direito à saúde e por melhores condições de vida². Na Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, na segunda gestão do professor Walter Leser, tentava-se retomar o mais importante projeto da saúde pública paulista – os Centros de Saúde – em luta com os aparelhos verticais médico-especializados – como os da psiquiatria, tuberculose e dermatologia sanitária. Em convênio com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade

de São Paulo (USP), seriam formados cerca de 400 sanitарistas, dos quais 315 seriam contratados por concurso público para a direção de centros de saúde e outras funções ligadas à nova carreira de médico sanitарista. Dentre estes, muitos viriam a trabalhar de modo bastante próximo aos movimentos populares. Também a universidade, até então fortemente perseguida, buscava retomar seu papel e, com base em seus departamentos de medicina preventiva e suas escolas de saúde pública, seria responsável por uma importante produção crítica, que estaria na origem do campo da saúde coletiva³.

Como parte desse processo, em 1976 foi criado o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes) e reativada a Associação dos Médicos Sanitaristas do Estado de São Paulo. Em 1979 seria criada a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) e fundada a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde (Asses), na origem do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (Sindsaúde-SP) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Faziam-se ainda presentes movimentos de renovação envolvendo as mais variadas categorias profissionais, e ainda movimentos em luta pela mudança das práticas de saúde, com base na crítica ao seu caráter medicalizante, normatizador e autoritário, muitas vezes violento e segregador – a exemplo do movimento de luta antimanicomial, do movimento feminista e do movimento sindical –, que se encontravam na origem de novos campos de teoria e de práticas – como os da saúde mental, da saúde da mulher e da saúde do trabalhador.

O movimento popular de saúde, por sua vez, fortalecido por suas próprias conquistas, e organizado de modo livre e independente do estado, passaria a eleger conselheiros de saúde, em eleições diretas nos bairros – visando a participação e o controle popular das unidades conquistadas, promovendo atos públicos, caravanas e mobilizações, somando-se aos demais movimentos populares por melhores condições de vida e trabalho, gerando assim bases políticas e sociais para um novo sistema público de saúde. Não apenas o “posto de saúde”, mas também o hospital – uma rede organizada com base nas necessidades do povo das periferias que, uma vez conquistada, passava a contar com mecanismos próprios de controle popular. Encontram-se aqui, nessas lutas, algumas das raízes mais profundas do que viriam a ser os princípios do SUS e seus mecanismos de participação e controle social.

A conquista do centro de saúde do Jardim Nordeste, fruto de uma luta iniciada em 1976, seria imediatamente acompanhada da criação de um conselho popular, para seu acompanhamento e controle, e de uma comissão de saúde voltada à organização das lutas mais gerais do bairro, e suporte à atuação dos conselheiros da unidade. Em março de 1979, após quase três anos de luta, cerca de 800 pessoas reuniam-se em assembleia popular em uma praça do bair-

ro, dando posse às primeiras 12 conselheiras eleitas – todas mulheres –, pelo voto de 8.146 pessoas. Meses depois seus nomes seriam publicados no Diário Oficial do Estado. Estava criado e institucionalizado o primeiro conselho popular de saúde da cidade de São Paulo. Sete anos antes da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), que traria em seu relatório final os princípios e as diretrizes do que viria a ser o SUS, propondo “o controle social sobre as ações do governo [...] mediante representação e participação, através de conselhos eleitos pela comunidade [...]”⁴.

Em 1981 ocorreria a eleição unificada de 18 conselhos de centros de saúde, resultando em 313 conselheiros, com 90.457 votos. A posse conjunta, também em praça pública, no bairro de São Mateus, na zona leste, seria também um ato-denúncia contra a ditadura. Em 1983, com a presença de 37 bairros, era criado o Movimento de Saúde da Zona Leste. As lutas populares pelo direito à saúde se ampliavam e ganhavam maior organização. Em 1985 seriam eleitos 50 conselhos, agora com mil conselheiros, número que passaria a 1.500 em 1988, com cerca de 200 mil votos.

Quadro 1:

Eleições dos conselhos populares de saúde na cidade de São Paulo, 1978-2007

Ano	Nº de conselhos populares	Nº de conselheiros	Nº de votos	Regiões abrangidas
1979	1	13	8.146	1 (Leste)
1981	18	313	90.457	1 (Leste)
1985	50	1.000	170.000	2 (Leste/Sudeste)
1988	80	1.500	200.000	2 (Leste/Sudeste)
1991	91	1.469	200.000	2 (Leste/Sudeste)
1993	179	2.941	250.000	26 bairros
1998	52	1.039	65.839	2
2001	166	3.336	249.872	23 distritos
2004	79	1.253	51.826	14 subprefeituras
2007*	33	750	33.369	2 (Leste/Sudeste)

Fonte: OLIVEIRA, Celina Maria José de. Participação popular dos movimentos populares de saúde de São Paulo, s/d, apud SILVA, Maria Lúcia Carvalho da; WANDERLEY, Mariângela Belfiore; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. Fóruns e movimentos sociais. São Paulo: Instituto Pólis; PUC-SP, 2006. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 27).

Nota: *Os dados referentes a 2007 são de UMA FOTOGRAFIA: Movimento popular de saúde da zona leste. Revista. São Paulo: CDHZ/MSZL, dez. 2007.

A experiência extravasava a região, tornando-se cada vez mais conhecida, passando a servir de referência para movimentos populares de saúde de todo o país – e se fazendo presente, direta ou indiretamente, nos principais espaços de discussão sobre a construção do SUS. Como na 8ª Conferência Nacional de Saúde, por esses movimentos “invadida”, deixando sua marca indelével⁵.

No primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT), na cidade de São Paulo, em clima de intensa participação, seria criado o Conselho Municipal de Saúde, um dos primeiros do país. Apoiada na experiência das lutas por saúde na zona leste, e também na Constituição Federal de 1988 – que estabelece a participação da comunidade entre as diretrizes da política de saúde, que é direito de todos e dever do Estado –, a proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, em 1989, atribui prioritariamente aos movimentos populares, aos conselhos populares eleitos diretamente e a outras entidades interessadas, a escolha dos representantes da população que participarão do conselho municipal, com representação também de trabalhadores da saúde e do governo⁶.

A lei federal 8.142, de 1990, institucionalizando os conselhos de saúde e as conferências, seu caráter deliberativo e sua composição – com metade de membros da população – ecoa a luta dos movimentos e de seus conselhos populares.

Particularmente na cidade de São Paulo, a história do SUS seria marcada por sucessivas rupturas institucionais, desmontes e retomadas, que persistem até o presente. Nesse processo, os movimentos populares passam a desempenhar papel importante também na defesa do sistema público de saúde, sob permanente risco, e os conselhos de saúde desempenham papel fundamental, como espaços de participação e controle público, além de local de expressão do conflito e das lutas sociais⁷.

O MSZL, foco deste estudo, também esteve presente na defesa dos princípios do SUS e na resistência às ofensivas neoliberais dos anos 1990 e 2000, especialmente ante as tentativas de sucateamento e desmonte da rede pública, centralização da gestão e retração dos concursos públicos, e o avanço das Organizações Sociais na saúde; na luta pelo caráter deliberativo do Conselho Municipal de Saúde e das conferências, bem como na capacidade e ousadia de transformar essas instâncias em espaços de resistência, local de disputa e de expressão dos conflitos e das lutas sociais.

Em que pese o SUS ter se mantido na contramão de processos ideológicos, políticos e econômicos de exclusão social, são notáveis as marcas da lógica do mercado e da globalização neoliberal, e insuficientes ou contraditórias têm sido as respostas, mesmo porque produzidas, reproduzidas ou contaminadas pelas próprias práticas do mercado e do capital. A esses processos, os movimentos têm resistido de diferentes modos e intensidades.

O MSZL não ficou preso ao passado, e sabe dele tirar sua força, se modificando e trazendo à pauta novas questões – que podem ajudá-lo a se atualizar e se reinventar, junto aos demais movimentos e às lutas sociais.

Por fim, três questões merecem ainda ser destacadas. A primeira diz respeito à produção acadêmica hoje hegemônica sobre a história do SUS que, na contramão da tese aqui defendida, destina aos movimentos populares um

papel secundário, periférico, ou mesmo ausente no “movimento da reforma sanitária” e na construção do SUS. É importante notar que esse termo – movimento da reforma sanitária – não é unívoco e traz consigo antigas tensões e conflitos, pouco explicitados – seja pela clandestinidade a que eram submetidas as organizações de esquerda sob a ditadura, seja pelo privilégio dado à ação institucional, à “política de ocupação de espaços” por que optou parte da esquerda sanitária – em especial o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – com implicações importantes tanto sobre a produção teórica como sobre a ação política⁸. Nesse processo, é exemplar o período do movimento pelas eleições diretas (“Diretas Já”, 1984) que, derrotado, assistiria ao surgimento do governo da “nova república”, com um programa de saúde elaborado sob forte influência da parcela de militantes da “reforma sanitária” que, abandonando a oposição, passavam a atuar no interior de um governo conservador, eleito indiretamente. Tal fenômeno também se reflete na produção teórica, que passa a conceber uma história do SUS na qual os movimentos sociais e populares encontram-se fora de seu ângulo de visão, e seus formuladores cada vez mais amarrados a gabinetes e lógicas institucionais⁹.

Uma segunda questão, que se articula com a primeira, diz respeito a um progressivo esvaziamento dos conteúdos emancipatórios da proposta original da Reforma Sanitária, esterilizados por uma crescente onda de tecnificação e de pragmatismo, ao lado de um esvaziamento também da produção crítica, levando à despolitização dos debates na universidade, nos movimentos e nos serviços, e mesmo à redução de seus sentidos originais¹⁰. O direito à saúde é reduzido à expansão da oferta de serviços; a integralidade – que diz respeito à promoção e prevenção da saúde, ao tratamento e à reabilitação – é invadida pela lógica de mercado; o cidadão é tido como consumidor, a saúde como mercadoria.

Em um tempo marcado pela terceirização da saúde para as Organizações Sociais (OSs), é fundamental que se perceba as implicações da invasão dos serviços públicos de saúde pela racionalidade privada, pela lógica de mercado – reduzindo o conteúdo emancipatório dos princípios do SUS a substitutos contábeis, como número de procedimentos, metas de produção e margens de lucro, em um processo no qual a racionalidade econômica passa a presidir a organização dos serviços¹¹. Não bastasse isso, tal racionalidade subsume dimensões sociais e epidemiológicas, impactando os próprios processos de trabalho, que também perdem sentidos emancipatórios originais. Pois foi da crítica e da luta do movimento feminista contra as práticas de controle e de violência física e institucional contra o corpo da mulher e seus direitos reprodutivos, marcas da ginecologia e obstetrícia tradicionais, que nasceu um novo e fecundo campo de conhecimento e de práticas, a saúde da mulher. Da crítica às instituições psiquiátricas e suas práticas de vigilância, contenção, segregação e exclusão social, e da luta antimai-

nicomial surgiria o campo da saúde mental. Dos enfrentamentos do novo sindicalismo contra a “medicina do trabalho” voltada à manutenção da produção e à seleção e controle da força de trabalho, se constituiria o campo da saúde do trabalhador e, em meio à epidemia da Aids, a partir da luta do movimento gay contra o preconceito e a segregação, se buscaria derrotar a hegemonia do velho higienismo social e sua infectologia, abrindo espaços para novos conhecimentos e práticas sociais, através da criação de programas e ações inovadoras, participativas e emancipatórias¹².

Por fim, uma terceira questão diz respeito ao impacto dessas novas formas de gestão sobre a participação social e os mecanismos de controle público – aqui tomados como marca distintiva do SUS. Na quase totalidade dos serviços sob gestão terceirizada inexistem conselhos gestores ou espaços reais de participação. A contratação por empresa, além de colocar fim aos concursos públicos e a toda uma série de direitos conquistados nas lutas sindicais, vem isolando e atomizando os trabalhadores, quebrando seu vínculo de pertencimento ao SUS e desestruturando a organização dos trabalhadores públicos da saúde. A introdução da lógica privada nos serviços públicos tem reduzido ou mesmo impedido o controle e a participação da população organizada na esfera local, e impactado os conselhos municipais e estaduais de saúde, que têm seu papel reduzido à simples checagem do cumprimento ou não das metas previstas nos contratos de gestão, firmados entre as OSs e o Estado, de cuja elaboração também não participaram, sendo reduzidos a uma função cartorial, em que pesem fortes resistências – mais uma vez dos movimentos populares, de outros movimentos sociais e do movimento sindical.

Desse modo, cabe ao movimento popular o papel de resistir à atual ofensiva privatista, mais uma vez em defesa do SUS, bem como de construir uma base social e política capaz de sustentá-lo, como projeto contra-hegemônico que é, garantindo a efetivação do controle público e ainda – talvez o mais importante – contribuindo com suas energias emancipatórias para a construção de novas práticas de saúde e, deste modo, para a construção de um novo SUS e de um novo tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo (Coord.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

AROUCA, Sérgio. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Unesp, 2003.

BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sérgio Góes de. *Saúde e previdência: estudos de política social*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BRASIL, Ministério da Saúde; Ministério da Previdência e Assistência Social. *8ª Conferência Nacional de Saúde, Relatório Final*, Brasília, DF, 1986. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/relatorio_8.pdf> Acesso em: 26 jan. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Seção 1, p. 25694.

BRASIL, Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, Câmara da Reforma do Estado. Brasília, DF, 1995.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Tréplica: o debate necessário à construção de uma teoria sobre a reforma sanitária. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, n. 23, p.7-12, dez. 1988.

COHN, Amélia. *Previdência social e processo político no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1980.

COHN, Amélia. Os caminhos da reforma sanitária. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, nov. 1989.

COHN, Amélia. A reforma sanitária brasileira após 20 anos de SUS: reflexões. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 1614-1619, jul. 2009.

COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Abrasco, 1985.

DONNANGELO, Maria Cecília Ferro. *Medicina e sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1975.

DONNANGELO, Maria Cecília Ferro; PEREIRA, Luiz. *Saúde e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

GOUVEIA, Roberto; PALMA, José João Lanceiro da. O SUS: na contramão do neoliberalismo e da exclusão social. *Estudos Avançados*, v.13, n.35, 1999 (Dossiê saúde).

LAURELL, Asa Cristina (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez/Cedec, 1995.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MENDES-GONÇALVES, Ricardo Bruno. *Medicina e história: raízes sociais do trabalho médico*. 1979. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MERHY, Emerson Elias. *O capitalismo e a saúde pública*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1987.

NEDER, Carlos Alberto Pletz. *Participação e gestão pública: a experiência dos movimentos populares de saúde no município de São Paulo*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, Celina Maria José de. *Participação popular dos movimentos populares de saúde de São Paulo*. In: SILVA, Maria Lúcia Carvalho da; WANDERLEY, Mariangela Belfiore; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. *Fóruns e movimentos sociais*. São Paulo: Instituto Pólis; PUC-SP, 2006. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 27).

OLIVEIRA, Jaime A.; TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. *A (im)previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

PALMA, José João Lanceiro da. *Lutas sociais e construção do SUS: o movimento de saúde da zona leste da cidade de São Paulo e a conquista da participação popular na saúde*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado de São Paulo, São Paulo.

RAMOS, Silvia. O papel das ONGs e a construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1067-1078, 2004.

RIBEIRO, Herval Pina; Lacaz, Francisco Antonio de Castro (Orgs.). *De que adoecem e morrem os trabalhadores?* São Paulo: Diesat/Imesp, 1984.

ROLNIK, Raquel. *Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição*. Relatório de pesquisa. Campinas: PUC-Campinas, jan. 2000. CD-ROM.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Gustavo F. C. Mobilizações homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 63, fev. 2007.

SILVA, Marisilda. *Escritos guardados: sobre a experiência de participação e luta*

social do Movimento de Saúde da Zona Leste. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. 3. ed. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982.

SINGER, Paul; CAMPOS, Oswaldo; OLIVEIRA, Elizabeth M. de. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

UMA FOTOGRAFIA: Movimento popular de saúde da zona leste. *Revista*. São Paulo: CDHZ/MSZL, dez. 2007.

NOTAS

1. A primeira pesquisa busca mapear a presença e a atuação do Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL) na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos conselhos de saúde, junto a um amplo conjunto de militantes, entidades e movimentos, a partir da realidade social concreta da cidade de São Paulo. Tem por base a reconstrução histórica do período que vai de fins da década de 1970 até o ano de 2007, do ponto de vista dos movimentos e da participação social, e de informações produzidas por pesquisa participante realizada em 2006-2007, pelo próprio MSZL (PALMA, José João Lanceiro da. *Lutas sociais e construção do SUS: o movimento de saúde da zona leste da cidade de São Paulo e a conquista da participação popular na saúde*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado de São Paulo, São Paulo). A segunda pesquisa, tendo como ponto de partida um processo de avaliação e mobilização desenvolvido no interior da mencionada pesquisa participante, coletou um conjunto de material escrito que fora guardado pelos próprios participantes do movimento, ao longo do tempo, resgatados como documentos da história do MSZL, coletivo constituído majoritariamente por mulheres, numa experiência, autônoma e singular, de participação e luta por melhores condições de vida e saúde (SILVA, Marisilda. *Escritos guardados: sobre a experiência de participação e luta social do Movimento de Saúde da Zona Leste*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo).

2. Veja-se, entre outros: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995; SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. 3. ed. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982; GOUVEIA, Roberto; PALMA, José João Lanceiro da. O SUS: na contramão do neoliberalismo e da exclusão social. *Estudos Avançados*, v.13, n.35, 1999 (Dossiê saúde).

3. São produções marcantes desse período, e ainda atuais: DONNANGELO, Maria Cecília Ferro. *Medicina e sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1975; _____; PEREIRA, Luiz. *Saúde e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979; AROUCA, Sérgio. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Unesp, 2003; MENDES-GONÇALVES, Ricardo Bruno. *Medicina e história: raízes sociais do trabalho médico*. 1979. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo; COHN, Amélia. *Previdência social e processo político no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1980; SINGER, Paul; CAMPOS, Oswaldo; OLIVEIRA, Elizabeth M. de. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988; MERHY, Emerson Elias. *O capitalismo e a saúde pública*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1987; COSTA, Nilson do Ro-

sário. *Lutas urbanas e controle sanitário*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Abrasco, 1985; BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sérgio Góes de. *Saúde e previdência: estudos de política social*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986; OLIVEIRA, Jaime A.; TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. *A (im)previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986; MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; entre outros.

4. Extraído da transcrição da leitura do relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, na sessão plenária final, pelo professor Guilherme Rodrigues da Silva (relator-geral), tema I: saúde como direito (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, fundo: coleção VIII CNS, Cx.6, 00077, p.645).

5. Em que pese a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) ter contado oficialmente com 1.014 delegados, caravanas e representantes de entidades e movimentos de todo o país não contemplados na composição oficial, deslocariam-se para Brasília e elevariam esse número para cerca de 4.000 participantes, 3.000 mil a mais que o inicialmente previsto, conquistando com sua presença a participação de todos, elevando o número de grupos de discussão de 38 para cerca de 100, e permitindo uma Plenária Final aberta a todos os participantes. Cf. Transcrição da plenária final da 8ª CNS, localizada no acervo do Departamento de Arquivo e Documentação, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, Coleção VIII CNS, Caixa 6, 00077, páginas 639-640.

6. Uma trajetória e análise da situação dos movimentos populares de saúde no período pode ser encontrada em: NEDER, Carlos Alberto Pletz. *Participação e gestão pública: a experiência dos movimentos populares de saúde no município de São Paulo*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

7. A respeito desses processos, veja-se: PALMA, op. cit.

8. Veja-se: COHN, Amélia. Os caminhos da reforma sanitária. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, nov. 1989.

9. Veja-se: COHN, op.cit., e CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Tréplica: o debate necessário à construção de uma teoria sobre a reforma sanitária. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, n. 23, p.7-12, dez. 1988.

10. Veja-se: COHN, Amélia. A reforma sanitária brasileira após 20 anos de SUS: reflexões. *CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 1614-1619, jul. 2009.

11. Esse processo tem origem junto à proposta de “reforma do Estado” de 1995 que, fundada em bases neoliberais, propunha como “estratégia de transição” a “transferência do setor estatal para o público não-estatal”, sob a forma de “organizações sociais”, processo que visava não apenas o setor saúde, mas “tendo prioridade os hospitais, as universidades e escolas técnicas, os centros de pesquisa, as bibliotecas e os museus”, que, além de recursos orçamentários, passariam a contar com uma maior “parceria com a sociedade, que deverá financiar uma parte menor mas significativa dos custos dos serviços prestados”. *Apud* BRASIL. Presidência da República. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, Câmara da Reforma do Estado. Brasília, DF, 1995.

12. Veja-se, entre outros: AMARANTE, Paulo (Coord.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009; RIBEIRO, Herval Pina; Lacaz, Francisco Antonio de Castro (Orgs.). *De que adoecem e morrem os trabalhadores?* São Paulo: Diesat/Imesp, 1984; RAMOS, Sílvia. O papel das ONGs e a construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1067-1078, 2004; SANTOS, Gustavo F. C. Mobilizações homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 63, fev. 2007.

MEMÓRIA, HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS*

WALTER TAKEMOTO

As manifestações ocorridas em junho de 2013, em diversas cidades do país, as chamadas Jornadas de Junho, tiveram um grande impacto nos movimentos sociais, nos partidos e na academia. Fenômeno importante na história recente dos movimentos sociais no Brasil, foram também uma mensagem aos partidos políticos e às organizações chamadas “tradicionais” da classe trabalhadora – principalmente o movimento sindical. Contestaram a sua forma de organização e a capacidade de representar os anseios da juventude e de um importante setor da população que foi às ruas e que, de certa forma, recusou a presença e a direção que essas organizações poderiam dar aos movimentos.

É importante ressaltar: o grande traço das mobilizações de junho foi a recusa às formas de organização tradicionais que os movimentos e a luta dos trabalhadores construíram ao longo dos anos. Também merece destaque o

*Participaram deste debate **Walter Takemoto**, integrante do Movimento Passe Livre – Salvador/BA e **Elisângela Santos Araújo**, da direção executiva da CUT Nacional e secretária geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF) no estado da Bahia.

fato de que o movimento reuniu uma grande parcela dos chamados setores médios da população, que não tinham um projeto político a defender. Ao mesmo tempo, partidos e organizações não conseguiram construir outra proposta de organização e de relação com os movimentos, que pudesse capitalizar os anseios presentes nas Jornadas, ao contrário.

Se observarmos o que são os movimentos hoje considerados reacionários – que se colocam contra o governo Dilma, que reivindicam o retorno dos militares, ou que defendem bandeiras conservadoras – nota-se que tentam copiar as formas de organização e as bandeiras das Jornadas de junho. O *Movimento Brasil Livre*, por exemplo, organiza-se via redes sociais, e afirma não ter vinculação político-partidária, não defendendo bandeiras nem recebendo contribuições de partidos. Dessa forma, hoje, muito mais do que a esquerda, são esses movimentos que tentam se apresentar socialmente como aqueles que resgatam as lutas das Jornadas de Junho.

No entanto, do ponto de vista da luta por mobilidade, as Jornadas de Junho não resultaram em uma forma de organização de massa, que pudesse dar continuidade à reivindicação de um transporte público de qualidade. Para discutir isso, vale a pena retomar o histórico desse tipo de luta popular. O Movimento Passe Livre (MPL) reivindica como origem da sua luta a chamada “Revolta do Buzú”, movimento de massas que ocorreu em Salvador e posteriormente em Florianópolis, em 2003. Mas, é importante resgatar outros movimentos, ao longo da história do nosso país, que se relacionam com a mobilidade, e também com as condições de vida em seu conjunto.

Em 1879, no Rio de Janeiro, houve a famosa “Revolta do Vintém”, quando o ministro da Fazenda do Império resolveu criar um imposto cobrando passagem no transporte coletivo. Resultou em uma grande manifestação de massa na cidade, com a participação de setores populares, escravos e ex-escravos, a população mais pobre e, também, a participação dos Republicanos e de setores médios da população. Essa revolta não só se voltou contra os meios de transporte existentes na época, como também cercou o Palácio do Governo, depredou instalações públicas e resultou, apenas no primeiro dia da revolta, em três mortos pelas forças da Guarda Imperial.

Em 1930, novamente aqui em Salvador, houve o famoso “Quebra Bondes”. Esse movimento também ocorreu por conta do reajuste da tarifa de transporte coletivo. Nessa revolta popular, dois terços da frota de bondes que circulavam na cidade de Salvador foram destruídos pelos populares. Não ficou só nisso: a população destruiu todas as instalações da empresa que controlava o sistema de transporte coletivo em Salvador, parte das instalações do jornal *A Tarde* - porque o jornal fazia publicações contra a manifestação popular – e também paralisou o sistema de transporte coletivo aqui na cidade.

Logo depois, em 1947, em São Paulo, houve também o reajuste da tarifa quando da criação da Cia. Municipal De Transporte Coletivo (CMTC), que assumiu o transporte no lugar da Light, empresa até então responsável pelo serviço. É importante dizer que, em 1920 a Light propôs ao prefeito da cidade de São Paulo, Prestes Maia, um sistema integrado de transporte coletivo que unificaria as linhas de bondes com o metrô, o trem e os ônibus, por conta da expansão urbana e da ocupação da periferia de São Paulo pelos imigrantes que chegavam à cidade em função da industrialização. No entanto, o prefeito não aceitou o projeto de sistema integrado, optando pelos ônibus como meio de transporte, e ainda deixou de investir e de repassar recursos para que a Light pudesse modernizar o sistema. Com isso houve uma deterioração dos bondes. A Light começou a retirar os veículos novos e, quando houve a estatização para a CMTC, ela incorporou apenas a sucata. Com estes problemas, anunciava-se a necessidade do reajuste da tarifa, o que provocou a revolta popular, que ocasionou a depredação de grande parte da frota, de instalações da prefeitura e o enfrentamento da população com a força policial pública.

Nos anos de 1950 houve outra grande manifestação na cidade de São Paulo contra o reajuste da tarifa, reunindo quase 350 mil pessoas no centro da capital paulista, convocadas pelo Movimento Intersindical e pelo Movimento Contra a Carestia. O mesmo aconteceu em 1981, em Salvador, quando o Movimento Contra a Carestia convocou outra grande manifestação popular contra o reajuste das tarifas.

Cito esses eventos, rapidamente, para assinalar uma questão fundamental: nós não podemos demarcar como a origem das lutas por um transporte coletivo de qualidade a “Revolta do Buzú”, como fazem alguns movimentos, em especial, o MPL de São Paulo. A classe trabalhadora já lutava por um transporte de qualidade e por condições dignas de vida desde o final do século XIX. O Movimento Intersindical e o Movimento Contra a Carestia nas décadas de 1940 e 1950 comandaram várias manifestações em diversos estados do Brasil em defesa das condições de vida da classe trabalhadora, de salários dignos, jornada de trabalho reduzida e transporte coletivo.

Uma questão importante é que hoje, o que mobiliza mais a população não é nem tanto a tarifa – haja vista que a parcela assalariada dos trabalhadores não paga para utilizar o transporte coletivo – mas sim a qualidade do transporte, o tempo de viagem, o tempo de espera, o desconforto etc. No momento atual, a população da periferia se mobiliza em torno dessas questões. Ao mesmo tempo, outras lutas que foram importantes décadas atrás, por exemplo, as lutas pela regularização dos loteamentos clandestinos, contra a carestia, pelo direito à creche, em defesa dos direitos das crianças e dos ado-

lescentes, que até as décadas de 1970 e 1980, eram capazes de reunir milhares de pessoas em manifestações públicas, hoje enfraqueceram. Então a grande questão a se perguntar é: o que nos levou a um momento em que não temos mais grandes mobilizações ocorrendo nos centros urbanos em torno das lutas e das reivindicações populares?

Mas é importante olharmos o que acontece em São Paulo, por exemplo, onde o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), tem mobilizado a sua militância para questões diversas. O MTST ocupou a sede de empresas de telefonia – a TIM, a Claro e a Vivo – na capital paulista, exigindo a instalação de antenas de celular nos bairros da periferia onde o Movimento conquistou conjuntos habitacionais populares. O MTST também realizou uma grande manifestação em São Paulo, com quase 20 mil pessoas, exigindo que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) divulgasse os contratos de demanda firme¹ com as grandes empresas, o que de certa forma, causou perplexidade. Por que o movimento de moradia reivindica ter acesso aos contratos de demanda firme entre a Sabesp e grandes empresas do estado de São Paulo? A resposta é que, o MTST queria saber para quais empresas a Sabesp garante o fornecimento de água, mesmo que não tenha água para nenhuma residência da cidade de São Paulo – é a realidade que vive a população na periferia, o rodízio acontece em vários bairros, assim como o racionamento. Se a população mais pobre, sofre com racionamento e com o rodízio, por que a Sabesp garante para as grandes multinacionais e grandes empresas que eles terão água em qualquer condição e em qualquer situação, independente da população da periferia ter acesso ou não à água como um bem público de direito social? O MTST lutou para ter acesso a essas informações para poder fazer o debate político com a população organizada.

Há uma questão central, sobre como mobilizar a população da periferia das grandes cidades para discutir as suas condições de vida, a exploração e a forma de apropriação do espaço urbano, o uso e a ocupação do solo, o direito àquilo que é garantido como essencial para a sobrevivência da população, como educação, saúde, água, saneamento básico etc., e fazer o debate sobre qual é a cidade que nós queremos. Essa discussão e essa forma de debate político com a população - a partir das contradições que ela vive no cotidiano - nós deixamos de fazer de maneira organizada.

Então, da mesma maneira, não adianta ficar discutindo que a tarifa de ônibus foi reajustada em R\$ 0,20 e achar que população vai se mobilizar e lutar contra os R\$ 0,20. Isso pode ocorrer no momento em que o reajuste é dado, mas isso não é capaz de, por si só, construir um processo de mobilização, de organização e luta permanente da população, porque a população naturaliza pagar os R\$ 0,20 a mais na catraca do ônibus, o que não ocorre com o

fato de que todo dia tem de ficar uma hora no ponto, viajar duas horas dentro de um ônibus lotado de manhã e refazer esse processo à noite, perdendo, portanto, quatro horas por dia num transporte público de péssima qualidade. A população sofre isso no cotidiano e, é uma questão que a mobiliza para lutar por outro modelo de transporte coletivo e de mobilidade.

Na mesma lógica, a população vai ao posto de saúde quando está doente, mas todo o resto do tempo em que não tem doença, ela não procura o posto de saúde. Porém, a discussão sobre as condições em que é ofertado o serviço de saúde e a forma como o poder econômico se apropria do direito à saúde são discussões que precisam ser feitas com a população, para dar sentido à uma mobilização mais consistente. Assim como, pautar o direito da população à habitação, mas não apenas o direito de acesso a uma casa, mas uma casa situada em um território que garanta mobilidade com qualidade, saúde, educação, creche e condições de sobrevivência.

O grande desafio que temos de buscar responder é sobre a nossa disposição, enquanto militantes de um partido político, de promover a formação política dessa população da periferia para que ela possa compreender as contradições presentes na sociedade e, a partir daí, lutar por outro projeto de cidade e de país. Caso contrário, efetivamente, nós vamos continuar falando em nome da população, mas sem que ela seja protagonista do processo de luta e de conquista dos seus direitos.

Logo após a derrota da experiência de luta armada como meio de se contrapor à Ditadura Militar e de conquistar um país socialista na década de 1970, a esquerda organizada, num processo de autocrítica, compreendeu que era necessário reconstruir a sua relação com a classe operária e com a população pobre, no sentido de promover as condições para que pudessem vir a falar como sujeitos da sua própria história. Portanto, as mulheres tinham de falar em nome das mulheres; os negros em nome dos negros, e para isso tinham que se organizar em movimentos autônomos; o movimento ambientalista tinha de falar pelo meio ambiente etc., e não constituir uma vanguarda que falasse em nome de todos esses atores. Isso forçou a esquerda organizada a ir para os bairros, fábricas, comunidades eclesiais de base, clubes de mães, para ajudar e contribuir com a organização da classe operária e do povo pobre, para que eles pudessem se organizar e terem voz própria, sem intermediário. É aí que surgem os novos movimentos sociais organizados, assim chamados naquela época. Essa experiência permitiu que em menos de dez anos, após o fim e a derrota da experiência armada, nós pudessemos ter novamente um grande movimento de massas ocupando as ruas e as praças do país. Nesse momento surge o Movimento Contra a Carestia, o movimento de luta por creche, o movimento ambientalista, e se fortalecem

o movimento de mulheres, que passa a ter uma grande importância política, e o movimento negro, que protagoniza a discussão e a luta contra o racismo no país, entre outros. Com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) retoma-se as lutas operárias e surge o novo sindicalismo, que dá origem a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Nós estamos no momento de fazer a reflexão sobre os erros que cometemos nos últimos 20 anos para, a partir daí, reorganizar a classe trabalhadora e as lutas populares, de maneira que possamos ter protagonismo popular novamente, fazendo a disputa política de um projeto para a sociedade. Não basta constatar o fato de que o PT está distante do movimento de massas. Não basta dizer que o movimento sindical não tem a capacidade de organizar a luta da classe trabalhadora e de responder aos desafios postos, que hoje não tem organizações de base, comissões em fábrica etc. Nós temos que repensar o que precisamos fazer para conseguir novamente retomar a iniciativa política e ter novamente a iniciativa do ponto de vista cultural e ideológico sobre a sociedade. Ou se faz o chamado trabalho de base, reorganizamos o movimento a partir do local de moradia e de trabalho, ou não vamos conseguir construir esse movimento do qual nós tanto falamos. Eu considero o MTST um grande exemplo da possibilidade da reconstrução do movimento de massas num outro patamar.

ELISÂNGELA DOS SANTOS

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) - atualmente a maior central sindical da América Latina em termos de números de sindicatos filiados - nasceu num importante momento político do país, não apenas como uma organização sindical, mas como um instrumento da classe trabalhadora para pensar um projeto de sociedade. Foi fundada nacionalmente em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo. No seu primeiro congresso - realizado no galpão, hoje extinto, do cinematográfico Vera Cruz - participaram mais de cinco mil trabalhadoras e trabalhadores de todas as categorias, do campo e da cidade.

Organizada pelos ramos e categorias de sindicatos, a CUT tem o objetivo de representar, organizar e defender os trabalhadores, tendo como princípios a liberdade e autonomia sindical em relação ao Estado. Um novo sindicalismo, onde as trabalhadoras e os trabalhadores de um determinado ramo ou categoria de atividade escolhem suas organizações, a partir da sua realidade e da sua necessidade. Traz inclusive inovações como, por exemplo, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), um organismo da CUT que trata dos trabalhadores e da economia informal, das iniciativas dos trabalhadores da economia solidária. Atua também no campo. Eu, por exemplo, sou dirigente sindical da CUT e estou na Executiva Nacional, mas sou agricultora familiar aqui da Bahia, temos uma organização específica na CUT para agricultores e agricultoras familiares. Os setores urbanos fazem sua campanha salarial, negociam com seus patrões nas fábricas e nos bancos. No caso da agricultura familiar, o patrão é o governo, e recentemente estávamos no período das nossas mobilizações específicas.

Na Bahia havia, na época de fundação da CUT, duas correntes políticas que polarizavam a luta sindical: a Unidade Sindical, que era vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8) e aliados - considerados na época como reformistas, e o novo sindicalismo, ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse contexto, a participação dos sindicatos rurais na CUT-Bahia sempre foi importante, com uma contribuição central da Igreja Católica, fundamental para a nossa trajetória de organização no campo. Isso também aconteceu entre os operários, lembrando que também existem as comissões operárias da Igreja que contribuíram muito com os trabalhadores, como é o caso da Pastoral Operária.

Aqui no estado fomos avançando cada vez mais. No 2º Congresso tivemos uma participação ampla e expressiva do movimento sindical do campo e da cidade. No 3º Congresso tivemos mais de 50 entidades sindicais, o que era

muito relevante naquele período. No 4º Congresso nós já conseguíamos mobilizar mais de 700 delegados, numa conjuntura de muitos enfrentamentos, ações e greves. Conseguimos ter um protagonismo muito forte dos trabalhadores do campo, diferentemente do que ocorre em outros estados – em geral a CUT sempre teve uma característica muito mais urbana, dos trabalhadores na cidade –, aqui na Bahia tivemos foco na questão da reforma agrária e da luta pela terra. Nós vivíamos um momento de muitos conflitos agrários e mortes de trabalhadores na Bahia.

A CUT tem como seu compromisso o fortalecimento da democracia, o desenvolvimento com distribuição de renda, a valorização do trabalho e a luta pela universalização dos direitos da classe trabalhadora. Atualmente ela está presente em todo o país, é uma das maiores centrais do mundo, com 18 ramos produtivos, hoje organizados dentro da Central, uma base social muito expressiva, e tem sua marca em várias das ações e conquistas da classe trabalhadora – desde a valorização do salário-mínimo e a conquista de diversos direitos. No entanto, temos vivido também muitos desafios e dilemas nesse processo de organização e de enfrentamento. De fato, há um esvaziamento da participação dos trabalhadores no cotidiano da Central e do conjunto das ações do movimento sindical. Temos dados preocupantes, principalmente nos últimos 12 anos: as classes que ascenderam e conseguiram oportunidade de emprego, nos diversos segmentos, tem participado muito pouco do movimento sindical. Há certa falta de crença no papel do movimento sindical, em que pese a contribuição da Central no que se refere às perspectivas de desenvolvimento para o Brasil. Nós temos discutido e trabalhado muito nos últimos 12 anos para defender um projeto de sociedade, de desenvolvimento para o país, desde a questão econômica até a social, em todos os níveis. Contudo, temos vivido essa crise.

Estamos enfrentando, na atual conjuntura, fortes ameaças de perda de direitos já conquistados – em muitos casos com papel importantíssimo da CUT. Amanhã mesmo² teremos uma paralisação para lutar contra o Projeto de Lei 4330 e a questão da terceirização³, da MP que trata sobre o seguro desemprego e outras conquistas dos trabalhadores como um todo⁴. A CUT tem um grande potencial, e temos demonstrado que, quando há unidade no conjunto do movimento sindical, promovemos grandes enfrentamentos.

Neste debate, portanto, é importante expor a trajetória do movimento sindical e o seu papel na sociedade, bem como dos demais movimentos sociais. Ao mesmo tempo, precisamos rever muito das nossas pautas, das nossas formas de organização, para enfrentar os desafios da classe trabalhadora brasileira e da sociedade como um todo. O mundo do trabalho é muito dinâmico, as mudanças que ocorrem no campo e na cidade nos trazem novos dilemas.

Para nós, que somos do movimento sindical do campo, é necessário debater e conseguir construir políticas para a nova ruralidade⁵, tendo em vista as novas dinâmicas produtivas do campo. Temos que enfrentar os desafios das grandes concentrações fundiárias, da produção de transgênicos, do uso de agrotóxicos que adoecem a população do país. A agricultura familiar – um segmento que hoje produz muitos dos alimentos consumidos pela população brasileira, com uma produção bastante diversificada – não é incluída pelo governo no projeto de desenvolvimento em curso, de maneira que não somos reconhecidos como um setor importante na produção de alimentos, nem é dado o devido relevo para a geração de renda e melhoria das condições de vida que esta atividade representa para a população do campo.

Igualmente dinâmico é o mundo do trabalho urbano, com transformações nos diversos setores econômicos e produtivos do país, dificultando o acompanhamento e posicionamento dos trabalhadores, organizações e sindicatos. Há grande rotatividade em alguns setores, principalmente onde há trabalho precarizado⁶, o que também dificulta a organização sindical, justamente em áreas que necessitariam de sindicatos fortes para a garantia de direitos.

O modelo econômico atual e a organização do mercado globalizado, que já afetam muito negativamente a vida dos trabalhadores, estão em crise em todo o mundo, agravando ainda mais a situação, gerando desemprego e, pela falta de oportunidades, ampliando o trabalho precarizado. Para citar um exemplo, apenas cinco grandes empresas comandam o setor de alimentação no mundo. O que afeta o capital internacional tem desdobramentos para todos os trabalhadores do Brasil.

Estamos vivendo neste momento uma dificuldade muito grande no país, com o ajuste fiscal, a perspectiva de recessão e de desemprego. Além disso, há uma grande crise política no país, e o trabalhador é quem está pagando o preço de um Congresso Nacional Conservador e do enfrentamento do capital nacional e internacional contra o modelo de desenvolvimento implementado pelo Partido dos Trabalhadores. Os trabalhadores e as classes mais pobres são os afetados por todas as medidas provisórias, e pelos Projetos de Leis que estão sendo encaminhados para votação. Portanto, nós dos movimentos sociais e do movimento sindical, estamos inseridos em um momento muito desafiador.

Algumas vezes nossa pauta, do movimento sindical, foi muito corporativa. Tratamos o específico de cada categoria, de cada trabalhador, de cada ramo, e nos esquecemos dos problemas sociais que vivemos com um todo. Todos nós estamos em uma sociedade que precisa de transporte, educação, saúde, mobilidade urbana e tudo o mais, e focamos muito nossa luta sindical e os nossos instrumentos de organização da classe trabalhadora nas questões

corporativas específicas. Isso é importante sim, a parte econômica, pois se o trabalhador não tiver um sindicato forte que o defenda, uma campanha salarial para ter aumento e condições econômicas para sobreviver com dignidade na sociedade, ele também vai se ausentar do sindicato e achar que aquele instrumento não serve pra ele. Mas nós temos que pensar o projeto de sociedade como um todo. Qual perspectiva de país? O que pensamos para continuar melhorando cada vez mais a vida de quem já saiu da extrema pobreza? Quais os próximos passos que precisamos dar?

Nós do campo estamos vivendo o grande dilema da população que ainda produz alimento: o dilema da sobrevivência e da renda com aquilo que é produzido. O campo não tem condição de se industrializar, não tem perspectiva para isso, e temos uma juventude com alta rotatividade, que consegue trabalhos sazonais, vítima do êxodo rural de curto ciclo, sai do campo e volta, sem perspectiva de trabalho. Quem representa esses trabalhadores?

A Bahia, por exemplo, tem terras produtivas, com inúmeros assalariados da cana e do eucalipto que não têm representatividade. Às vezes, temos conflitos entre os sindicatos para ver quem deve representá-los, pois muitos trabalhadores não têm a presença de um sindicato e estão até em condição de trabalho escravo. São contratados por empresas que investem milhões no Estado, para as quais o governo tem que, muitas vezes, dar incentivos, porque é oportunidade de investimento, como a produção de celulose e tudo mais.

Anteontem, o Jornal Nacional⁷ mostrava a redução do desmatamento da Mata Atlântica, indicando que nos estados do Piauí e do Maranhão não houve redução. Mas sabem por que o Piauí não conseguiu? Porque nessa região está sendo implantado o modelo de produção de soja, pois tem um clima bom para esse tipo de produção. Essa informação passou ali despercebida. O pessoal da “SOS Mata Atlântica”⁸ até tentou dizer isso no Jornal Nacional, mas o que permaneceu na reportagem é que o “povo do Piauí continua desmatando”. Não é a população do Piauí. Não são os nordestinos trabalhadores, nem os agricultores familiares que continuaram fazendo o desmatamento, mas sim o modelo de produção de soja que utiliza trabalho precarizado e que traz grandes problemas para o meio ambiente.

Nós temos de ter clareza de que não basta que tenhamos um governo com democracia, respeito e avanços em alguns setores, temos combates que dizem respeito ao capitalismo. Diante desse arco de alianças do governo, se não tivermos uma unidade nas diversas organizações sociais e sindicais do país, vamos realmente perder conquistas. Muitos perderam a vida na luta do movimento sindical e social em busca das conquistas que hoje são pequenas, se considerarmos os anseios da sociedade, mas são fruto de muita luta. Se não compreendermos que os grandes desafios exigem a unidade da

classe trabalhadora, do conjunto das organizações sociais, vamos realmente perder direitos.

Precisamos ter outra visão de desenvolvimento para o país. Não podemos continuar em um modelo de desenvolvimento no qual a classe trabalhadora é a mais prejudicada em qualquer crise que aconteça. Nós estamos vivendo diversas crises, não apenas a econômica. O papel da CUT é muito mais preponderante hoje que no contexto de sua criação, porque ela precisa se pensar como instrumento dos trabalhadores em um projeto de sociedade e de desenvolvimento que vá além de, simplesmente, ter o povo com salário digno, apenas para a sua sobrevivência. Refletir a sociedade como um todo e também a maneira pela qual avançaremos rumo a um país onde possamos ter melhor qualidade de vida. Um desenvolvimento que traga mais dignidade para os trabalhadores, no lugar da falta de perspectiva que vivemos no presente. Precisamos achar esse caminho e vamos encontrá-lo na ação dos movimentos, na participação, na mobilização, no enfrentamento que precisamos fazer, no conjunto das ações dos movimentos sociais do Brasil.

NOTAS

1. Conforme consta do site da companhia, contrato de demanda firme “É um conjunto de exclusividade firmado entre o cliente e a Sabesp, cujo objeto é o fornecimento de água e/ou coleta/tratamento de esgotos, com uma política de preços diferenciados.”
2. O debate ocorreu em 14/05/2015.
3. “Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.” Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841.
4. Medida Provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014.
5. “Nova ruralidade” é uma expressão surgida no meio acadêmico na década de 1990, para definir um conjunto de mudanças ocorridas no meio rural, que vão desde a alteração nas formas e relações de trabalho; a relação entre campo e cidade; e as mudanças culturais no modo de vida da população.
6. Remete à definição de “trabalho precário”, situação na qual o trabalhador está submetido à instabilidade empregatícia, baixa remuneração, ausência de benefícios sociais, direitos legais e exposto a riscos e vulnerabilidade econômica. O conceito, em âmbito internacional, é difundido a partir da obra RODGERS, G.; RODGERS, J. (Ed.). *Precarious jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe*. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1989.
7. Transmitido pela Rede Globo de televisão, vinculada ao maior conglomerado de mídia do país.
- 8 Organização não governamental, fundada em 1986, que atua na área ambiental.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

